

# Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho.



**DIRETOR PRESIDENTE**  
Wellington Lins de Albuquerque

**VICE-PRESIDENTE**  
George Lins de Albuquerque

**DIRETORA ACADÊMICA**  
Profa. MSc. Cinara da Silva Cardoso

**COORDENADOR DE ENSINO**  
Prof. MSc Gerson de Mendonça Nogueira  
Profa. Esp. Cibelly Arianda Matos dos Santos

**PROCURADORA INSTITUCIONAL**  
Profa. MSc. Silmara da Cunha Pimentel

**COORDENADORA DE PESQUISA**  
Profa. MSc. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

**COORDENADORA DE EXTENSÃO**  
Profa. Esp. Jessé David Cavalcante Bessa

**COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
Prof. Telma do Socorro da Silva Lopes

**COORDENADORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM  
TECNÓLOGO EM SEGURANÇA NO TRABALHO**  
Profa. Esp. Cinamor Silva Pessoa de Melo Souza

**COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO - 2017**  
Profa. MSc Ana Medeiros Magalhães- Presidente | Prof.Dr. Servulo Casas Furtado –  
Representante Docente | Leonarda de Almeida Trovão - Representante Administrativo |  
Milena Romão da Silva - Representante Discente | Cristiano Lucio Torrez Lira -  
Representante da Comunidade

## SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	12
Nome e Base legal da Mantenedora	12
Nome da Mantida e Base legal da IES	12
Perfil e Missão da IES	13
Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região	14
Breve Histórico da IES	16
Tabela: Evolução do IGC Contínuo da FAMETRO	17
Áreas de atuação da PÓS-GRADUAÇÃO (lato sensu)	22
SÍNTESE DA IES	22
CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	25
Nome e base legal do curso	25
Perfil e regime de trabalho do coordenador do curso	35
1 DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA	36
1.1 Contexto Educacional	36
1.1.1 Demandas Econômicas	36
1.1.2 Demandas Sociais.	38
1.1.3 Demandas Culturais	41
1.1.4 Demandas Políticas	41
1.1.5 Demandas Ambientais	42
1.1.5.1 Política Ambiental da FAMETRO	43

1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FAMETRO	44
1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FAMETRO	45
1.2 Políticas Institucionais No Âmbito Do Curso	46
1.2.1 Política de Ensino	46
1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso	49
1.2.1.2 Projetos Transversais do Curso	50
1.2.1.3 Projetos de Iniciação e Iniciação tecnológica do curso no último Triênio	50
1.2.1.3.1 Projetos de Iniciação Tecnológica do curso	52
1.2.1.4 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso	53
1.3 Objetivos do Curso	54
1.3.1 Objetivos Específicos	54
1.4 Perfil Profissional do Egresso	55
1.4.1 Competências e Habilidades Específicas:	57
1.5 Estrutura Curricular	58
1.5.1 Matriz do Curso	60
1.5.2 Ementário	63
1.6 Conteúdos Curriculares	92
1.7 Metodologia	93
1.7.1 Metodologia de Ensino	93
1.7.2 Atividades Pedagógicas	98
1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais	101

1.7.4 Aulas Práticas	102
1.8 Estágio Curricular Supervisionado	103
1.8.1 Carga horária do Estágio Curricular Supervisionado	103
1.8.2 Informar se o Estágio Curricular Supervisionado é individual ou em grupo e se é realizado no turno ou contraturno.	104
1.8.3 Convênios para realização do Estágio Curricular Supervisionado	104
1.8.4 Forma de Supervisão do Estágio Curricular Supervisionado	104
1.8.5 Forma de Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado	105
1.8.6 Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado (contendo todos os itens acima)	105
1.9 Estágio Curricular Supervisionado	120
1.10 Estágio Curricular Supervisionado – Relação com a rede de escolas da educação básica.	120
1.11 Estágio Curricular Supervisionado – Relação entre os licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica.	120
1.12 Estágio Curricular Supervisionado –Relação Entre Teoria e Prática	120
1.13 Atividades Complementares	120
1.13.3 Regulamento das Atividades	121
1.14 Trabalho de conclusão de curso	123
1.14.1 Carga Horária Do Trabalho De Conclusão De Curso	123
1.14.2 Informar se o Trabalho de conclusão de curso é individual ou em grupo e se é somente escrito, entregue ou se tem defesa.	123

1.14.3 Produto final do Trabalho de conclusão de curso	123
1.14.4 Forma de apresentação do Trabalho de conclusão de curso e critérios	124
1.14.5 Forma de Orientação do Trabalho de conclusão de curso	124
1.14.6 Forma de Coordenação do Trabalho de conclusão de curso	124
1.14.7 Regulamento do Trabalho de conclusão de curso (contendo todos os itens acima)	125
1.15 Apoio ao Discente	142
1.15.1 EIXO 01 - Atividades Extraclasse	142
1.15.2 EIXO 02 – Atendimento Pedagógico; Acompanhamento Psicopedagógico e Acessibilidade	143
1.15.3 EIXO 03 – Serviços Acadêmicos	145
1.16 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso	146
1.16.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional	147
1.16.2 Objetivos Específicos	147
1.16.3 Metodologia da avaliação institucional	148
1.16.4 Avaliação Interna – composta por duas avaliações	148
1.16.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso	149
1.16.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional	149
1.17 Atividades De Tutoria	154
1.18 Tecnologia de Informação e Comunicação – TICS – No Processo Ensino Aprendizagem	154

1.19 Material Didático Institucional	155
1.20 Mecanismos de Interação entre Docentes; Tutores e Estudantes	155
1.21 Procedimentos de Avaliação dos Processos Ensino-Aprendizagem	155
1.21.1 Formas de Acesso ao Curso	155
1.21.1.1 Do Processo Seletivo	161
1.21.1.2 Transferência	161
1.21.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior	162
1.21.1.4 Da Re-opção	162
1.21.1.5 Enem	162
1.21.1.6 Matrícula	163
1.22 Número de Vagas	165
1.23 Integração com a Rede Pública de Ensino	165
1.24 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde/Sus- Relação Alunos/Docentes ou Preceptor	165
1.25 Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde/Sus Relação Alunos/Usuários.	165
<b>2 DIMENSÃO: CORPO DOCENTE</b>	<b>166</b>
2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE	166
2.2 Atuação do Coordenador de Curso	167
2.3 Titulação do Corpo Docente	167
2.4 Percentual de Doutores	167
2.5 Relação entre o Número de Docentes e o Número de Vagas.	168

2.6 Funcionamento do Colegiado de Curso	168
2.7 Relação Docentes e Tutores – Presenciais e a Distância – por estudante	168 168
2.8 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Médica	169
2.9 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência Odontológica	169
2.10 Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente	170
<b>3 DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA</b>	170
3.1 Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral –TI	170
3.2 Espaço de Trabalho para Coordenação de Curso e Serviços Acadêmicos	171
3.3 Sala de Professores	171
3.4 Salas de Aula	171
3.5 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	172
3.6 Bibliografia Básica	172
3.7. Bibliografia Complementar	172
3.9 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade	172
3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade	173
3.10 Laboratórios Didáticos Especializados: qualidade	174
3.11 Laboratórios Didáticos Especializados: serviços	174
3.12 Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático (logística)	175
3.13 Núcleo de Práticas Jurídicas: Atividades Básicas	175

3.14 Núcleo de Práticas Jurídicas: Atividades de Arbitragem, Negociação e Mediação	175
	175
3.15 Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados	175
3.16 Sistema de Referência e Contrarreferência	175
3.17 Cenários de Prática e Redes de Atenção à Saúde	175
3.18 Biotérios	175
3.19 Laboratórios de Ensino para a Área de Saúde	175
3.20 Laboratórios de Habilidades	175
3.21 Protocolos de Experimentos	177
3.22 Comitê de Ética em Pesquisa-CEP	177
3.23 Comitê de Ética para Utilização de Animais (CEUA)	177
4 DIMENSÃO : REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	178
4.1 Programas Institucionais	178
4.1.1 Programa de Acompanhamento de Egressos	178
4.1.2 Programa de Acessibilidade de Inclusão	181
4.1.3 Programa de Monitoria	184
4.1.4 Programa de Articulação Pesquisa Ensino e Extensão	194
4.1.5 Programa de Nivelamento	198
4.1.6 PAD – Programa de Acompanhamento Discente	200
4.1.6.1 EIXO 01 - Atividades Extraclasse	200
4.1.6.2 EIXO 02 – Atendimento Pedagógico; Acompanhamento Psicopedagógico e Acessibilidade	201
	201

4.1.6.3 EIXO 03 – Serviços Acadêmicos	205
4.1.7 Programa de Avaliação Institucional	205
4.2 Regulamentos Institucionais	213
4.2.1 Regulamento de Monitoria	215
4.2.2 Regulamento do Programa de Nivelamento	218
4.2.3 Regulamento do Núcleo de Orientação À Pesquisa E Inovação	226
4.2.4 Regulamento dos Laboratórios	230
4.2.5 Regulamento de Aulas Práticas de Laboratórios	235
4.2.6 Regulamento Do Projeto Transversal	238
4.2.7 Regulamento do Projeto Interdisciplinar	241
4.2.8 Regulamento da Mobilidade e o Intercâmbio da FAMETRO	245
4.2.9 Regulamento da Educação para os Direitos Humanos	247
4.2.10 Regulamento do Atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista	250
4.2.11 Regulamento do NAPA – Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão	254
4.2.12 Regulamento Geral Representante Discente	256
4.2.13 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação	259
4.2.14 Regulamento Laboratório de Informática	
4.2.15 Regulamento do Núcleo Docente Estruturante da FAMETRO	262



## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES**

### **a) Nome da Mantenedora:**

IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

### **b) Base legal da Mantenedora:**

Endereço: Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Razão Social: Instituto Metropolitano de Ensino – IME

CNPJ: 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE:132003884-53 e protocolo: 00/021448-5

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos-sociedade civil.

### **c) Nome da Mantida:**

FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus - IES Privada

### **d) Base legal da IES:**

Endereço Unidade 1/2:

Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-01.

Anexo 3:

Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4:

Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001

Anexo 5:

Endereço Avenida Constantino Nery, 3202, Bairro Chapada, CEP 69050001

Razão Social: Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO

CNPJ 03.817.341/0001-42

Registro no Cartório: Cartório Pinheiro 3.º Ofício de Notas

Publicação no D.O.U.- Nº 84 – Seção 1, sexta-feira, 3 de maio de 2002

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob NIRE:132003884-53 e protocolo: 00/021448-5

Categoria administrativa: Pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos-sociedade civil.

Portaria de Credenciamento nº 1337, de 03/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002

Portaria de Recredenciamento nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013

Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

#### **e) Perfil e Missão da IES:**

Fundada em 2002, atualmente a FAMETRO tem 14 anos de existência, possui 39 cursos de graduação, sendo 35 em funcionamento, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e tecnológico, nas áreas de exatas, sociais, humanas e da saúde, 50 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. Conforme censo de 2016 conta com 276 docentes (horistas, parciais e integrais) dentre especialistas, mestres e doutores, corpo técnico-administrativo com 222 profissionais das mais diversas áreas e com formação que vai desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social, nas diversas áreas do conhecimento. Instituição com IGC 4 e IGC Contínuo 2,98 e 1ª no ranking das IES públicas e privadas no Estado e na capital em 2015. Consta de seu PDI que sua missão institucional é a de **Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte.**

Inclui-se na missão da Faculdade Metropolitana de Manaus o compromisso com a preservação da memória cultural e histórica do Estado do Amazonas, particularmente, com a cidade de Manaus, e com o meio ambiente. A IES reconhece a necessidade de melhorar qualitativamente o ensino na Região Norte, buscando integrar a Amazônia através de um processo educativo global e articulado, capaz de atender às transformações e desafios dos novos rumos que estão sendo delineados para o mercado de trabalho.

Neste sentido, a FAMETRO imbuída inclusive de uma política de inclusão social participa dos programas: PROUNI, BOLSA UNIVERSIDADE, QUERO BOLSA, EDUCAÇÃO, EDUCAMAIS E FIES. E oferece uma consistente estrutura física que inclui: 5 unidades, 426 salas de aula, 4 auditórios (1100 lugares), 7 áreas de convivências, bibliotecas, mais de 30 laboratórios, estacionamento para mais de 2000

mil carros, wifi, 87 gabinetes de trabalho para professores integrais nos três turnos, espaço de trabalho para as coordenações de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e espaço para a funcionaria, salas de professores equipadas, sala de reunião do NDE, cada unidade conta com 2 carrinhos de laboratórios de informática moveis com laptops e laboratórios fixos com terminais, softwares, acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento, 7nos laboratórios há suporte técnico para assessoramento na utilização dos mesmos.

A FAMETRO tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à auto-realização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar e conscientes de seu papel social de envolvimento com as mudanças. Destaque-se que a FAMETRO, na busca destes propósitos, não perde a perspectiva da visão empreendedora no sentido da consolidação de novos negócios, sempre em um contexto de atualização contínua, proporcionando aos alunos formação acadêmica que possibilite atuação no mercado regional, sem, contudo, perder de vista os mercados nacional e internacional. A **Visão institucional** é de Ser referência de Qualidade no Ensino Superior no Estado do Amazonas, e os nossos valores são: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

#### **f) Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região:**

Em relação à maior e mais biodiversa floresta tropical que a região abriga, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2):

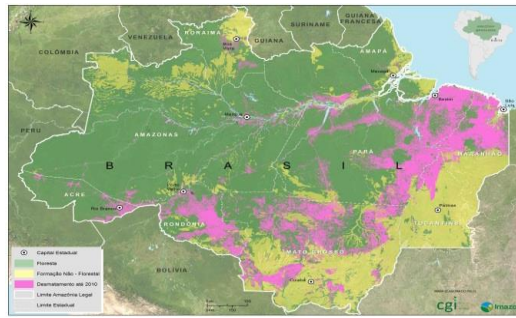


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010. (Fonte: <<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que se insere a política ambiental da FAMETRO.

Ademais segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km<sup>2</sup> com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km<sup>2</sup>. Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos

migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

#### **g) Breve Histórico da IES:**

Neste cenário de contexto geográfico e cultural tão distinto e complexo, criar uma Instituição de Ensino Superior na Amazônia, por si só já representa um ação empreendedora de muita complexidade, e, foi assim que em 09 de outubro de 2000, aceitando este desafio, que foi fundando o Instituto Metropolitano de Manaus, Empresa de Pessoa Jurídica de Direito Privado (CNPJ 03.817.341/0001-42), com sede no município de Manaus, situada na Av. Constantino Nery, n.3000, e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua representante legal, dando a sua mantida a FAMETRO, as condições legais e infra-estruturais para o início das atividades da Faculdade Metropolitana de Manaus.

Credenciada pela Portaria MEC nº. 1337, de 03 de maio 2002, a FAMETRO em 14 anos de existência passou de 02 cursos para 39 cursos de graduação em 2015, sendo 35 em funcionamento nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica e ainda 50 cursos de pós-graduação lato sensu nas mais diversas áreas, se firmando como a instituição que mais cresce no Estado do Amazonas, estando em primeiro lugar entre as instituições de maior procura no Programa Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus. A FAMETRO acredita na sua política sócio-educacional inclusiva a qual pretende ofertar condições para que os alunos não só ingressem na IES, mas, acima de tudo, concluam seus estudos em condições excelentes de qualidade, por isso participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES.

Tal crescimento tem sido acompanhado igualmente dos investimentos da IES em seus processos didático-pedagógicos demonstrados na evolução do IGC contínuo e faixa da FAMETRO - instituição com IGC 4, e IGC contínuo 2,98, figurando no primeiro

lugar do ranking do IGC das IES públicas e privadas, tendo sido o maior IGC do Estado do Amazonas e da Capital Manaus no ano de 2015, cuja evolução do IGC observa-se na tabela a seguir:

**Tabela: Evolução do IGC Contínuo da FAMETRO**

2008	2008	2009	2009	2010	2010	2011	2011	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015
IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa	IGC Cont.	IGC Faixa
1,74	2	2,36	3	2,35	3	2,37	3	2,72	3	2,84	3	2,882	3	2,9811	4

Fonte: INEP

Vale ressaltar que no biênio 2009/2010 das 33 IES privadas existentes no Estado do Amazonas, somente 4 instituições, dentre as quais a FAMETRO, alcançaram nota 3 no IGC (Fonte: INEP).

No que compete à estrutura física, a FAMETRO iniciou suas atividades em uma unidade com 39 salas de aula e atualmente conta hoje com uma estrutura que inclui: 5 unidades, 426 salas de aula, 04 auditórios (1100 lugares), 07 áreas de convivência, bibliotecas, mais de 30 laboratórios, estacionamento para mais de 2000 carros, Wi-Fi, 87 gabinetes de trabalho para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para as coordenações de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e espaço para a funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião do NDE, cada unidade conta com 02 carrinhos de laboratórios de informática móveis com laptops e laboratórios fixos com terminais, softwares, acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento, nos laboratórios há suporte técnico para assessoramento na utilização dos mesmos.

Todo esse crescimento encontra-se alicerçado pela credibilidade da FAMETRO junto à sociedade manauara, entregando em média 600 profissionais por ano, nossa proposta educacional segue firme no propósito de ofertar não só profissionais com sólida formação profissional, mas também e, sobretudo pessoas com valores éticos e humanos, fortemente alicerçados, para ao fim contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estabelecem ainda as políticas, diretrizes, ações e metas para a Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) e os cursos projetados para o seu primeiro quinquênio de funcionamento.

A FAMETRO faz um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em consonância com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

Estes elementos constitutivos (missão, vocação, finalidades e objetivos institucionais), que garantem a articulação do PDI e do PPI, estão evidenciados nas políticas de ensino que fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela FAMETRO, bem como as ações de pesquisa e de extensão.

No que se refere às Políticas Acadêmicas, a linha dominante de ação da FAMETRO é o ensino de graduação, eixo em torno do qual a instituição atua, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

1. Ação centrada no aluno, sobre o qual se manterá processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
2. Ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
3. Ação sobre o aluno e sobre grupos de alunos, segundo o desempenho de cada um e outros atributos (como ano de ingresso, curso etc.);
4. Motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extracurriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.

A FAMETRO entende que o desafio de uma instituição de educação superior consiste não apenas em realizar ensino, pesquisa e extensão, mas de garantir a indissociabilidade destes processos. As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã.

Neste sentido, identifica os princípios da construção coletiva, da flexibilidade curricular, da interdisciplinaridade, transversalidade e da problematização do saber como essenciais para a aquisição de uma aprendizagem significativa, articulada pela

qualidade de ensino, pelas atividades de formação e preparação técnico-científica que contribuirão para a autonomia intelectual e profissional.

A IES tem definidas as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional. Desse modo, busca articular a qualificação técnica com a qualificação social e reafirmar sua missão na produção e na difusão do conhecimento, assim como no compromisso com o avanço e as transformações da realidade local e nacional.

A missão da Faculdade evidencia o investimento no processo de ensino-aprendizagem que capacita os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

**Áreas de Atuação na Graduação:** No contexto de criação da FAMETRO, seus objetivos são promover cursos de graduação e Pós-Graduação (lato e stricto sensu). Atualmente a Instituição tem 39 cursos de GRADUAÇÃO, sendo 35 em funcionamento, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde conforme a tabela abaixo:

CURSO	MODALIDADE	PORTARIA	ATO
1.Administração	Bacharelado	Portaria Nº 704 de 18/12/2013	Renovação de Reconhecimento
2. Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	Portaria Nº 1093 de 14/12/2015	Renovação de Reconhecimento
3. Biomedicina	Bacharelado	Portaria Nº 206, de 22/06/2016	Reconhecimento
4.Ciências Contábeis	Bacharelado	Portaria Nº 639, de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento
5. Construção de Edifícios	Tecnológico	Portaria Nº 809 de 22/12/2014	Autorização
6.Design Gráfico	Tecnológico	Portaria Nº 1038 de 23/12/2015	Reconhecimento
7.Design de Interiores	Tecnológico	Portaria Nº 600 de 29/10/2014	Autorização
8.Direito	Bacharelado	Portaria Nº 639, de	Renovação de

		21/10/2016	Reconhecimento
9.Educação Física	Licenciatura	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
10. Enfermagem	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
11.Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	Portaria Nº 169, de 13/09/2012	Autorização
12. Engenharia Civil	Bacharelado	Portaria Nº 276 de 25/11/2016	Reconhecimento
13. Engenharia da Produção	Bacharelado	Portaria Nº 694 de 17/12/ 2013	Autorização
14. Engenharia Elétrica	Bacharelado	Portaria Nº 567 de 07/11/2013	Autorização
15. Estética e Cosmética	Tecnológico	Portaria Nº 721 de 27/11/2014	Autorização
16.Farmácia	Bacharelado	Portaria Nº 266 de 27/03/2015	Autorização
17. Fisioterapia	Bacharelado	Portaria Nº 821, de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
18. Fonoaudiologia	Bacharelado	Portaria Nº 198, de 04/10/2012	Autorização
19. Gastronomia	Tecnológico	Portaria Nº 876, de 12/11/ 2015	Reconhecimento
20.Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	Portaria Nº 64 de 28/01/2015	Reconhecimento
21. Gestão da Qualidade	Tecnológico	Portaria Nº 932, de 01/12/2015	Reconhecimento
22.Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria Nº 247 de 30/06/2016	Reconhecimento
23.Hotelaria	Bacharelado	Portaria Nº 362 de 02/07/2014	Autorização
24.Jornalismo	Bacharelado	Portaria Nº 267 de 27/03/2015	Autorização

25.Logística	Tecnológico	Portaria Nº 820, de 29/10/2015	Reconhecimento
26.Marketing	Tecnológico	Portaria Nº 249 de 30/06/2016	Reconhecimento
27. Medicina Veterinária	Bacharelado	Portaria Nº 1041 de 23/12/2015	Autorização
28.Negócios Imobiliários	Tecnológico	Portaria Nº 539 de 23/10/2013	Autorização
29.Nutrição	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/12/2014	Renovação de Reconhecimento
30. Odontologia	Bacharelado	Portaria Nº 806 de 15/12/2016	Autorização
31.Pedagogia	Licenciatura	Portaria Nº 1093 de 13/01/2015	Renovação de Reconhecimento
32.Petróleo e Gás	Tecnológico	Portaria Nº 65 de 28/01/2015	Reconhecimento
33.Psicologia	Bacharelado	Portaria Nº 704 de 19/12/2013	Renovação de Reconhecimento
34.Química	Licenciatura	Portaria Nº 1093 de 24/12/2015	Renovação de Reconhecimento
35. Radiologia	Tecnológico	Portaria Nº 401 de 29/05/2015	Autorização
36.Segurança no Trabalho	Tecnológico	Portaria Nº 66 de 28/01/2015	Reconhecimento
37. Serviço Social	Bacharelado	Portaria Nº 821 de 30/01/2014	Renovação de Reconhecimento
38. Sistemas de Informação	Bacharelado	Portaria Nº 1093 de 13/01/2016	Renovação de Reconhecimento
39.Turismo	Bacharelado	Portaria Nº 640 de 21/10/2016	Renovação de Reconhecimento

## Áreas de atuação na PÓS-GRADUAÇÃO (Lato Sensu):

- **Ciências Sociais, Negócios e Direito:** Administração Pública; Análise de Risco e Gestão Financeira; Gestão Organizacional e Recursos Humanos; Gestão de Projetos; Arquitetura e Design de Interiores; Auditoria e Perícia Contábil; Direito Tributário; Segurança Pública e Direitos Humanos; Direito Processual Civil; Direito Educacional; Gastronomia Funcional; Gestão da Qualidade; Logística Empresarial; Logística Estratégica e Sistemas de Transporte; Logística e Cadeia de Suprimentos; Gestão de Compras e Suprimentos; Gestão, Supervisão e Orientação Educacional; Assistência Social e Família; Gerontologia e Família; Gestão em Políticas Públicas, Gestão De Eventos; Gestão de Hotelaria; Patrimônio Cultural em Centros Urbanos; Turismo e Negócios.
- **Saúde e Bem Estar Social:** Análises Clínicas; Enfermagem do Trabalho; Enfermagem em Urgência e Emergência; Enfermagem em Urologia; Enfermagem em UTI; Enfermagem Obstétrica; Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva; Audiologia Clínica e Ocupacional; Bases Nutricionais na Atividade Física; Nutrição Clínica; Saúde Coletiva.
- **Engenharia, produção e construção:** Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental; Gestão da Construção Civil; Gestão da Produção; Engenharia de Petróleo e Gás Natural; Gestão em Refino de Petróleo; Petroquímica e Biocombustíveis.
- **Educação:** Metodologia do Ensino à Docência Superior, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Docência na Educação Básica.
- **Humanidades e Artes:** Psicologia Jurídica; Neuropsicologia; Psicologia Hospitalar.
- **Ciências, matemática e computação:** Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente Web, Segurança e Auditoria em Informática

## SÍNTESE DA IES:

**Mantenedora:** IME- Instituto Metropolitano de Ensino LTDA, cadastrada no CNPJ 03.817.341/0001-42, sede à Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001, com Registro no Cartório Pinheiro 3º Ofício de Notas. Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob

NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5. Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos- sociedade civil. Possui código 1416 junto ao MEC.

**Mantida:** FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus, Instituição de Ensino Superior Privada- IES, sede no Endereço da unidade I e II, Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E demais instalações nos endereço do anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1.937 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-000. Anexo 4: Endereço: Rua 02, n.100, Conjunto Bervely Hills, Bairro Chapada, CEP 69050001. Anexo 5: Endereço Avenida Constantino Nery, 3202, Bairro Chapada, CEP 69050001 Possui código 2147 junto ao MEC, Credenciada pela Portaria 1337, de 02/05/2002 Publicação no D.O.U. 03/05/2002, Recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013 Publicação no D.O.U. 08/08/2013 e que tem na pessoa de Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, sua representante legal.

**Histórico, Perfil e Missão da IES:** A FAMETRO tem 14 anos de existência, possui 39 cursos, sendo 35 em funcionamento, nas modalidades de licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, sociais e humanas e da saúde, possui 50 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas. Em 2016 um corpo docente 276 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo de 222 profissionais das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que a FAMETRO possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando IGC 4, e IGC contínuo de 2,98 pontos, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado e na capital e única IES com IGC 4 em 2015 e única com IGC4 em 2015 na região.

Sua **missão institucional** é a de “**Formar profissionais no Ensino Superior, com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento da Região Norte**”. A FAMETRO participa dos programas: PROUNI, Bolsa Universidade do Estado do Amazonas, Quero Bolsa, Educações, Educa Mais e FIES. No que compete à estrutura física, a FAMETRO possui um espaço de 426 salas de aula, 04 auditórios somando 1100 lugares, 07 áreas de convivência, biblioteca e mais de 30 laboratórios, estacionamento com vagas para 2000 carros, Wi Fii, 87 gabinetes para professores integrais nos 3 turnos, espaço de trabalho para a coordenação de curso, serviços acadêmicos com gabinete individual do coordenador e os espaço da

funcionária, sala de professores equipadas, sala de reunião de NDE, laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para uso de professores e alunos mediante sistema agendado e suporte de um técnico de informática, e 02 carrinhos móveis com laptops para cada unidade.

**Dados socioeconômicos da Região:** segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km<sup>2</sup> com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km<sup>2</sup>. Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes.

Dados da SUFRAMA atestam que em 2012 a ZFM, contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 690 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 200 mil empregos diretos que somados aos indiretos, representam 500 mil postos de trabalho, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

**Dados socioambientais:** Manaus está inserida no meio da Floresta Amazônica, a maior e mais biodiversa floresta tropical do país, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade e neste contexto a FAMETRO entende que as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são cruciais e que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. E diante deste cenário que se insere a Política Ambiental da FAMETRO, inclusive definindo as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional do Amazonas.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO:**

**a) Nome do Curso:** Curso de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho

**b) Nome da Mantida:** Faculdade Metropolitana de Manaus

**c) Endereço de Funcionamento do Curso:**

Endereço da unidade III: Avenida Constantino Nery, 1.937 - Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001 (onde funcionam as salas de aula, e os Laboratórios Especializados do curso).

**d) Justificativa para a criação/existência do curso:**

A Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO) define o seu ideal de um Projeto Político Pedagógico (PPP) levando em conta uma sociedade permeada pela globalização da economia e da comunicação, pelo pluralismo político e por uma cultura diversificada.

Por esta característica, o Projeto Pedagógico está sujeito a constantes atualizações, visando uma melhor qualidade de ensino. A partir disso, tem-se a elaboração de um projeto embasado no comprometido com a qualidade de vida da sociedade, tanto pela prática profissional como pelo exercício constante da cidadania.

A FAMETRO põe a elaboração e comunicação do saber a serviço do homem com o objetivo formação de profissionais de nível superior, para que atuem no mercado de trabalho de acordo com a área específica de estudos, adequado às necessidades emergentes aos novos conhecimentos e novas demandas sociais. Com este procedimento a Instituição assume seu caráter comunitário e ao oferecer os cursos de ensino profissional tecnológico se caracteriza como uma Instituição prestadora de serviços, que aborda a realidade em suas múltiplas dimensões, transformando-se em meio potencializador do ser em sua questão social.

A Educação Profissional em nível tecnológico é uma exigência cada vez mais presente nos dias atuais. Uma Instituição de Educação Superior moderna não pode mais prescindir dessa área do saber que é a tecnologia.

A permanente ligação com o meio produtivo e com as necessidades da sociedade coloca os cursos de tecnológicos em uma excelente perspectiva de continua atualização, renovação e auto-reestruturação. O curso superior de tecnologia é

essencialmente um curso de graduação, com características diferenciadas de acordo com o respectivo perfil profissional.

No âmbito da Segurança no Trabalho, os campos oficiais de trabalho e a legislação pertinente às atividades são bastante recentes na história do país. Contudo, ao se realizar uma análise do mercado de trabalho atual observa-se uma demanda crescente de profissionais desta área, distribuída nos segmentos industrial, comercial e de serviços, fazendo com que o futuro egresso se depare com requisitos de capacitação e necessite uma formação multidisciplinar, visando atuar em atividades econômicas tão distintas.

Dentre as necessidades do mercado, destacam-se as de profissionais aptos a atuar na implantação de sistemas de gestão, desenvolver novas tecnologias aplicadas aos ambientes laborais e ao meio ambiente em geral, atuar na prevenção de acidentes e doenças do trabalho, implementar a gestão de riscos, atuar na prevenção de acidentes industriais ampliados e de impactos sobre o meio ambiente.

Além da formação técnica voltada à antecipação e identificação dos riscos no ambiente de trabalho e da adoção das medidas para eliminação ou controle dos mesmos, o profissional deve ter uma visão sistêmica do funcionamento da empresa sob os aspectos de saúde e segurança ocupacional. Além disso, outras questões devem ser consideradas, a saber: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e do próprio negócio da empresa. Esses aspectos são desenvolvidos no curso a partir das teorias e práticas advindas de disciplinas como: Administração em Segurança do Trabalho, Sociologia do Trabalho, Psicologia das Organizações, Legislação e Normas Técnicas em segurança do Trabalho, Gestão da Qualidade, doenças ocupacionais, entre outras.

Manaus é um município brasileiro, capital do estado do Amazonas e o principal centro financeiro, corporativo e econômico da Região Norte do Brasil. É uma cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo. Situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões. É uma das cidades brasileiras mais conhecidas mundialmente, principalmente pelo seu potencial turístico e pelo ecoturismo, o que faz do município e décimo maior destino de turismo no Brasil.

Manaus pertence à mesorregião do Centro Amazonense e à microrregião homônima. Destacam-se pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com numerosos templos, palácios, museus, teatros, bibliotecas e universidades. É localizada no extremo norte do país, a 3.490 quilômetros da capital nacional, Brasília.

É a cidade mais populosa do Amazonas e da Amazônia, com uma população de

1.861.838 habitantes, de com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, sendo também a sétima mais populosa do Brasil e a 131ª mais populosa do mundo. A cidade aumentou gradativamente a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos anos, passando a responder por 1,4% da economia do país. No *ranking* da revista América Economia, Manaus aparece como uma das 20 melhores cidades no ramo de negócios da América Latina, ficando à frente de capitais de países latinos como San Salvador, Caracas e La Paz.

Originalmente fundada em 1669 com o forte de São José do Rio Negro, foi elevada a vila em 1832 com o nome de Manaos, em homenagem à nação indígena dos manaos, sendo legalmente transformada em cidade no dia 24 de outubro de 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Somente em 4 de setembro de 1856 voltou a ter seu nome atual. Ficou conhecida no começo do século XX, na época áurea da borracha. Nessa época foi batizada como “Coração da Amazônia” e “Cidade da Floresta”. Atualmente seu principal motor econômico é o Pólo Industrial de Manaus segundo informações da Enciclopédia Wikipédia.

Sexta cidade mais rica do Brasil, a cidade possui a maior região metropolitana do norte do país e a décima do Brasil, com 2.210.825 habitantes (IBGE 2010). Em 2008, o *World Cities Study Group and Network (GaWC)*, do Reino Unido, incluiu o nome da cidade em uma lista de cidades classificadas por sua economia, cultura, acontecimentos políticos e patrimônios históricos. Manaus foi classificada na mesma categoria de outras áreas metropolitanas do mundo de grande destaque, como Ancara, Salt Lake City, Las Vegas, Liverpool e Marselha, sendo que a cidade ficou acima de outras como Tijuana, Sevilha, Austin e Quebec. É uma das doze subdeses brasileiras da Copa do mundo FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) de 2014.

Verifica-se um aumento significativo nas áreas da indústria no seguimento de eletroeletrônico e pólo de duas rodas, construção civil. Além disso, a de petróleo e gás se apresenta fonte de potencial de investimento significativo.

Ainda analisando o crescimento do setor das microempresas, segundo informe News do SIDCAM (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidores do Estado do Amazonas)<sup>1</sup>, a receita financeira bruta de até R\$ 240 mil, representam 78% do total de novos negócios abertos no Amazonas no ano passado. Ao todo foi 5.204 empreendimentos na categoria, segundo balanço divulgado por meio da Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA). No ano, a JUCEA totalizou a inscrição de 6.654 novos

---

<sup>1</sup> Ano XII Ed.130 de fevereiro de 2013

empreendimentos entre firmas de sociedade limitada, anônima, empresas individuais de responsabilidade limitada, cooperativas e negócios de empresários.

As empresas constituídas por empresários individuais liberaram o total de novos negócios inscritos na Junta Comercial com 4.204 registros, 64% do total. As empresas de sociedade limitada ficaram na segunda posição com 23% do número de empreendimentos, o equivalente a 2.704 empresas. No mesmo período, o órgão registrou a formalização de 278 empresas individuais de responsabilidade limitada, 19 cooperativas e 13 firmas de sociedade anônima.

De acordo com os indicadores da JUCEA, 1.261 empreendimentos em atividade abriram novas filiais no Estado em 2012, um crescimento de 5,8% na comparação com os indicadores do ano anterior. As empresas de sociedade limitada foram as que mais expandiram seu mercado de atuação com novas filiais, representando 65% do total de novas filiais constituídas. Nesse mesmo período, 1.462 empresas solicitaram encerramento das atividades na Junta comercial.

Conforme dados do DATAPREV (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), publicadas no Anuário Brasileiro de Proteção 2011, constantes na tabela a seguir a região Norte ocupa o quinto lugar em número total de acidentes de trabalho registrados (dados de 1990 a 2009).

Região	Total	Motivo		
		Acidente Típico	Acidente de Trajeto	Doenças Ocupacionais
Sudeste	225.078	184.619	27.923	12.536
Sul	94.015	80.855	9.399	3.761
Nordeste	33.098	25.746	4.441	2.911
Centro-Oeste	22.885	18.682	3.348	855
<b>Norte</b>	<b>12.829</b>	<b>10.496</b>	<b>1.510</b>	<b>823</b>

Os dados evidenciam a necessidade de atuação na prevenção de acidentes do trabalho, que, por sua vez, estão freqüentemente associados a perdas de produção, com interferências no custo, qualidade, prazos, confiabilidade, bem como a impactos ambientais, tais como incêndios, derramamentos e emissões, podendo afetar a imagem da empresa de forma bastante significativa.

Todavia, no Brasil, o investimento em Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional é crescente. As empresas estão buscando profissionais qualificados para tratar esta

questão, familiarizadas às técnicas de Controle de Perdas e de Gestão de Riscos. Ao mesmo tempo, precisam de profissionais com conhecimento da legislação trabalhista e previdenciária, para conduzir os aspectos legais pertinentes.

Segundo a revista Proteção (2004), em todo o país, diversas empresas já constataram que o mero atendimento à legislação não é suficiente. Buscam o reconhecimento pelo mercado como companhias que zelam pela saúde e segurança de seus colaboradores de maneira sistemáticas, com um programa formal regido por uma política contendo objetivos e compromisso do topo à base da administração. A exemplo dos sistemas de Gestão da Qualidade, certificados geralmente pela norma ISO<sup>2</sup> 9001 e os Sistemas de Gestão Ambiental, pela ISO<sup>3</sup> 14.001, os Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional podem ser certificados pela BS 8.800<sup>4</sup> e OHSAS 18.001<sup>5</sup>.

Dentre as necessidades do mercado na região norte destaca-se as de profissionais aptos a atuar na implantação de Sistemas de Gestão, desenvolver novas tecnologias aplicadas aos ambientes laborais e ao meio ambientes em geral, atuar na prevenção de acidentes e doenças do trabalho, implementar a gestão de riscos, atuar na prevenção de acidentes industriais ampliados e de impactos sobre o meio ambiente.

Com base nos dados e fatos apresentados, pode-se afirmar que o campo de atuação do profissional Tecnológico em Segurança do Trabalho é amplo e promissor.

Sendo assim, a FAMETRO, por entender que deve estar em consonância com as demandas da região, oferece no Estado do Amazonas na Cidade de Manaus o Curso Tecnológico em Segurança do Trabalho, o qual colabora para melhor qualidade de vida da população e desenvolvimento do estado do Amazonas em especial na cidade de Manaus, através da formação de profissionais capacitados, com características multidisciplinares conforme a demanda do mercado.

Com dados tão convincentes, por si só já se justificaria a importância do Curso de Segurança do Trabalho na cidade de Manaus, que por ser um grande pólo industrial, cujas empresas absorvem os egressos do curso e garante assim, um excelente mercado de trabalho. O que resulta em contribuições significativas para a sociedade amazonense.

---

<sup>2</sup> ISO é a sigla de International Organization for Standardization, ou Organização Internacional para Padronização, em português. A ISO é uma entidade de padronização e normatização, e foi criada em Genebra, na Suíça, em 1947.

<sup>3</sup>

<sup>4</sup> BS 8.800 - é uma norma sobre Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho publicada em maio de 1996.

<sup>5</sup> A OHSAS 18001 é uma especificação de auditoria internacionalmente reconhecida para sistemas de gestão de saúde ocupacional e segurança.

Pensar em segurança do trabalho é pensar em qualidade de vida e saúde para os colaboradores de diversas empresas espalhadas pela cidade. Por isso a FAMETRO busca, insistentemente, ser referência de excelência em qualidade de ensino. Para isso investe em estrutura física (salas de aula, laboratórios, biblioteca etc.), corpo docente (Mestres e Doutores), e uma equipe pró-ativa (administradores, diretores e coordenadores). Afinal, A aprendizagem não se faz só na sala de aula, mas nos inúmeros espaços de encontro, de pesquisa e produção que a FAMETRO propicia aos seus professores e alunos.

O Projeto Político Pedagógico do Curso Superior de Tecnológico em Segurança no Trabalho da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO, onde estão contempladas as diretrizes e a proposta pedagógica da IES que nortearão as atividades acadêmicas do curso em cada semestre, bem como a função dos gestores e docentes que irão atuar no curso em questão, os quais estarão vinculados ao Projeto Institucional da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO.

Em busca de cumprir sua missão institucional que é *“formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos”* e promover um curso com diferencial na sociedade amazonense, sempre pautado no trinômio ensino-pesquisa-extensão, a Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO se propõe a oportunizar uma educação superior de nível elevado, com conceituação evidente no mercado regional, por meio de profissionais com qualificações técnicas e científicas.

As Diretrizes Curriculares dos cursos de tecnologia preconizam que:

1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Desta maneira surge a presente proposta Pedagógica fundamentada no que dispõe a Lei 9.394/96 - LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, buscando explicitar de maneira objetiva os anseios desta Instituição que prima acima de tudo pela excelência de seus serviços prestados à comunidade.

**d) Relato de como se desenvolve o processo de construção/implantação/consolidação do PPC:**

O PPC de Segurança no Trabalho foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Tecnologia em Segurança no Trabalho, a do Conselho Nacional de Educação, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da Fametro bem como as necessidades locais para formação do Tecnólogo em Segurança no Trabalho. A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida que buscam-se melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

**e) Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidades locais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso:**

O PPC do Curso Tecnologia em Segurança no Trabalho busca coerência como o contexto educacional, necessidades locais, missão da IES, DCNs e PDI.

A profissão de Tecnólogo em Segurança no Trabalho abrange amplo campo de atuação nas áreas COLOCAR AS AREAS QUE O TECNOLOGO EM SEGURANÇA NO TRABALHO PODE ATUAR

Na região Amazônica e na capital há uma prevalência da busca de Tecnólogos em Segurança no Trabalho para atuarem nos setores industrial, considerando que este setor encontra-se em ampla expansão. Dessa forma, o PPC do Tecnólogo em Segurança no Trabalho da FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

Quanto à missão da IES e a DCNs o curso visa formar o Tecnólogo em Segurança no Trabalho com a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos, e a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Em relação ao contexto educacional e as necessidades locais o curso busca atendê-las por meio de uma matriz que contemple a formação de competências e habilidades que dêem conta de tais desafios, além das diversas atividades oferecidas que trazem subsídios ao futuro profissional para lidar com as relações humanas e as

particularidades da região. O curso propicia o aprendizado técnico e científico embasado na teoria e na prática e em consonância com as diretrizes desenvolvendo as habilidades de iniciativa, criatividade, trabalho individual e em equipe e liderança. Assim, o Tecnólogo formado é preparado para ser dinâmico, adaptável e flexível às mudanças.

**d) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso:**

O Curso de Tecnólogo em Segurança no Trabalho da FAMETRO investe em uma sólida formação priorizando a qualidade de ensino com uma grupo de docentes qualificados. As atividades previstas no projeto pedagógico trazem embasamento matemático e físico, desenvolvendo no graduando a capacidade de abstração e raciocínio lógico. Além de desenvolver competências e habilidades para aplicar conhecimentos técnicos e científicos para criação e aperfeiçoamento de equipamentos, máquinas e processos que podem trazer benefícios à sociedade com saúde e segurança.

Vale ressaltar que na região Amazônica e na capital há uma prevalência da busca de Tecnólogo em Segurança no Trabalho para atuarem nos setores industrial, tendo em vista o pólo industrial de Manaus, e no setor de Segurança no Trabalho, considerando que este setor encontra-se em ampla expansão. Dessa forma, o PPC do Tecnólogo em Segurança no Trabalho da FAMETRO tem essa vocação regional, sem perder de vista a formação preconizada nas DCNs do curso.

**e) Atos legais do curso:** Reconhecido pela Portaria Nº 66 de 28/01/2015.

**f) Número de Vagas:** 240 vagas anuais (distribuídas em 2 entradas)

**g) Conceito preliminar de Curso-CPC e Conceito de Curso-CC:** 4.

**h) Resultado do Enade no último triênio:** Não havia finalistas no último Enade.

**i) Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver:** Não se aplica.

**j) Turnos de Funcionamento do Curso:** Matutino e Noturno

**k) Carga Horária Total do Curso:** 2500 h

**l) Tempo mínimo e máximo para integralização:** 3 anos a 6 anos

**m) Identificação dos coordenadores do curso:**

Cinamor Silva Pessoa Melo de Souza – Coordenadora Geral.

**n) Perfil do Coordenador (a) do Curso:**

A Coordenadora Geral do Curso: Cinamor Silva Pessoa Melo de Souza.

A Coordenadora do Curso é mestranda em Engenharia de Processo na Universidade do Pará, com Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Federal do Amazonas e possui graduação em Engenharia Ambiental na Faculdade Luterana de Manaus. Regime de trabalho integral com 30 meses na IES e com 24 meses como Coordenadora do Curso.

Possui experiência profissional de 10 anos e 2 anos no magistério superior.

**o) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE**

Qde.	Componentes do NDE	Titulação	Regime Trabalho
1	Prof. Dr. José Felix da Costa Filho	Doutor	Integral
2	Prof. MSc. Julio Conceição Alves	Mestre	Parcial
3	Profa. Esp. Cinamor Silva Pessoa Melo de Souza	Especialista	Integral
4	Prof. Dr. Servulo Cazas Furtado	Doutor	Integral
5	Prof. Dr. Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutor	Integral

**p) O Tempo médio de permanência do corpo docente no curso. Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do coordenador do curso:**

Qtd	Docentes
1	Mabiane Batista França – Doutora – Regime integral
2	Agostinho Jairo Santos Machado – Mestre – Regime integral

3	Alexandra Priscila Tregue Costa - Mestre- Regime integral
4	Andréa de Deus Medeiros – Mestre- Regime parcial
5	Antonio Carlos Andrade Conceição - Mestre- Regime parcial
6	Antonio Lucas Grifoni – Doutor – Regime integral
7	Luis Gonzaga Lopes do Nascimento Junior – Mestre - Regime parcial
8	Ana Núbria dos Santos de Oliveira – Mestre – Regime parcial
9	Priscila Maia Baggio – Mestre – Regime integral
10	José Félix da Costa Filho – Doutorado - Regime integral
11	Juliana Coutinho Borges – Mestre – Regime integral
12	Julio Conceição Alves – Mestre – Regime parcial
13	Lorena Facanha Leitão – Mestre – Horista
14	Luciana Oliveira do Vale – Mestre- Regime integral
15	Cinamor Silva Pessoa Melo de Souza – Especialista – Regime integral
16	Manoel Ataide de Sales – Especialista - Regime parcial
17	Walnice do Socorro Pimentel do Carmo – Mestre – Regime integral
18	Antonio Carlos da Conceição Filho - Mestre – Regime Parcial
19	Vicente Wilson Moura Gaeta – Mestre – Horista
20	Sérvulo Cazas Furtado – Doutor - Regime integral
21	Silvio Murilo Melo Azevedo – Doutor – Regime integral

**q) Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira, quando houver:**

A matriz do curso possui a disciplina Inglês como optativa e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

**r) Informações relacionadas ao quantitativo anual do corpo discente desde o último ato autorizativo anterior à avaliação *in loco*:**

<b>DISCENTES</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Ingressantes	189	176	191	64
Matriculados:	189	267	417	632
Concluintes:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Estrangeiros:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Matriculados em	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

Estágio supervisionado				
Matriculados em Trabalho de conclusão:	Não possui	Não Possui	Não possui	Não possui
Participantes de Projetos de Pesquisa	2	2	2	8
Participantes de Projetos de Extensão	12	14	89	8
Participantes de (Fundo de Financiamento Estudantil (FIES):	33	80	175	-
Participantes de PROUNI	00	54	71	-
Participantes de Programa Ciências sem Fronteiras:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Participantes de Monitoria:	1	3	1	1
Participantes de PIBID	0	0	0	0
Participantes de PIBEX	0	0	0	0
Participantes de PIBIT	0	0	0	0
Participantes de PIBIC	0	0	0	0

**s) Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições:**

NÃO SE APLICA

## **1 DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO – PEDAGÓGICA**

### **1.1 Contexto Educacional**

A FAMETRO IES foi fundada em maio de 2002 e ofertam o curso, sendo que destas 05 instituições, todas são privadas não dando conta atualmente com 14 anos de existência na área educacional, oferta o curso de Tecnólogo em Segurança no Trabalho. Atualmente Manaus conta com apenas 05 Instituições de ensino superior que de ofertar vagas suficientes para a demanda latente.

O ensino superior privado no município de Manaus iniciou muito tardiamente, pelos anos 90 e com pouquíssimos cursos, esse início tardio, o crescimento vertiginoso da população e dos setores da nossa economia motivados pelo modelo de Zona Franca, bem como do aumento do quantitativo de egressos do ensino médio, levaram a uma demanda crescente pelo ensino superior em Manaus.

Neste sentido a FAMETRO pretende formar Tecnólogos em Segurança no Trabalho não só para o município, mas sobretudo para os interiores do Estado do Amazonas que

sofrem pela falta de profissionais na qualidade e quantidade necessários para dar conta das necessidades da região.

Dessa forma acreditamos que o curso se justifica para atender as seguintes demandas:

### 1.1.1 Demandas econômicas

Quanto a pujança econômica de nosso Estado e capital, a diversificação de investimentos locais nos mais diversos setores da economia, o modelo de Zona Franca ampliado por mais 50 anos, aliado ao fato de sermos o 2º maior pólo industrial do país também são fatores que corroboram para a necessidade de aumentar a oferta no ensino superior.

Segundo dados do IBGE o Produto Interno Bruto- **PIB**- soma de todos os bens e serviços produzidos no país- teve uma queda de 3,8% em 2015, a maior desde o início da série histórica atual indicada em 1996. Em valores correntes, o PIB fechou em R\$ 5,904 trilhões. No período, **todos os estados da região sudeste tiveram crescimento abaixo da média nacional, de 9,1%**. Em sentido oposto, **a região norte (13,6%) teve crescimento acima da média em todos os estados**. Nordeste (10,3%), sul (10,1 %) e centro-oeste (13,6%) também cresceram acima do PIB brasileiro. O estado que mais cresceu foi Mato Grosso (21,9%), seguido do 0(18,3%%) e Amazonas (17,3%).

O **PIM- Pólo Industrial de Manaus, formado por 1.267 unidades industriais** com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 138.404 empregos diretos que somados aos indiretos, representam **500 mil postos de trabalho**, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

A SUFRAMA anunciou no Congresso Internacional Amazônia Brasileira e Pan-Amazônia realizado em 2016 que **nos próximos 20 anos (2016-2036) do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) irá implementar o projeto Zona Franca Verde incentivos extrafiscais e um pólo de bioindústrias** que vai permitir o espraiamento do desenvolvimento econômico para as Áreas de Livre Comércio, cidades localizadas em fronteiras, com a instalação de bioindústrias fabricando produtos com preponderância de matérias-primas regionais em que serão priorizadas apenas 100 espécies da biodiversidade amazônica com maior potencial de geração de bioprodutos e o secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Seplan-

cti), Thomaz Nogueira, salientou ações do governo do Estado voltada para dois vetores: o fortalecimento e a expansão do PIM e a diversificação da Economia do Amazonas. Investimentos na piscicultura, inclusive, dando à atividade um caráter exportador, e o projeto “Porta Única” que visa desburocratizar o processo de abertura de empresas, por exemplo, juntando todos os processos pedidos pela Seplancti, Sefaz, Arsam.

Neste mesmo Congresso foi apresentado um resumo dos números referentes às pesquisas realizadas com dados do ano base 2013 na Pesquisa Industrial Anual- PIA daquele ano verificou-se o aumento de unidades industriais (com cinco ou mais pessoas ocupadas) que passou de 1.121 em 2010 para 1.267 unidades em 2013 (crescimento de 13,2%). No mesmo ambiente e período, o número de pessoas ocupadas passou de 117.299 para 138.404 (aumento de 18%).

Em termos gerais, em 2013, a região Sudeste era responsável por 57,4% do valor bruto da produção industrial do Brasil, enquanto a região Norte, em último, respondia por 5,9%. Já **entre os Estados do Norte, em 2013, o Amazonas detinha 56,5% do valor bruto da produção industrial**, seguido pelo Pará com 32,8%. Em último, Roraima respondia por apenas 0,1%.

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) registrou faturamento de R\$ 28,4 bilhões entre os meses de janeiro e maio deste ano, o que representa uma diminuição de 11,36% em relação ao mesmo período de 2015 (R\$ 32 bilhões). Em dólar, o faturamento no intervalo foi de US\$ 7.6 bilhões, montante 29,85% menor que o apurado no mesmo período do ano passado (US\$ 10.9 bilhões).

Cabe ressaltar que **o modelo de Zona Franca ampliado por mais 50 anos (vigência 2023-2073)** e que o município que alavanca economicamente a região metropolitana e o Estado do Amazonas é a cidade de Manaus que detém cerca de 91% do PIB da região Norte, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas. O município possui uma distribuição do emprego formal equilibrada e que está particularmente concentrada no setor de serviços, com 29, 5%; na Administração pública, com 26,8% e na indústria de transformação, com 23,1%, segundo dados do DIEESE de 2011.

Entretanto, apesar do crescimento econômico do município, de setores da economia bem desenvolvidos e da grande quantidade de empregos gerados isso não se traduz no preenchimento uniforme das vagas devido à **falta de profissionais considerados qualificados dentro da expectativa do mercado de trabalho local**. Contexto este que demonstra a necessidade não somente de IES que invistam em

formação de novos cursos, mas principalmente na busca incessante na qualidade da formação de seus egressos.

Foi feito um levantamento com 34 empresas em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos no Amazonas (ABRH-AM), Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM) e Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e as empresas apontaram que a carência em preencher os cargos era, no total, de 13 vagas em 2012, quando foi feito o levantamento e que nos próximos 5 anos, a demanda subiria para 29. E o Sistema Nacional de Emprego do Amazonas – SINE/AM apontou que, em 2012, das 14,7 mil vagas oferecidas pelo Estado, apenas 7 mil conseguiram ser preenchidas por meio do órgão. Corroborado por dados da pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas- FIEAM de 2013 com empresas do PIM que revelam que da mão de obra empregada, **31% dos trabalhadores de nível superior ainda são de outros Estados.**

Os dados ora expostos demonstram a necessidade da oferta de novas vagas no ensino superior, mas, sobretudo, a necessidade de oferta de ensino de qualidade para o qual a FAMETRO está voltada e distribui todos os seus esforços.

Em relação ao curso de Tecnólogo em Segurança no Trabalho, a região de Manaus e o estado do Amazonas ainda são carentes de profissionais da área o que justifica o curso justamente pela presença das mais de 600 empresas do pólo industrial.

### **1.1.2 Demandas sociais**

A relação entre o contingente populacional de Manaus, sua projeção e o contingente de egressos do ensino médio intensificam a demanda pelo ensino superior em nosso município.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à história tardia do ensino superior privado no Estado do Amazonas tendo iniciado pelos idos da década de 1990, portanto existe uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior.

A segunda consideração refere-se ao contingente populacional do Estado, O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou em 30/08/2016 as estimativas da população residente nos estados e municípios brasileiros em 2016, a população estimada do Amazonas é de 4.001.667 milhões de habitantes, sendo que o **Estado é o 2º estado mais populoso da região Norte, com uma população distribuída em uma área de 1.559.161.814 km<sup>2</sup>, e o 13º estado mais populoso do país, correspondendo a 1,9%**

**do total da população brasileira. A projeção é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes** e tal crescimento requer investimentos em novas vagas para ao ensino superior.

A **capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado do Amazonas e entre os anos de 2015 e 2016**, Manaus foi o município que mais cresceu em **números absolutos de habitantes, 2.094.391 milhões**. A capital amazonense "ganhou" mais de 36 mil pessoas. E com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros Estados da federação.

**Considerando a Região Metropolitana** esse contingente populacional é da ordem de **2.403.986 milhões de habitantes**. Vale destacar que a região metropolitana é composta de 08 municípios: Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Aírão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva (IBGE, 2016).

A terceira consideração diz respeito à falta de equidade na distribuição das IES e das matrículas na Educação superior no Brasil que demonstra desigualdades regionais, sobretudo uma discrepância muito grande comparando-se a Região Norte com a Região Sudeste do país.

Dados do próprio Censo/MEC apontam um **déficit enorme de IES de ensino superior no Norte do país, haja vista que na distribuição das Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil apenas 6,4% se concentram no Norte, enquanto o Sudeste possui 48,9% das IES, o Sul 16%, o Nordeste com 18% e o Centro-Oeste 9,9%**.

O mapa do ensino superior no Brasil publicado em 2015 apresenta os seguintes dados: A distribuição das matrículas da Educação Superior no Brasil: Região Sudeste é responsável por 47,2% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no país, seguida pelas regiões Nordeste (20,9%), Sul (15,6%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%).

O mapa do ensino superior brasileiro informa ainda que de 2000 a 2013, o número de instituições de ensino superior (IES) no Amazonas apresentou um crescimento de 82%, totalizando 20 IES – 17 privadas e 3 públicas em 2013, contra 11 IES – 9 privadas e 2 públicas em 2000. O Estado do Amazonas tem uma população estimada em 4.001.667 milhões e é formado por quatro mesorregiões (totalizando 62 municípios). Concentra em suas 20 instituições de ensino superior, 2,2% das matrículas

em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Centro Amazonense foi responsável por cerca de 129 mil matrículas (94%).

E que no ano de 2013, na rede privada houve um aumento de 6,3% nas matrículas, atingindo a marca de 84 mil, contra 79 mil do ano anterior. Na rede pública o índice teve um crescimento de 5,1%, totalizando 53 mil matrículas em 2013 contra 51 mil no ano anterior. O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais na rede privada, em 2013, aumentou apenas 0,9% (35 mil alunos em 2012 para 36 mil em 2013). Na pública houve uma redução de 21% (12 mil em 2012 para 10 mil em 2013).

Entretanto a procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. Em 2013, 69,7% dos alunos ingressantes no ensino superior privado eram egressos do ensino médio público e apenas 30,3% do ensino médio privado. Considerando os 10 cursos com maior número de ingressantes nas IES privadas, é possível verificar que Serviço Social, Pedagogia e Gestão de Pessoal/RH são os cursos que apresentam maior percentual de alunos procedentes do ensino médio público, superando 80%.

**As estatísticas do último censo escolar do INEP de 2015 referente aos dados do ano de 2014 revelam um imenso contingente populacional oriundo do Ensino Médio, pressionando na busca pelo acesso ao ensino superior,** pressionado os governos federal e estadual, assim como a iniciativa privada, para o atendimento desta demanda. No Brasil são 15.600.212 matriculados no Ensino Médio e EJA médio. **No Amazonas são 382.038 matriculados no Ensino Médio e EJA Médio. E em Manaus 172.900 matriculados no Ensino Médio e 77.200 no EJA Médio.** Dados que retratam o contingente da potencial demanda para o ensino superior.

Podemos afirmar inclusive com base no exposto que o Norte do País carece de oferta de mais vagas como forma de equalizar a distribuição da educação de nível superior existente e diminuir as desigualdades sociais, promovendo a inclusão social por meio da oferta do ensino superior.

O ritmo de crescimento da região e as exigências do mercado de trabalho além da responsabilidade social com o meio requerem um profissional habilitado para preencher uma lacuna existente e destinada ao Tecnólogo em Segurança no Trabalho.

Assim, com a continuidade da oferta do Curso de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho, a FAMETRO estará contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta não é capaz de

absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho, haja vista possuímos apenas 07 IES ofertando o curso em Manaus.

### **1.1.3 Demandas culturais**

Em 2010 os ministérios da Previdência Social e do Trabalho registraram o aumento de 13,4% nas ocorrências de acidente de trabalho. Este dado consta no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho e revela o reflexo do rápido crescimento da economia brasileira na última década, que ampliou o número de postos de trabalho e conseqüentemente o numero de pessoas sujeitas a situações de risco e ainda do novo tipo de fiscalização realizado pelo governo federal .

De acordo com a lei 6.514, de 1977, as empresas são obrigadas a manter profissionais especializados em segurança do trabalho, variando pela quantidade de funcionários e pelo risco enfrentado.

A busca por qualificação para quem deseja disputar uma das vagas disponíveis neste segmento deve ser priorizada. O mercado é amplo e as possibilidades de atuação também. Este é o cenário que espera os futuros profissionais que serão formados pelo curso de tecnologia em Segurança.

### **1.1.4 Demandas políticas**

Quais as demandas de profissionais para a gestão em saúde, segurança do trabalho e meio ambiente nas organizações? Os profissionais em gestão existentes no mercado atendem as necessidades? A formação para a gestão em saúde, segurança do trabalho e meio ambiente é condizente com a expectativa? As organizações que buscam se enquadrar aos novos padrões produtivos para se inserir nos mercados, que são cada vez mais competitivos, requerem profissionais cada vez mais qualificados. Há procedimentos formalizados sobre a prevenção de danos ambientais, como também em saúde e segurança do trabalho, traduzidos por normas, certificações e legislação. Além dos novos modelos e sistemas de gestão, há mudanças na área de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente que exigem outras políticas de gestão. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino superior oferecem, desde a década de 1990, um novo leque de cursos com a finalidade de atender ao mercado de trabalho.

Contudo, não se sabe quais são as demandas de profissionais para atender aos novos desafios, como também não se sabe se os profissionais já formados e presentes no mercado atendem as necessidades. Requer-se, ainda, uma gestão das questões de saúde e meio ambiente cada vez mais integrada, de maneira a possibilitar redução de riscos e prevenção de danos. Os acidentes e as doenças ocupacionais, até então compreendidos como relacionados à

saúde e à segurança do trabalho, exigem tratamento conjunto com as questões até então compreendidas como de meio ambiente, como a poluição do ar e da água, por exemplo. A essas questões somam-se as demandas da gestão da qualidade e responsabilidade social, exigidas pelos novos padrões de gestão.

### 1.1.5 Demandas ambientais

Promover o desenvolvimento da Amazônia sem destruir seu valioso patrimônio é o desafio que vem sendo superado a partir do aproveitamento, economicamente viável e ambientalmente sustentável, das inúmeras potencialidades da região. Orientadas por ferramentas de gestão ambiental, atividades em áreas como agroindústria, turismo, bioindústria e piscicultura garantem produtividade e rentabilidade, evitando a devastação do meio ambiente amazônico.

Em relação à maior e mais biodiversa floresta tropical que a região abriga, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2).

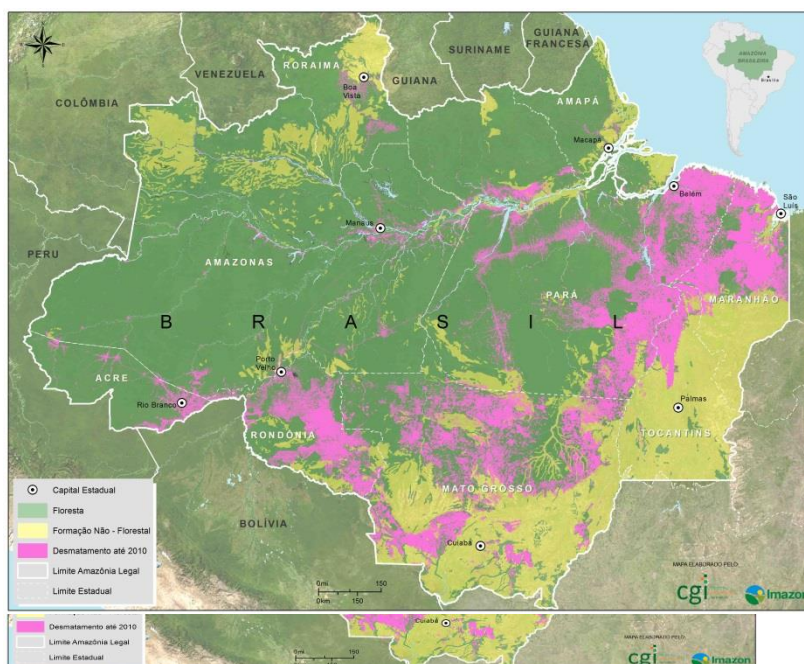


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010. (Fonte: <<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastante presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013).

Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

Devido às pressões populacionais e de tecnologia, o ambiente biofísico está sendo degradado, por vezes de forma permanente. A proteção do meio ambiente é necessária devido às várias atividades humanas. A produção de resíduos, a poluição do ar e a perda de biodiversidade (resultante da introdução de espécies invasoras e da extinção de espécies) são algumas das questões relacionadas com a proteção ambiental.

A proteção ambiental é influenciada por três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação. Cada um desses fatores desempenha o seu papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientais a nível pessoal.

#### **1.1.5.1 Política Ambiental da FAMETRO**

A Política Ambiental da FAMETRO, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da

Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- ▶ Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- ▶ Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- ▶ Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- ▶ Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- ▶ Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade manauara como alvo.

#### **1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FAMETRO**

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a FAMETRO e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- ▶ Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- ▶ Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;

- ▶ Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ▶ Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- ▶ Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

### **1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FAMETRO**

- ▶ São Instrumentos da Política Ambiental da FAMETRO:
- ▶ O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- ▶ A Semana da Responsabilidade Social;
- ▶ Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- ▶ Cursos e oficinas de educação ambiental para os atores dos diferentes setores e segmentos institucionais;
- ▶ Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade manauara;
- ▶ Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ▶ A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- ▶ Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- ▶ Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- ▶ Uso racional da impressão em papel;
- ▶ Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- ▶ A coleta seletiva dos resíduos;
- ▶ A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- ▶ A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- ▶ A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- ▶ O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;

- ▶ O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

## **1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**

### **1.2.1 Política de Ensino**

A FAMETRO define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

1. Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido.
2. Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas.
3. Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem.
4. Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos.
5. Princípio da espontaneidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de idéias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A FAMETRO estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

**1. Ensino:** na FAMETRO o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem corresponsabilizar-se com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais como o respeito, a solidariedade e a ética. Para atingir essa finalidade o ensino na graduação deve buscar a formação de profissionais com competência técnica e habilidades, capazes de preservar o conhecimento acumulado e de construir novos conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. O Ensino na FAMETRO é desenvolvido através de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas. Privilegiam-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da FAMETRO, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

1. Flexibilização: sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade do aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IE, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

2. Extensão: a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
3. Problematização: processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
4. Contextualização: processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
5. Competência: capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
6. Interdisciplinaridade e Transversalidade: processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdos afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque.
7. Educação para os Direitos Humanos: com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Serão realizadas, portanto, atividades interdisciplinares no curso que integram e interrelacionem os conteúdos das diferentes disciplinas por período, como gincana do conhecimento, leitura casos de ensino, visitas técnicas, elaboração de artigos científicos, entre outros, envolvendo as diferentes disciplinas do período. Além disso, serão realizadas atividades transversais que discutirão os temas Étnicos Raciais e a Educação Ambiental em todo o curso por meio de ciclo de palestras, cine-fóruns entre outros.

### 1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	Gincana do conhecimento	Desenvolvimento do conhecimento	Todas
2013/2	Gincana do conhecimento	Desenvolvimento do conhecimento	Todas
2014/1	Mostra acadêmica do curso	Audição X Fone de Ouvido	Todas
2014/2	Mostra acadêmica do curso	Pesquisa bibliográfica Estudo dos Epi's	Todas
2015/1	Desenvolver no discente a importância do entendimento e visão interdisciplinar.	Mesa Redonda- Legislação Previdenciária e Trabalhista	Todas
2015/2	Desenvolver no discente a importância do entendimento e visão interdisciplinar.	Mesa Redonda- Legislação Previdenciária e Trabalhista	<b>Todas</b>
2016/1	Desenvolver no discente a importância do entendimento e visão interdisciplinar.	FILME DO ACIDENTE DE BOPHAL – cada turma produzirão através de sugestões dos docente em POWER POINT, artigos, seminário;	<b>Todas</b>
2016/2	Desenvolver no discente a importância do entendimento e visão interdisciplinar.	Leitura do Livro: Saúde e Segurança do Trabalho na Construção Civil Brasileira	<b>Todas</b>
2017/1	Desenvolver no discente a importância do entendimento e visão interdisciplinar.	TEMA: <u>RISCOS INERENTE A INDÚSTRIA E SUAS MEDIDAS CORRETIVAS E PREVENTIVAS</u> <i>Será apresentado em formato de Banner</i>	<b>Todas</b>

2. o regulamento de pesquisa). O curso estimulará a iniciação científica ao:

1. Incentivar o desenvolvimento de projetos científicos voltados à realidade local - ser humano atuante- conforme o edital da coordenação de pesquisa da FAMETRO e relacionado às linhas de pesquisa e extensão do PAPEERI-

Programa de articulação ensino, pesquisa e extensão e responsabilidade social- sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças prevalentes na comunidade;

2. Despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais;
3. Motivar os alunos a publicar na revista científica da FAMETRO a Nambiquara e em outros periódicos;
4. Motivar os alunos a participação em eventos científicos e discussão de trabalhos;
5. Participação no CONCIFA- Congresso Científico da FAMETRO;
6. Promover atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

b1) NOPI: O Núcleo de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da FAMETRO tendo com objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

### 1.2.1.2 Projetos Transversais do Curso

Semestre	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas
2013/1	Exibição de filmes relacionados a temática étnico racial e educação ambiental	A turmas desenvolveu um relatório sobre o filme que foi exibido	
2013/2	Exibição de filmes relacionados a temática étnico	As turmas desenvolveram um relatório sobre o filme que foi exibido	TST151/M TST141/M TST131/M TST151/N TST141/N

	racial e educação ambiental		TST/132/N TST/131N
2014/1	Projeto	Visita em Escola Estadual (projeto fone de ouvido)	TST151/M TST141/M TST131/M  TST151/N TST141/N TST/132/N TST/131N
2014/2	Projeto Atividade Transversal.	Elaboração de Artigos e projetos	TST151/M TST141/M TST131/M  TST151/N TST141/N TST/132/N TST/131N
2015/1	Projeto Atividade Transversal	Mesa Redonda	TST151/M TST141/M TST131/M  TST151/N TST141/N TST/132/N TST/131N
2015/2	Desenvolver no discente a importância do entendimento da consciência social, étnico racial e educação ambiental do aluno. Capacidade de leitura e interpretação Capacidade de estudos em grupos individualmente	Plano de Evacuação e Instruções Gerais de Segurança - Etnio Racial	Todas
2016/1	Projeto Atividade	Tragédia na Cidade de Mariana-voltado para meio ambiente	Todas

	Transversal		
2016/2	Projeto Atividade Transversal	Elaboração de um Trabalho acadêmico – no padrão das norma da ABNT- Profissionais que executa NR 35- voltado ao meio ambiente	Todas
2017/1	Projeto Atividade Transversal	A atividade será realizada em duas etapas: a) Primeira: Os alunos deverão ler e interpretar o livro: <b>Ação Afirmativa para o Trabalhador Velho</b> – Paulo Isan Coimbra da Silva Junior; b) Segunda: os alunos produzirão um Artigo sobre o entendimento e relação dos Direitos Humanos e Etnias no contexto Brasil- voltado ao ambiente	Todas

## 2.1 Projetos de Iniciação Científica e Iniciação tecnológica do curso no último Triênio

Atividades de Iniciação Tecnológica			
Ano	Projeto	Ações desenvolvidas	Turmas envolvidas ou aluno envolvido
2013			
2014			
2015	Iniciação Tecnológica	Destacar o eventual papel da inovação no Setor da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	1, 2, 3 Período
2016	Iniciação Tecnológica	Destacar o eventual papel da inovação no Setor da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	1, 2, 3 Período
2017	Iniciação Tecnológica	Destacar o eventual papel da inovação no Setor da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	1, 2, 3 Período

O aluno será constantemente incentivado a realizar trabalhos científicos a medida que o aluno for ampliando o seu conhecimento teórico. Cada professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

## PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO

<b>Atividades de Iniciação Científica</b>			
<b>Ano</b>	<b>Projeto</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>	<b>Turmas envolvidas ou Aluno envolvido</b>
2013			
2014			
2015	Iniciação Científica	Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudante de graduação.	1 período
2016	Iniciação Científica	Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudante de graduação.	1 período
2017	Iniciação Científica	Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudante de graduação.	2 período

**3 Extensão:** Por meio de atividades de extensão serão incentivados os trabalhos articulando, ensino, pesquisa, investigação científica, capacitação e aperfeiçoamento e a interação entre a Instituição e a comunidade, com a participação do corpo discente. São atividades de Extensão propostas pela Faculdade: Oferta de serviço à comunidade através da Semana de Responsabilidade Social, Palestras Educativas com temas específicos em cada área entre outros (Cf. o regulamento de Extensão).

### **3.1 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso**

#### PROJETOS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO CURSO

<b>Atividades de Extensão</b>			
<b>Semestre</b>	<b>Projeto</b>	<b>Ações desenvolvidas</b>	<b>Turmas envolvidas</b>
2013/1	Cursos voltado para a segurança do trabalho	Monitoramento de acidentes com trabalhadores da Construção Civil	Todas
2013/2	Cursos voltado para a segurança	Monitoramento de acidentes com trabalhadores da Construção Civil	Todas

	do trabalho		
2014/1	Cursos voltado para a segurança do trabalho	Levantamento dos acidentes domésticos e criação de material informativos na prevenção	Todas
2014/2	Cursos voltado para a segurança do trabalho	Levantamento dos acidentes domésticos e criação de material informativos na prevenção	Todas
2015/1	Cursos voltado para a segurança do trabalho	Levantamento dos acidentes domésticos e criação de material informativos na prevenção	Todas
2015/2	Cursos voltado para a segurança do trabalho	Levantamento dos acidentes domésticos e criação de material informativos na prevenção	Todas
2016/1	Ciclo de Palestra	Comportamento de Risco e Importância da segurança no Trabalho no Estado do Amazonas	Todos
2016/2	Ciclo de Palestra	Comportamento de Risco e Importância da segurança no Trabalho no Estado do Amazonas	Todos
2017/1	Ciclo de Palestra	Aspectos fundamentais da Segurança do Trabalho	Todos

### 1.3 Objetivos do Curso

Desenvolver competências associadas à utilização de métodos e técnicas no ambiente de gestão de Segurança do Trabalho, tornando-o profissional capaz de atuar na área indústrias, empresas de comércio e serviços, empresas de construção civil, empresas de transportes, na área de auditoria, entre outras.

#### 1.3.1 Objetivos Específicos

- Possibilitar ao graduando obter informações técnico - científicas necessárias para a formação em Segurança do Trabalho.
- Formar profissionais capazes de compreender que o Tecnólogo em Segurança do Trabalho é uma área de conhecimento que envolve saberes científico e social.
- Fornecer noções empresariais para que ele seja capaz de atuar em ambiente de trabalho, considerando aspectos financeiros, administrativos e organizacionais.

- Possibilitar que o graduando tenha conhecimento das técnicas relacionada a Segurança e Saúde ocupacional, de forma que sua atuação seja diferenciada, tendo preocupação com o conhecimento das necessidades regionais.
- Desenvolver habilidades em conhecimentos teórico-prático para que os graduando seja capaz de diagnosticar situações de risco em ambientes laboral.
- Desenvolver competências em ações técnicas que possibilite ao graduando a aplicação dos princípios ergonômicos de forma criativa e pró-ativa na sua atuação.
- Atuar de forma ética, promovendo ações que promovam a qualidade de vida no âmbito organizacional.

#### 1.4. Perfil profissional do Egresso:

O tecnólogo em Segurança no Trabalho planeja, implanta, gerencia e controla os sistemas de segurança laboral. Compõe equipes multidisciplinares em instituições, como membro do sistema de saúde e segurança no trabalho. Desempenha atividade de vistoria, perícia, avaliação e emissão de pareceres sobre a qualidade dos diversos processos e condições de trabalho, bem como, pesquisa e aplicação tecnológica. Sua atuação visa a qualidade de vida dos trabalhadores e do meio ambiente, por meio da promoção da saúde, prevenção de acidentes, doenças do trabalho e acidentes industriais com impactos sobre os ecossistemas.

<b>Perfil do egresso (Núcleos de formação da diretriz e os conteúdos curriculares da diretriz)</b>	<b>Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)</b>	<b>Contexto educacional (demandas do curso)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejar sistemas na área de segurança e saúde ocupacional;</li> <li>• Planejar as estratégias de implantação de sistemas de segurança e saúde do trabalho;</li> <li>• Planejar e organizar campanhas especiais sobre higiene e segurança do trabalho;</li> <li>• Planejar medidas de segurança no armazenamento,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Legislação e Normas Técnicas Trabalhista e Previdenciária na - Segurança no Trabalho I.</li> <li>-Gestão de Projetos em Segurança no Trabalho.</li> <li>-Planejamento e Prevenção a Emergência a Acidentes Industriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução de exercícios;</li> <li>• Seminários;</li> <li>• Visita técnicas;</li> <li>• Construção de projetos técnicos;</li> <li>• Interdisciplinaridade;</li> <li>• Estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações.</li> </ul>

<p>transporte e manuseio de produtos;</p>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liderar e compor equipes multidisciplinares em instituições, como membro do sistema de saúde e segurança no trabalho.</li> <li>• Desempenhar atividades de vistoria, perícia, avaliação e emissão de pareceres sobre a qualidade dos diversos processos e condições de trabalho.</li> <li>• Executar programas de segurança no trabalho aplicando princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental;</li> <li>• Aplicar os fundamentos de prevenção à saúde</li> <li>• Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;</li> <li>• Aplicar ações que promovam a qualidade de vida do trabalhador nas organizações;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prevenção e Controle de Incêndios e Explosões I e II.</li> <li>- Prevenção e Controle de Riscos em Maquinas, Equipamentos e Instalações I e II.</li> <li>- Higiene e Trabalho.</li> <li>-Gestão e Análise de Riscos na Segurança no Trabalho</li> <li>- Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho.</li> <li>- Ergonomia.</li> <li>-Planejamento e Prevenção a Emergências e Acidentes Industriais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminários;</li> <li>• Visita técnicas;</li> <li>• Construção de projetos técnicos;</li> <li>• Interdisciplinaridade;</li> <li>• Laboratórios;</li> <li>• Trabalho de campo ;</li> </ul>

### **1.4.1 Competências e Habilidades:**

### **1.4.2. Competências e Habilidades Específicas:**

#### **No Planejamento:**

- Planejar sistemas na área de segurança e saúde ocupacional;
- Planejar as estratégias de implantação de sistemas de segurança e saúde do trabalho;
- Planejar e organizar campanhas especiais sobre higiene e segurança do trabalho;
- Planejar medidas de segurança no armazenamento, transporte e manuseio de produtos;

#### **Nas Operacionalizações:**

- Liderar e compor equipes multidisciplinares em instituições, como membro do sistema de saúde e segurança no trabalho.
- Desempenhar atividades de vistoria, perícia, avaliação e emissão de pareceres sobre a qualidade dos diversos processos e condições de trabalho.
- Executar programas de segurança no trabalho aplicando princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental;
- Aplicar os fundamentos de prevenção à saúde
- Aplicar princípios ergonômicos na realização do trabalho;
- Aplicar ações que promovam a qualidade de vida do trabalhador nas organizações;
- Aplicar a legislação e normas técnicas de segurança do trabalho;

#### **Na Gerencia:**

- Compreender o meio social, político, econômico e ambiental ao incorporar novas tecnologias;
- Desenvolver o trabalho em equipe de forma eficiente, considerando opiniões divergentes e sendo hábil o suficiente para estabelecer uma comunicação interpessoal
- Ser capaz de tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente;
- Elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, utilizando-se de inovações tecnológicas;
- Participar de equipes multidisciplinares interagindo criticamente e criativamente;
- Dimensionar equipes e escala de trabalho;
- Participar de processo de seleção de pessoal;

#### **Na Supervisão:**

- Supervisionar, organizar e controlar medidas de segurança no armazenamento, transporte e manuseio de produtos;
- Supervisionar e controlar a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual.

## **1.5 Estrutura Curricular:**

Fundamentada em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

### Flexibilidade

Todas as matrizes dos cursos superiores da Fametro possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.

### Interdisciplinaridade

Todos os cursos da Fametro desenvolvem projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.

### Transversalidade

Todos os cursos da Fametro desenvolvem projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnico racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.

### Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal

A Fametro promove a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da Fametro.

### Compatibilidade da Carga Horária Total

A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados e licenciaturas, e no caso dos tecnológicos o Catalogo Nacional de Cursos e a Resolução dos cursos tecnológicos. E a carga horária dos cursos está calculada em hora relógio.

### Articulação da Teoria com a Prática

Os cursos de graduação da FAMETRO preveem em suas disciplinas carga horária teórica e prática. A depender da natureza do curso e da especificidade do componente curricular a carga horária prática poderá chegar até o percentual de vinte por cento da carga horária total da disciplina.

Consideramos ainda que a Estrutura da Organização Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular do curso é:

**1º. Período:** Comunicação Empresarial 80h; Homem Natureza e Sociedade 40h; Metodologia do Trabalho Científico 80h; Matemática Básica 80h; Informática Básica 40h. Introdução à Segurança no Trabalho 40h.

**2º. Período:** Fundamentos de Economia 80h; Estatística 80h; Psicologia Organizacional 40h; Primeiros Socorros 40h; Legislação e Normas Técnicas, Trabalhista e Previdenciária na Segurança no Trabalho 80h; Gestão de Projetos em Segurança no Trabalho 40h.

**3º. Período:** Desenho Técnico 80h; Gestão da Qualidade 40h; Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho 40h; Administração em Segurança no Trabalho 40h; Proteção e Controle de Incêndios e Explosões I 40h Gestão e Análise de Riscos na Segurança do Trabalho 80h; Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações I 80h.

**4º. Período:** Doenças Ocupacionais 80h; Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações II 40h; Proteção e Controle de Incêndios e Explosões II 40h; Higiene e Trabalho 80h; Avaliação e Controle de Riscos no Ambiente de Trabalho 80h; Programas e Laudos Periciais aplicada à Segurança no Trabalho 80h.

**5º. Período:** Segurança na Construção Civil 80h; Ética e Responsabilidade Social 40h; Biossegurança 80h; Ergonomia 80h; Práticas em Segurança no Trabalho: TCC I 40h; Optativa I 80h.

**6º Período:** Planejamento e Prevenção a Emergências e Acidentes Industriais 80h; Segurança no Trabalho Agroflorestal 80h; Seminários em Segurança no Trabalho 80h; Práticas em Segurança no Trabalho : TCC II 40h; Liderança e Empreendedorismo 40h; Optativas II 80h.

**Disciplina Obrigatório:** LIBRAS 80h; Inglês Técnico 80h; Tópicos Especiais em Segurança no Trabalho I 80h; Tópicos Especiais em Segurança no Trabalho II 80h.

### 1.5.1 Matriz do Curso

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Ensino de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional.

## Matriz Curricular – Tecnólogo em Segurança no Trabalho

### 1. PERÍODO

Disciplina	CH	Laboratórios
Comunicação Empresarial	80	
Homem Natureza e Sociedade	40	
Metodologia do Trabalho Científico	80	
Matemática Básica	80	
Informática Básica	40	Informática
Introdução à Segurança no Trabalho	80	
<b>Sub-Total</b>	<b>400</b>	

### 2. PERÍODO

Disciplina	CH	Laboratórios
Fundamentos de Economia	80	
Estatística	80	
Psicologia Organizacional	40	

Primeiros Socorros	40	
Legislação e Normas Técnicas, Trabalhista e Previdenciária na Segurança no Trabalho	80	
Gestão de Projetos em Segurança no Trabalho	80	
<b>Sub-Total</b>	<b>400</b>	

### 3. PERÍODO

Disciplina	CH	Laboratórios
Desenho Técnico	80	Desenho Técnico
Gestão da Qualidade	40	
Gestão Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho	40	
Administração em Segurança no Trabalho	40	
Proteção e Controle de Incêndios e Explosões I	40	
Gestão e Análise de Riscos na Segurança do Trabalho	80	
Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações I	80	
<b>Sub-Total</b>	<b>400</b>	

### 4. PERÍODO

Disciplina	CH	Laboratórios
Doenças Ocupacionais	80	
Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações II	40	
Proteção e Controle de Incêndios e Explosões II	40	
Higiene e Trabalho	80	
Avaliação e Controle de Riscos no Ambiente de Trabalho	80	
Programas e Laudos Periciais aplicada à Segurança no Trabalho	80	
	<b>400</b>	

### 5. PERÍODO

Disciplina	CH	Laboratórios
Segurança na Construção Civil	80	
Ética e Responsabilidade Social	40	
Biossegurança	80	
Ergonomia	80	
Práticas em Segurança no Trabalho: TCC I	40	

Optativa I	80	
<b>Sub-Total</b>	<b>400</b>	

## 6. PERÍODO

Disciplina	CH	Laboratórios
Planejamento e Prevenção a Emergências e Acidentes Industriais	80	
Segurança no Trabalho Agroflorestal	80	
Seminários em Segurança no Trabalho	80	
Praticas em Segurança no Trabalho : TCC II	40	
Liderança e Empreendedorismo	40	
Optativas II	80	
<b>Sub-Total</b>	<b>400</b>	

<b>Optativas</b>	CH
Inglês Técnico	80
Libras	80
Tópicos Especiais em Segurança no Trabalho I	80
Tópicos Especiais em Segurança no Trabalho II	80

## RESUMO DA MATRIZ

Descrição	CH
Atividades Informativas	2.400
Atividades Complementares	100
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	<b>2.500</b>

## 1.5.2 Ementário

### EMENTÁRIO DO CURSO DE SEGURANÇA NO TRABALHO

#### SEGURANÇA NO TRABALHO

##### 1. PERÍODO

#### INTRODUÇÃO À SEGURANÇA NO TRABALHO

Introdução, interligação entre as várias engenharias, Engenharia de segurança do trabalho, legislação, organização da área SSST, acidente de Trabalho e acidente de trajeto, doenças Profissionais e Doenças do Trabalho, Comunicação e treinamento, normalização - NR's; Riscos Profissionais: Avaliação e Controle; outros Assuntos em Segurança e Higiene do Trabalho, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CURIA, Liz Roberto. Segurança e medicina do trabalho. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- HOEPPENER, Marcos Garcia. NR: Normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho. 5.ed. Ícone, 2010.
- ILDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BREVIGLIERO, Ezio.; POSSEBON, José.; SPINELLI, Robson. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 6.ed. São Paulo: Senac, 2011.
- FALZON, Pierre. Ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2007.
- MENDES, Ricardo Alves.; LEITE, Neiva. Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas. 3.ed. São Paulo: Manole, 2012.
- OPITZ JUNIOR, João Batista. Medicina do trabalho e perícia médica: visão cível, criminal, trabalhista e previdenciária. 2.ed. São Paulo: Santos, 2012.
- SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 5.ed. São Paulo: Ltr, 2013.

## **COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO**

O texto verbal, a estrutura lógica do texto dissertativo, os textos administrativos e conhecimentos gramaticais. Organizações: conceitos, características e tipologias. Os meios de comunicação nas organizações: classificação, características e linguagens das principais mídias internas e externas; Comunicação interna: conceitos, importância, novas exigências e novas práticas; Comunicação Integrada, Comunicação Corporativa e o Composto da Comunicação nas organizações; Comunicação Institucional (Relações Públicas, Marketing Social e Cultural, Jornalismo, Editoração, Propaganda Institucional e Identidade Corporativa); Comunicação Mercadológica ou Comunicação de Marketing (Marketing, Publicidade, Promoção de Vendas, Merchandising), no contexto da educação ambiental, das relações culturais e étnico-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- a) GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna: Aprenda a Escrever Aprenda a Pensar**. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- b) SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Para Entender o Texto: Leitura e Redação**. 17 ed. São Paulo: Nacional, 2012.
- c) TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2014.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- 1. BAHIA, Benito Juarez. **Introdução a comunicação empresarial**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- 2. CHINEM, Rivaldo. **Introdução à comunicação empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- 3. FRANÇA, Ana Shirley. **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.
- 4. PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação Empresarial**. 7 ed. São Paulo: Alínea, 2010.
- 5. TAVARES, Maurício. **Comunicação Empresarial e Planos de Comunicação: Integrando Teoria e Prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## **HOMEM NATUREZA E SOCIEDADE**

O debate teórico e metodológico sobre a concepção, análise e entendimento do processo de urbanização, em particular nos temas relativos à produção do espaço urbano e suas consequências nas dinâmicas sociais e demográficas além das características específicas assumidas pelo fenômeno no mundo contemporâneo em termos territoriais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- \_\_\_\_\_ . **O espaço do cidadão.** 7.ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MORENO, Júlio. **O futuro das cidades.** São Paulo: Senac, 2002. (Série Ponto Futuro, 11)
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos, 203)
- VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Nobel, 2012.
- \_\_\_\_\_ . **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Nobel, 2001.

## **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**

Introdução à metodologia da pesquisa científica. O método científico e suas aplicações. Reflexões sobre o ato de estudar, leitura de texto. O estudo de texto. A documentação pessoal. A técnica de redação. Diretrizes para elaboração de um seminário. Diretrizes

para elaboração de um trabalho científico, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Projeto de,50 Pesquisa: Proposta Metodológica**. Rio de Janeiro. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 24 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

## **MATEMÁTICA BÁSICA**

Noções de lógica. Função. Números Inteiros, Racionais e Irracionais. Números complexos. Polinômios. Série geométrica e funções exponencial, logarítmica e potência. Conjuntos Numéricos. Módulo e raízes. Resolução de equações e inequações. Função real de variável real. Trigonometria.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. IEZZI, Gelson. **Fundamentos de Matemática**. 8.ed/8.reimpr. Atual, 2010
2. DOLCE, Osvaldo. **Fundamentos de Matemática Elementar**. 6.ed./7.reimpr. Volume 10. Atual 2010
3. BISPO, Carlos Alberto Ferreira. **Introdução à Lógica Matemática**. 1.ed Cengage Learning, 2011

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BOULOS, P. **Introdução ao Cálculo** - Edgard Blucher - Editora Brasília
2. OLIVEIRA, Edmundo Capelas de. **Introdução aos métodos da matemática aplicada**. 3.ed. Editora da UNICAMP 2010.
3. BARRETO FILHO, Benigno. **Matemática**.1.ed Manaus: FTD, 2000.
4. SILVA, Sebastião Medeiros da. **Matemática Básica para Cursos Superiores**. 1.ed/11.reimpr. Atlas, 2011.,50
5. HARIKI, Seiji. **Matemática Aplicada**. 1.ed/4.tiragem. Saulo Paulo: Saraiva, 2005

### **INFORMÁTICA BÁSICA**

O computador e o mundo atual. Ambientes Operacionais. Edição de Texto, Planilhas eletrônicas, editores de apresentação, bancos de dados. O uso do computador e as tecnologias aplicáveis.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CAPRON, H.L. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2011.
2. NORTON, Peter. **Introdução à informática**. 1.ed. São Paulo: Pearson Makron Books 2005.
3. KUROSE, James. **Redes de computadores e a internet**. 5.ed. São Paulo: ADDISON WESLEY, 2010

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CORNACHIONE Jr, Edgar B. **Informática**. 3.e,50d/11.reimp. São Paulo: Atlas 2010.
2. VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**. 8.ed. Elsevier 2011.
3. ALBERTIN, Alberto Luiz. **Administração de informática**. 6.ed São Paulo: Atlas, 2010
4. OLIVEIRA, Ramon de. **Informática Educativa**. 4.ed. São Paulo: Papirus 1997
5. MORAES, Alexandre Fernandes de. **Rede de computadores**. 7.ed. Érica, 2010

## **2º PERÍODO**

### **FUNDAMENTOS DE ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO**

Demanda. Oferta. Equilíbrio de Mercado. Teoria da Firma. Cenário dos negócios em uma economia globalizada Mercados comuns e a integração logística regional. Impactos da conjuntura econômica sobre as empresas de pequeno e médio porte. Concorrência e competitividade,50de. A economia baseada na informação. Custo, valor e preço. Eficiência e localização dos custos. Economias de escala, de variedades e aprendizado. Teoria dos jogos e suas aplicações no empreendedorismo, Perfil Empreender, Construção da visão de negócio trabalhando a idéia. Construção da rede de relações (network). Elaboração e apresentação de um plano de negócios. Criatividade e decisões em grupo. Criatividade. Inovação no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BRUNSTEIN, Israel. Economia de Empresas: Gestão Econômica de Negócios. São Paulo: Atlas, 2012.
2. MARIANO, Jefferson. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.
3. TAJRA, Sanmya Feitosa. Empreendedorismo: Conceitos e Práticas Inovadoras. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos)

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BESANKO, David; DRANOVE, D.; SHANLEY, M.; SCHAEFER, S. A Economia da Estratégia. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
2. DORNELAS, José Carlos Assis. Criação de Novos Negócios: Empreendedorismo para o Século XXI. 2 ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
3. HASHIMOTO, Marcos. Espírito Empreendedor nas Organizações: Aumentando a Competitividade através do Intra-Empreendedorismo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Calibri
4. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de Economia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
5. WESSELS, Walter J. Economia. 3 ed. São Paulo, 2010.

## **ESTATÍSTICA**

Classificação de variáveis, Levantamento de Dados: Coleta; Apuração; e Análise de resultados. Séries Estatísticas. Distribuição de Freqüências. Análise de Gráficos Estatísticos. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão. Medidas Separatrizes. Medidas de Assimetria. Medidas de Curtose. Distribuição Normal e as distribuições Relacionadas. Intervalo de Confiança. Teste de Hipóteses, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
2. MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística Geral e Aplicada. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
3. LARSON, Ron. Estatística aplicada:. 4.ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
2. FONSECA, Geraldo Luciano. Estatística Aplicada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
3. MARTINS, Denis. Princípios de Estatística: 900 Exercícios Resolvidos e Propostos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
4. MILONE, Giuseppe. Estatística Geral e Aplicada. São Paulo: Thomson Learning, 2009.
1. VIEIRA, Sônia. Estatística básica. São Paulo: Atlas, 2012.

## **PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL**

### **DESCRIÇÃO**

Psicologia Industrial e Organizacional - Histórico Movimentos sócio-econômicos da industrialização, Taylorismo à pesquisa em Howthorne (movimento das relações humanas) Contribuição da escola de Kurt Lewin, motivações e sistemas de valores ligados, trabalho, organizações - conceito sistêmico, análise do trabalho e dos processos Industriais, análise do trabalho em termos de atividades motoras, análise do trabalho em termos de regulação, sistemas abertos e fechados, análise do trabalho em termos de processamento de informação, técnicas de Investigação e o diagnóstico, a Seleção Profissional do ponto de vista das Teorias de Decisão, seleção, Classificação e Colocação Diferencial, a análise do Trabalho, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CAMPOS, Dinael Corrêa de. Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
2. MORIN, Estelle M.; AUBÉ, Caroline. Psicologia e gestão. São Paulo: Atlas. 2010.
3. ROBBINS, Stephen Paul.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BLOCK, Peter. Comportamento organizacional: desenvolvendo organizações eficazes. São Paulo: M. Books, 2004. (02exs.)
2. MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2010. (03exs.)
3. MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. 22.ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 2013.
4. ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
5. SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

## **PRIMEIROS SOCORROS**

### **DESCRIÇÃO**

Enfoque sobre violências urbana. Agravos externos. Perfil epidemiológicos. Prevenção de acidentes. O entendimento das ações de enfermagem acerca dos aspectos mais relevantes da atenção ao nível pré - hospitalar para ensaio de situações de emergência cotidiana. Primeiro socorros nos acidentes traumáticos, biológicos, químicos físicos e retirada de corpos estranhos. Parada cardiorespiratório. Planejamento em situações de catástrofe, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. MARTINS, Herlon Saraiva.; DAMASCENO, Maria Cecília de.; AWADA, Soraia Barkat. Pronto-socorro: medicina de emergência. 3.ed. São Paulo: Manole, 2013.
2. PIRES, Marco Túlio Baccarini; STARLING, Sizenando Vieira. ERAZO: manual de urgências em pronto-socorro. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
3. SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. Primeiros socorros: condutas técnicas. São Paulo: Iátria, 2014.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BERGERON, J. David; BIZJAK, Glória; LE BAUDOUR, Chris. [et. al]. Primeiros-socorros. 2. ed. São Paulo: Atheneu. 2010.
2. CALDEIRA FILHO, Milton; WESTPHAL, Gláucio Adrieno. UTI: manual prático de medicina intensiva. 9.ed. São Paulo: Segmento Farma, 2012.
3. KAWAMOTO, Emilia Emi. Acidentes: como socorrer e prevenir. São Paulo: E.P.U. 2008.
4. SOUZA, Lucila Medeiros Minichello de. Suporte básico à vida. São Paulo: Erica, 2010. (Série Eixos – ambiente e saúde)
5. VARELLA, Dráuzio; JARDIM, Evandro Carlos. Primeiros-socorros: um guia prático. São Paulo: Claro Enigma. 2010.

## **LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS NA SEGURANÇA NO TRABALHO**

Noções gerais sobre legislação e normatização. Legislação Previdenciária: Direito do Trabalho. Campo de aplicação da legislação trabalhista. Sujeitos do Direito do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Identificação profissional. Salário e remuneração. Férias anuais remuneradas. Trabalho de mulher. Trabalho do menor. Estabilidade e garantia no emprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Relações coletivas de trabalho e estudo do capítulo V da CLT. Noções sobre responsabilidade civil e criminal e por dano moral em acidentes de trabalho, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-rationais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- 1.CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das Leis do Trabalho: legislação complementar e jurisprudência. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 2012
- 2.CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Curso de direito da seguridade social. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 3.MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- 1.Manual de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras – Nrs (NR 1 a 36). 11.ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2014. (Série Segurança e Saúde no Trabalho).
- 2.MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

- 3.MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social e saúde. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- 4.MANAUS, Pedro Paulo Teixeira; ROMAR, Carla Teresa Martins. CLT e Legislação complementar em vigor. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- 5.SARAIVA, Renato; TONASSI, Rafael; MANFREDINI, Aryanna (Orgs). Consolidação das Leis do Trabalho. 10.ed. São Paulo: Método, 2014.
- 6.BALERA, Wagner. Legislação previdenciária anotada. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- 7.GARCIA, Roni G. Manual de rotinas trabalhistas: problemas práticos na atuação diária. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- 8.GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- 9.ORAES, Alexandre de. Constituição da República Federativa do Brasil: de 05 de outubro de 1988. 39.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- 10.OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista. 45.ed. São Paulo: Atlas, 2011

## **GESTÃO DE PROJETOS EM SEGURANÇA NO TRABALHO**

Definição de projeto / Contexto e motivação no contexto da segurança do trabalho/ PMI e PMBOK/ Conceitos/ Ciclo de vida do projeto/ Evolução da gerência de projetos / Estrutura analítica de projetos (EAP) / Diagrama de GANTT / Estruturas organizacionais na segurança do trabalho/ Caminho crítico / Custos / Cronogramas físicos e financeiros / Alocação de recursos humanos, financeiros e layout / Controle do projeto / Ferramentas computacionais para gerência de projetos / Análise de gerência de projetos tecnológicos, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. KANABAR, Vijay; WARBURTON, Roger D. Gestão de projetos. São Paulo: Saraiva, 2012. (Série Fundamentos – Conhecimento real para o mundo real).
2. PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos: Guia PMBOK. 5. ed. São Paulo: Saraiva. 2014.
3. MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. GILDO, Jack. Gestão de Projetos. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

2. HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos: guia para o exame oficial do PMI. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus. 2005.
3. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
4. VARGAS, Ricardo. Manual prático do plano de projeto: utilizando o PMBOK Guide. 4.ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.
5. WOILER, Sansão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

### **3ª PERÍODO**

#### **DESENHO TÉCNICO**

Utilização e manejo de equipamentos de desenho; elementos de desenho técnico; normas brasileiras aplicáveis; projeções de pontos; retas e planos; representação de objetos em projeção; vistas auxiliares; perspectivas: classificação; estudo dos principais tipos de perspectivas; utilização do CAD 3D no desenho técnico; obtenção de projeções e perspectivas, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. RIBEIRO, Antônio Célio; PERES, Mauro Pedro; IZIDORO, Nacir. Curso de desenho técnico e autocad. São Paulo: Pearson, 2013.
2. SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio. Manual básico de desenho técnico. 8.ed. São Carlos: UFSC, 2013.
3. PEREIRA, Nicole de Castro. Desenho técnico. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2012.

#### **SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

Evolução da questão ambiental: histórico, política ambiental e crescimento econômico, a política ambiental no Brasil, gestão do meio ambiente: princípios e instrumentos, licenciamento e avaliação de impacto ambiental: conceitos, etapas, técnicas, aplicações e experiências internacionais e brasileiras, gestão de recursos hídricos: evolução, instrumentos econômicos e jurídicos, aspectos institucionais, disponibilidade e demanda controle da poluição das águas e gerenciamento, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; MIGUEL, Paulo Augusto; GEROLAMO, Mateus C. Gestão da qualidade ISO 9001:2008: princípios e requisitos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. RIBEIRO NETO, João Batista M.; TAVARES, José da Cunha.; HOFFMANN, Silvana Carvalho. Sistemas de gestão integrados: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, segurança e saúde no trabalho. 4.ed. São Paulo: Senac, 2013.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CERQUEIRA, Jorge. Sistemas de gestão integrados. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
2. MORAES, Giovanni Araújo. Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional Ohsas 18.001 e Ism Code Comentados. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2010.
3. PADILHA, Norma Sueli. Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
4. PAOLESCHI, Bruno. CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2014.
5. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001): vantagens da implantação integrada. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## **ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA NO TRABALHO**

Bases históricas. Abordagem clássica: Tecnologia em Segurança no Trabalho Científica e Teoria Clássica, Abordagem Humanística da Tecnologia em Segurança no Trabalho: Teorias Transitivas, Teoria das Relações Humanas e Decorrências da Teoria das Relações humanas. Abordagem Neoclássica da Tecnologia em Segurança no Trabalho: Teoria neoclássica, Processos Administrativo, Tipos de Organização, Departamentalização, Tecnologia em Segurança no Trabalho, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da administração. 8.ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

2. SEGURANÇA e saúde no trabalho. 13.ed. São Paulo: Yendis, 2014.
3. SEGURANÇA e Medicina do Trabalho. 73.ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Coleção Manuais de Legislação Atlas)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 9.ed. Nova Lima: Falconi, 2013.
2. DRUCKER, Peter F. Introdução à administração. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
3. KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
4. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
5. TAVARES, José da Cunha. Tópicos de administração aplica a segurança do trabalho. São Paulo: SENAC, 2010.

#### **PROTEÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS E EXPLOSÕES I**

Conceito, importância e participação da engenharia de segurança do trabalho na proteção contra incêndios. Legislação e normas brasileiras relativas à proteção contra incêndio. Seguro-incêndio. Relação empresa-segurança. Programas de proteção contra incêndio. Química e Física do fogo. Produtos da combustão e seus respectivos efeitos. Proteção estrutural: identificação, seleção e análise de materiais, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BARSANO, Paulo Roberto.; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho: guia prático e didático. São Paulo: Érica, 2014.
2. CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios. 15. ed. São Paulo: SENAC, 2013.
3. PEREIRA, Anderson Guimarães; ARAÚJO JÚNIOR, Carlos Fernando de; MALAQUIAS, Mário Augusto Vicente. O direito e o ensino aplicados à segurança contra incêndios. São Paulo: LTr, 2011.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CASTRO, Carlos Ferreira de.; ABRANTES, José Barreira. Manual de segurança contra incêndio em edifícios. 2.ed. Rio Janeiro: Escola Nacional de Bombeiros, 2009.

2. GOMES, Ary Gonçalves. Cartilha de prevenção contra incêndio. São Paulo: Interciência, 2001.
3. MORAES, Giovanni Araújo. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: legislação da segurança e saúde no trabalho. 9.ed. v.4. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2013.
4. PASTL, Sérgio. Manual de Prevenção de Explosões e Incêndios em Inflamáveis. São Paulo: Spazio Italia. 2012.
5. VIEIRA, Jair Lot. Regulamento de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo: Decreto n. 56.819, de 10 de março de 2011. São Paulo: EDIPRO, 2011.

### **GESTÃO E ANÁLISE DE RISCO NA SEGURANÇA NO TRABALHO**

Segurança do trabalho: Integração: Agentes Químicos e vias de contaminação. Limites de Tolerância e dose letal, Aerodispersóides, gases e vapores. Líquidos tóxicos, corrosivos e inflamáveis. Medidas de controle de Engenharia e Pessoais referentes a riscos. Normas: NR15, NR16 e NR7. Técnicas de Análise de Riscos: Conceitos Básicos. Técnicas de Análises: APR, HAZOP, AMFE e AAF. Análise sumária de processos: equipamentos mais usados no controle de agentes agressivos em indústrias, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

6. MORAES, Giovanni Araújo. Elementos do sistema de gestão de SMSQRS: Segurança, Meio Ambiente, Saúde Ocupacional, Qualidade e Responsabilidade Social (Sistema de Gestão Integrada). 2.ed. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2010. v.2.
7. MORAES, Giovanni Araújo. Sistema de gestão de riscos: princípios e diretrizes (ISO 3100/2009 comentada e ilustrada). v.1. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2010.
8. PONZETTO, Gilberto. Mapa de riscos ambientais: aplicado a engenharia de segurança do trabalho- Cipa NR – 05. São Paulo: LTr. 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CARVALHO, Geraldo Mota de. Enfermagem do trabalho. São Paulo: EPU, 2001. (02exs.)
2. NUNES, Flávio de Oliveira. Segurança e saúde no trabalho: esquematizada. (Normas regulamentadoras 10 a 19) 2.ed. São Paulo: Método, 2014. (02 exs.)

3. OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. Segurança e saúde no trabalho: guia de prevenção de riscos. São Paulo: Yendis, 2010.
4. PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
5. SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

## **PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES I**

Conceituação e importância. Bombas e motores. Veículos industriais. Equipamentos de guindar e transportar. Ferramentas manuais. Ferramentas motorizadas. Vasos sob pressão. Caldeiras. Equipamentos pneumáticos. Fornos. Compressores. Soldagem e corte. Equipamentos de processos industriais. Sistema de proteção coletiva. Equipamentos de proteção individual – EPI. Projeto de proteção de máquinas. Cor, sinalização e rotulagem. Área de utilidades. Manutenção preventiva e engenharia de segurança, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CAMPOS, Armando; TAVARES, José da Cunha; LIMA, Valter. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações. 6.ed. São Paulo: Senac, 2010.
2. DRAGONI, José Fausto. Proteção de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeados de segurança. São Paulo: LTr. 2010.
3. SZABO JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho (Nrs comentadas 1 a 36). 7.ed. São Paulo: RIDEEL, 2014.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

7. BELLUSCI, Sílvia Meirelles. Doenças profissionais ou do trabalho. 12.ed. São Paulo: Senac, 2013.
8. BRANDÃO, C. Acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador. São Paulo: LTr. 2012.
9. FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. Tecnologia industrial e radiações ionizantes. v.8. Goiânia: AB, 2007. (Coleção Saúde e Segurança do Trabalhador)

10. LACERDA, Nádya Demoliner. Segurança e saúde do trabalhador: o debate Nacional sobre concepção preventiva do novo seguro de acidentes. São Paulo: Ltr, 2011.
11. TORREIRA, Raul Peragallo. Manual de segurança industrial. São Paulo: Ltr, 2011. (02exs.)

#### **4ª PERÍODO**

##### **DOENÇAS OCUPACIONAIS**

Conceituação e importância. Serviços de medicina do trabalho: atribuições e relacionamento com a engenharia de segurança. Relação entre agentes ambientais e doenças do trabalho. Fatores oriundos das doenças do trabalho que influenciam a produtividade e o bem-estar do trabalhador. Estudo de doenças do trabalho: doenças causadas por agentes físicos, químicos e biológicos. Doenças do trabalho na indústria e no meio rural. Aspectos epidemiológicos das doenças do trabalho, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

##### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BARSANO, Paulo Roberto.; BARBOSA, Rildo Pereira. Controle de riscos: prevenção de acidentes no ambiente ocupacional. São Paulo: Érica, 2014.
2. MENDES, René. Patologia do trabalho. v.1. São Paulo: Atheneu, 2007.
3. NEVES, Marco Antônio Borges das. As doenças ocupacionais e as relacionadas ao trabalho: as diferenças conceituais existentes e as suas implicações. São Paulo: Ltr, 2011.

##### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. DELIBERATO, Paulo César Porto. Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. São Paulo: Manole, 2002.
2. MICHEL, Oswaldo. Saúde do trabalhador: cenários e perspectivas numa conjuntura privatista. São Paulo: LTr, 2009.
3. MORAES, Márcia Vilma G. Doenças ocupacionais – Agentes: físico, químico, biológico, ergonômico. São Paulo: Iátria, 2010.
4. NOGUEIRA, Sandro D'Amato. Meio ambiente do trabalho: o princípio da prevenção na vigilância e na saúde. São Paulo: LTr, 2008.
5. RIBEIRO, Maria Soares (org.). Enfermagem e trabalho: fundamentos para a atenção à saúde dos trabalhadores. São Paulo: Martinari, 2012.

## **PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS EM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES II**

Localização industrial. Arranjo físico. Edificações: fase construtiva e operacional. Estruturas e superfícies de trabalho. Transporte, armazenagem e manuseio de materiais. Tanques, silos e tubulações. Cor, sinalização e rotulagem. Características da construção civil. Riscos principais. Programa das Condições do Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT. Análise dos subsistemas: pessoal, equipamento, material e ambiente, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. LIMA FILHO, Domingos Leite. Projetos de instalações elétricas prediais. 11.ed. São Paulo: Érica, 2010.
2. MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações hidráulicas: prediais e industriais. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
3. MACINTYRE, Archibald Joseph. Equipamentos industriais e de processo. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. ALEGRE, Carlos. Acidentes de trabalho e doenças profissionais. São Paulo: Almedina, 2000.
2. CREDER, Hélio. Manual do instalador eletricitista. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
3. OLIVEIRA, Cláudio A. Dias de. Aplicando os procedimentos técnicos em segurança e saúde no trabalho e na área de construção. São Paulo: Ltr, 2005.
4. PEDROTTI, Irineu Antônio. Doenças profissionais ou do trabalho. 4.ed. São Paulo: Servandra, 2010.
5. SERTA, Roberto. Segurança em altura na construção. São Paulo: PINI, 2013.  
(02exs)

## **PROTEÇÃO E CONTROLE DE INCÊNDIOS E EXPLOSÕES II**

Conceito e avaliação de carga-incêndio. Importância da análise dos processos industriais sob o ponto de vista incêndio. Proteção especial contra incêndio. Incêndios florestais. Sistema de detecção e alarme. Agentes extintores. Sistemas fixos e equipamentos móveis de combate a incêndio. Rede de hidrantes. Equipe de combate a incêndio. Inspeções oficiais: órgãos públicos e seguradores. Laboratórios de ensaios no Brasil, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. ARAGÃO, Ranvier Feitosa; CORDIOLI, Celito; NEGRINI NETO, Osvaldo; KLEINUBING, Rodrigo. Incêndios e explosivos: uma introdução à engenharia Forense. São Paulo: Millenium, 2010.
2. GOMES, Ary Gonçalves. Sistemas de prevenção contra incêndios. Rio de Janeiro: Interciência. 2010.
3. PONTE JÚNIOR, Gerardo Portela da. Gerenciamento de riscos baseado em fatores humanos e cultura de segurança: estudo de caso de simulação computacional do comportamento humano durante a operação de escape e abandono em instalações offshore. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BRENTANO, Telmo. Instalações hidráulicas de combate a incêndios nas edificações. Porto Alegre: Edipue, 2007.
2. GUIMARÃES, Aderson. Sistemas de hidrantes prediais para combate a incêndios. São Paulo: Bookmix Comunicações, 2004.
3. POWELL, Andy. É proibido amarrar jacarés aos hidrantes. São Paulo: Matrix, 2008.
4. SILVA, Valdir Pignatta e. Projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio. São Paulo: Edgard Blucher, 2012.
5. SANTOS, Antônio Ferraz dos. Corpo de bombeiros do Estado de São Paulo. São Paulo: Novo Século, 2010.

### **HIGIENE E TRABALHO**

Conceituação, classificação e reconhecimento dos riscos físicos. Ruídos: conceitos gerais e ocorrência, física do som, critérios de avaliação, práticas e técnicas de medição, análise de medidas de controle. Vibrações: conceitos gerais e ocorrência, física das vibrações, critérios de avaliação, práticas e técnicas de medição, análise de medidas de controle. Trabalho prático de controle de ruídos e vibrações. Sobrecarga térmica: conceitos gerais e ocorrências, transmissão de calor, prática de técnicas de medição, critérios de avaliação, medidas de avaliação e controle. Temperaturas baixas: conceitos gerais e ocorrência, critérios de avaliação, medidas de controle e avaliação, trabalho prático. Iluminação: conceitos gerais, níveis de iluminamento, efeitos estroboscópicos, técnicas de medição, fatores interferentes na iluminação, iluminação especial, laboratório de avaliação e análise de projeto de iluminação. Pressões elevadas e baixas, ocorrência, avaliação e medida de controle, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira. Higiene e segurança do trabalho. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
2. MORAES, Giovanni Araújo. Legislação de segurança e saúde ocupacional: normas regulamentadoras comentadas e ilustradas. 10.ed. v.5. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2013.
3. SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais. 5.ed. São Paulo: LTR, 2013.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. JARDIM, Philipe Gomes. Meio ambiente do trabalho aplicado. São Paulo: LTr, 2013.
2. MIGUEL, Alberto Sérgio. Manual de higiene e segurança do trabalho. 12.ed. Portugal: Porto, 2012.
3. OLIVEIRA, Paulo Roberto de. Controle da insalubridade: uma estratégia baseada em cinco pilares. São Paulo: LTr, 2009.
4. SEGUIN, Élide. Meio ambiente do trabalho. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010.
5. SIRVINSKAS, Luis Paulo (Org.). Legislação de direito ambiental: Constituição Federal. 6.ed. São Paulo: Rideel, 2011. (Coleção de Leis RIDEEL 2011)

#### **AValiação e controle de riscos no ambiente de trabalho**

Identificação de EPI e EPC. NR6. Códigos e símbolos de SST. NR 32. Princípios básicos de prevenção de acidentes no trabalho na área de saúde. Inspeção de segurança. Causas de acidentes de trabalho. CAT. CIPA. Manutenção preventiva de materiais e equipamentos, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. PEREIRA, André Luiz.; BOECHAT, Cláudio Bruzzi.; TADEU, Hugo Ferreira Braga [et.al.] Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2013
2. MORAES, Giovanni Araújo. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: legislação de segurança e saúde no trabalho. 8.ed. v.2. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2011.
3. TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. AMORIM JÚNIOR, Cleber Nilson. Segurança e saúde no trabalho: princípios norteadores. São Paulo: LTr, 2013.
2. GONÇALVES, Edward Abreu. Segurança e saúde no trabalho em 2000 perguntas e respostas. São Paulo: LTR, 2013.
3. HAAG, Guadalupe Scarparo.; LOPES, Marta Júlia Marques.; SCHUCK, Janete da Silva (orgs). A enfermagem e a saúde dos trabalhadores. 2.ed. Gioânia, AB, 2001.
4. ITANI, Alice. Gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. São Paulo: Olho d'água, 2008.
5. SALIBA, Tuffi Messias.; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 12.ed. São Paulo: LTr, 2013.

## **PROGRAMAS E LAUDOS PERICIAIS APLICADA À SEGURANÇA NO TRABALHO**

Laudos de Periculosidade e Insalubridade; Noções de tramites Trabalhistas junto a Justiça do Trabalho; Hierarquia trabalhista; Prazos na justiça trabalhista; Nomeação do Perito; Perito Judicial; Honorários periciais; Assistentes Técnicos; Construindo um laudo pericial; Metodologia da pericia; Quesitos do reclamado e reclamante; O Perito e a diligencia.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- 1.OLIVEIRA, Paulo Roberto; Uma estratégia baseada em cinco pilares.Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: LTr, 2013
- 2.SALIBA, Messias Tuffi & CORREA, Marcia Angelin Chaves , Insalubridade e Periculosidade Aspectos Técnicos e Praticos. LTr , 14º Edição.
- 3.TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- 1.Caracterização Técnica da Insalubridade e Periculosidade: LTr, 2013.
- 2.ITANI, Alice. Gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. São Paulo: Olho d'água, 2008.
- 3.SALIBA, Tuffi Messias.; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 12.ed. São Paulo: LTr, 2013.

## **5. PERÍODO**

## **SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL**

Tecnologia da construção de edifícios e outros tipos de construções. Trabalhos preliminares e instalações de obras. Locação de obras. Fundações. Desempenho do edifício. Materiais constituintes e técnicas construtivas: estruturas em alvenaria e concreto armado, coberturas, impermeabilizações e isolamento, pavimentações, revestimentos, esquadrias, ferragens, vidraçaria e pintura, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BORGES, Alberto de Campos. Prática das pequenas construções. v.1. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.
2. \_\_\_\_\_ . Prática das pequenas construções. v.2. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.
3. RODRIGUES, Flávio Rivero. Prevenindo acidentes na construção civil. 2. ed. São Paulo: Ltr, 2013.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. VICENTE, Paulo.; ALEXANDRINO, Marcelo. Manual de direito do trabalho. 17.ed. São Paulo: Método, 2013.
2. REIS, Jair Teixeira dos. A empreitada na indústria da construção civil, o acidente de trabalho e a responsabilidade civil. São Paulo: LTr, 2009.
3. RIBEIRO, J. Soares. Responsabilidade pela segurança na construção civil e obras públicas. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.
4. SAMPAIO, Gilberto M. Pontos de partida em segurança industrial. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.
5. TEIXEIRA, Pedro Luiz. Segurança do trabalho na construção civil: do projeto à execução final. São Paulo: Navegar, 2010.

## **ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Fundamentos filosóficos. O conhecimento. A ciência. A política. A moral. Estética. Antropologia filosófica. Filosofia e educação. Filosofia e tecnologia. Lógica. Objetividade dos valores. Ética na segurança do trabalho, da empresa e do gerente. Cenários Novos. As correntes filosóficas contemporâneas.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CHAUI, Marilena de Souza. Convite à Filosofia. 14.ed. São Paulo: Ática, 2010.

2. VALLS, Álvaro L. M. O que é Ética. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 177)
3. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. 30.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
2. DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 2012.
3. MATTAR, João. Filosofia e ética na administração. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. (02exs.)
4. MORI SARTI, Flávia. Ética, pesquisa e políticas públicas. Rio de Janeiro: Rúbio, 2010.
5. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

### **BIOSSEGURANÇA**

Disciplina jurídica da manipulação de material genético: genoma humano, transgênicos, organismos geneticamente modificados. Tratamento e discussão no âmbito jurídico, internacional e nacional. Desenvolvimento biotecnológico e biodiversidade no contexto da globalização. Ética e biotecnologia. Órgãos da Administração Pública e fiscalização e regulação do uso das técnicas de engenharia genética, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira.; VITAL, Nery Cunha.; NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque. Biossegurança: estratégias de gestão de riscos, doenças emergentes e reemergentes – impactos na saúde pública. São Paulo: Santos, 2012.
2. HIRATA, Mari Hiroyuki.; HIRATA, Rosário Dominguez Crespo.; MANCINI FILHO, Jorge. Manual de biossegurança. 2.ed. São Paulo: Manole, 2012.
3. SILVA, José Vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; DUARTE, Suélen Ribeiro Miranda Pontes. Biossegurança no contexto da saúde. São Paulo: Iátria, 2013.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. FERRAZ, Carolina Valença. Biodireito: a proteção jurídica do embrião *in vitro*. São Paulo: Verbatim, 2011.
2. LEITE, José Rubens Morato.; FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila (Orgs.) Aspectos destacados da lei de biossegurança na sociedade de risco. São Paulo: Conceito, 2007.
3. MAJEROWICZ, Joel. Boas práticas em biotérios e biossegurança. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.
4. MOLINARO, Etelcia Moraes.; MAJEROWICZ, Joel.; VALLE, Sílvio. Biossegurança em biotérios. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.
5. ROCHA, João Carlos de Carvalho. Direito ambiental e transgênicos: princípios fundamentais da biossegurança. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

## **ERGONOMIA**

Conceituação. Noções de Fisiologia do Trabalho. Idade, fadiga, vigilância e acidente. Aplicação de forças. Aspectos antropométricos. Sistema homem-máquina. Dimensionamento de postos de trabalho. Limitações sensoriais. Dispositivo de controle. Dispositivos de informações. Trabalho em turno, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. DUL, Jan.; WEERDMEEESTER, Bernard. Ergonomia prática. 3.ed. São Paulo: Edgard Blucher. 2012.
2. KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
3. MÁSCULO, Francisco Soares; VIDAL, Mario César. Ergonomia: trabalho adequado e eficiente. Campus: Elsevier, 2010.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. ABRAHÃO, Julia; SZNELWAR, Laerte. Introdução a ergonomia da prática a teoria. São Paulo: Blucher, 2009.
2. LACOMBE, Patricia. Bioergonomia: a ergonomia do elemento humano: um novo posicionamento para o ambiente de trabalho. Curitiba: Juruá, 2012.
3. MONTMOLLIN, Maurice de; DARSEES, Françoise. A ergonomia. 2.ed. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012.

4. PINHEIRO, Ana Carla.; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. Ergonomia aplicada a anatomia e a fisiologia do trabalhador. Goiânia: AB, 2006.
5. SILVA, Alexandre Pinto da. Ergonomia: interpretando a NR 17: manual técnico e prático para a interpretação da norma regulamentadora 17. São Paulo: Ltr, 2013.

### **PRÁTICAS EM SEGURANÇA NO TRABALHO : TCC I**

Elaboração do pré-projeto do trabalho de conclusão de curso; Definição da disciplina abordada no tema do trabalho; Processo de pesquisa e coleta de dados; utilização de normas técnicas; NBR de relatórios técnicos .

### **BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS:**

1. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.
3. FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final (monografia, dissertação e tese). São Paulo: Contexto, 2013. Times New Roman

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 27.ed. Campinas: Papirus, 2010.
2. CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para trabalhos científicos. 16.ed. Porto Alegre: Dactilo Plus, 2012. (03 exs.)
4. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2010.
5. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 9.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

### **OPTATIVA I - LIBRAS**

Introdução aos conceitos de Surdez, Surdo, Cultura Surda, Identidade Surda, Oralismo e Libras. Introdução à prática de Libras. Alfabeto manual. Parâmetros da Língua Brasileira

de Sinais. Estrutura gramatical básica, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
2. QUADROS, Ronice MILLER; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
3. REILY, Lúcia. Escola inclusiva: linguagem e mediação. 4.ed. São Paulo: Papyrus, 2012. (Série Educação Especial).

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CAPOVILLA, Fernando César. Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3.ed. 2vs. São Paulo: EDUSP, 2013.
2. GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. São Paulo: Auotres Associados, 2002.
3. GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. 7.ed. São Paulo: Plexus, 2002.
4. LUCHESI, Maria Regina C. Educação de pessoas surdas. São Paulo: Papyrus, 2003.
5. SOARES, Maria Aparecida Leite

## **6ª PERÍODO**

### **PLANEJAMENTO E PREVENÇÃO A EMERGÊNCIAS E ACIDENTES INDUSTRIAIS**

Riscos Urbanos. Técnicas de Salvamento e Noções de Salvamento. Explosivos: conceituação e identificação. Poeiras e Misturas Explosivas: reconhecimento e avaliação. Técnicas e Controle de Explosões. Técnicas de Inspeções e Análise de causas de explosões. Relação Proteção Pública e Proteção Privada. Planos de Ação Mútua e Comunitária. Planos de Evacuação. Legislação e Normas Relativas à Proteção contra Explosivos. Acidentes Aéreos, Enchentes, Vazamentos de Produtos Químicos e Radioatividade. Defesa Civil, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo de Souza; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Acidentes industriais ampliados: desafios e perspectivas para o controle e a prevenção. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

2. CAMPOS, Armando. Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: uma nova abordagem. 22.ed. São Paulo: Senac, 2014.
3. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo (org.). Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2013. (Coleção Ambiental)

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

8. DUARTE, Moacyr. Riscos industriais: etapas para a investigação e a prevenção de acidentes. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 2002.
9. HIRSCHFELD, Henrique. Código de obras e edificações. São Paulo: Atlas, 2003.
10. MARTINS, Marcele S.; MACULAN, Laércio S.; PANDOLFO, Adalberto [et. al.] Segurança do trabalho: estudo de casos nas áreas agrícola, ambiental, construção civil, elétrica e saúde. Porto Alegre: SGE, 2010. Disponível em: [http://www.protecao.com.br/materias/livro\\_download/livro\\_engenharia\\_e\\_seguranca\\_do\\_trabalho/JyjiJj](http://www.protecao.com.br/materias/livro_download/livro_engenharia_e_seguranca_do_trabalho/JyjiJj)
11. SEITO, Alexandre Itiu; GILL, Alfonso Antonio; PANNONI, Fabio Domingos [et. al.] A segurança contra incêndio no Brasil. São Paulo: Projeto, 2008.
12. VERNIER, Jacques. O meio ambiente. 6.ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

#### **SEGURANÇA AGROFLORESTAL**

Conceitos básicos sobre a combustão, incêndio florestal e manejo do fogo. Princípios da combustão. Comportamento do fogo. Caracterização do material combustível florestal. Índices de riscos de incêndios. Plano de proteção contra incêndios florestais. Tecnologia aplicada na proteção contra incêndios florestais. Efeitos dos incêndios. Noções sobre queima controlada, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. ANTUNES, Paulo de Bessa. Comentários ao Novo Código Florestal: Lei n. 12.651/12 (atualizado de acordo com a Lei 12.727/12). São Paulo: Atlas, 2013.
2. \_\_\_\_\_. Direito ambiental. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. FERNANDES, Fábio. Meio ambiente geral e meio ambiente do trabalho: uma visão sistêmica. São Paulo: LTr, 2009.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da.; SOARES, Inês Virgínia Prado. Desafios do direito ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005.
2. MELO, Raimundo Simão de. Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador. 5. ed. São Paulo: LTr, 2013.
3. SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2.ed. São Paulo: Oficina de textos, 2013.
4. SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.
5. ZANETTI, Éder. Meio ambiente: setor florestal. Curitiba: Juruá, 2009.

### **SEMINÁRIOS EM SEGURANÇA NO TRABALHO**

Nessa disciplina o aluno deverá elaborar e organizar seminários dentro do curso onde ele participará de seu seminário e de seminários dos outros, nessa atividade será observado, oralidade, ou seja, a retórica do aluno mediante ao tema, recursos audiovisuais, escolha e classificação dos métodos de pesquisa, procedimentos gerais para elaboração de trabalhos. Redação e apresentação de informes científicos, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. MONTEIRO, Antônio Lopes.; BERTAGNI, Roberto Fleury. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. 7.ed.São Paulo: Saraiva, 2012.
2. MORAES, Giovanni Araújo. Normas regulamentadoras comentadas e ilustradas: legislação de segurança no trabalho. v.3. 8.ed. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2011.
3. SIMÃO, Lígia Bianchi Gonçalves. Gestão de segurança e medicina do trabalho: normas regulamentadoras e fator acidentário de prevenção. São Paulo: Cenofisco, 2013.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. DANIELLOU, François. A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blucher, 2004.
2. MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco (doutrina, jurisprudência e glossário). 7.ed. São Paulo: RT, 2011.
3. BARROS, Benjamin Ferreira de.; GUIMARÃES, Elaine Cristina de Almeida.; BORELLI, Reinaldo [et. al.]. NR10: Norma regulamentadora de segurança em

instalações e serviços em eletricidade – guia prático de análise e aplicação. São Paulo: Érica, 2010.

4. SILVA, José Antônio Ribeiro. A saúde do trabalhador como um direito humano: conteúdo essencial da dignidade humana. São Paulo: LTr, 2008.
5. VALLE, Sílvio; TELES, José Luiz. Bioética e biorrisco: abordagem transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

## **PRÁTICAS EM SEGURANÇA NO TRABALHO : TCC II**

Escolha do tema; Delimitação do assunto; Pesquisa bibliográfica: leitura e fichamentos; Seleção do material coletado; Reflexão; Planejamento do trabalho; Redação previa das partes; Revisão do conteúdo e da redação; Redação final e organização da bibliografia.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. BOAVENTURA, Edivaldo M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.
3. FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final (monografia, dissertação e tese). São Paulo: Contexto, 2013.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 27.ed. Campinas: Papyrus, 2010.
2. CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para trabalhos científicos. 16.ed. Porto Alegre: Dactilo Plus, 2012. (03 exs.)
4. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos. 4.ed. Curitiba: Juruá, 2010.
5. SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 9.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

## **LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO**

Conceitos fundamentais de empreendedorismo. Características dos empreendedores. Importância dos empreendedores e da pequena empresa para o desenvolvimento. Intra-empendedor e empreendedorismo nas grandes organizações. Micro e pequenas empresas. Atividade empreendedora como opção de carreira. Experiência de empreendedores. Plano de negócios, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos. 3.ed. São Paulo: Pearson, 2011.
2. BESANKO, David [et.al.] A economia da estratégia. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
3. DRUCKER, Peter. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 2011.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

1. BARON, Robert A.; SCOTT, A. Shane. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
2. BERNARDI, Luiz A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.
3. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios – como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
4. DORNELAS José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. São Paulo: Elsevier, 2012.
5. DRUCKER, Peter. 50 casos reais de administração. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

## **OPTATIVA II**

### **INGLES TÉCNICO**

Dedução do significado e uso de itens léxicos desconhecidos; estabelecimento de relações entre informações explícitas e implícitas e entre elementos da sentença; identificação da idéia ou tópico principal; análise da informação transmitida pelo texto.

## **REFERENCIAS BASICAS**

1. REMANCHA ESTERAS, Santiago. Infotech: english for computer users. 3.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 2 v..
2. GLENDINNING, Eric H. Basic english for computing. Oxford: Shafte, 1999. 128 p. ISBN [0194573966](#).
3. TORRES, Décioetalli. Inglês.com.textos para informática. 1.ed. São Paulo : Disal, 2003.

## **REFERENCIAS COMPLEMENTARES**

1. CHANDOR, Anthony. The Penguin dictionary of computer.3.ed. New York: Penguin Books,
2. 488p. ISBN 014051127X.
3. DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês/português. Oxford: Oxford University Press, 1999. 685p. ISBN 094313689.
4. REMANCHA ESTERAS, Santiago. Infotech: english for computer users. 3.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 1 v.
5. REMANCHA ESTERAS, Santiago. Infotech: english for computer users. 3.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 2 v

## 1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos aponta para três dimensões, articuladas entre si: Núcleo de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Gerais, Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes Específicos. Vale ressaltar que estas três dimensões e os conteúdos curriculares que as mesmas ensejam estão organizadas na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.

Inspirados no que preconiza a RESOLUÇÃO Nº 11, de 11 de Março de 2002, a qual versa acerca das orientações pedagógicas e acadêmicas para os Cursos de Graduação em Engenharia.

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

- A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

- Ressaltamos que os conteúdos curriculares de **educação ambiental, educação étnico-racial e de direitos humanos** serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar

disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares. Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental e educação étnico-racial serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

## **1.7 METODOLOGIA**

### **1.7.1 Metodologia de Ensino**

Quando pensamos nos aspectos metodológicos no Ensino Superior, destacamos três importantes aspectos. O primeiro diz respeito a relação entre a qualidade de ensino no ensino superior e o trabalho docente que se realiza na sala de aula, uma vez que a essência do que acontece nas instituições superiores, deriva do sucesso e da qualidade da aprendizagem dos alunos. O objetivo final da ação docente é sempre que os alunos aprendam mais e melhor.

Este aspecto nos remete a um segundo que diz respeito a essência da atividade docente. O foco nuclear da prática pedagógica é a aprendizagem do aluno, resultado de uma atividade intelectual e prática, realizada pelo aluno, a partir da mediação do professor, dos livros, do material didático dos colegas de classe. Enfim aprender não é nunca um ato solitário é sempre uma ação coletiva e multifacetada.

O terceiro aspecto se refere aos aspectos específicos da aprendizagem universitária. O ensino universitário por seu caráter distinto não pode reduzir seu propósito a apropriação de técnicas e de conceitos para um exercício profissional futuro, a própria dinâmica de um mundo em constante mudança, não nos permite pensar assim. Para além disso o ensino universitário deve acima de tudo ensinar a pensar, ensinar o aprender a aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois pólos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Diante disto, a metodologia não é tão somente o conjunto de técnicas de ensino, mas sim, possíveis caminhos, possíveis maneiras de conceber e construir o conhecimento, possíveis visões de aluno, de aprendizagem, de educação e de mundo.

Nesta perspectiva tal qual preconiza o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a metodologia adotada pela FAMETRO, apoia nos seguintes princípios:

Alunos e professores formam uma comunidade educativa de aprendentes.

A sala de aula é um espaço privilegiado de vivências e experiências de aprendizagem entre sujeitos do processo de construção de conhecimento.

O conhecimento é sempre multideterminado, portanto o ato de ensinar deve apoiar-se na interdisciplinaridade, na transversalidade e na educação para os direitos humanos.

A prática pedagógica docente deve ser sempre uma ação endereçada e interessada.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento, a metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

A FAMETRO adota como referência a Norma Brasil 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atende, ainda, à Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004.

Neste sentido, no que se refere aos alunos com deficiência física, a FAMETRO apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);

Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;

Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

Barras de apoio nas paredes dos banheiros;

Sinalização de atendimento prioritário.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, a FAMETRO está igualmente comprometida, ao proporcionar intérpretes de Língua de Sinais- LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado de língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística dos surdos.

Neste contexto, a FAMETRO tem atendido as condições de acesso para as pessoas com necessidades especiais, conforme preconiza o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES, se tornem cada vez mais variadas e por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino

superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

(...) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a FAMETRO, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- ▶ Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- ▶ Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- ▶ Adequação de objetivos,
- ▶ Adequação de conteúdos,
- ▶ Adequação de métodos e didática,
- ▶ Adequação nas avaliações,
- ▶ Adequação de tempo,

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto nº 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e

meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004. Para a FAMETRO, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- ▶ Altas Habilidades e superdotação;
- ▶ Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;
- ▶ Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- ▶ Transtornos Globais;
- ▶ Alterações orgânicas como insuficiências;

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.

2) Orientação aos coordenadores de cursos e professores.

3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.

5) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.

6) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação.

7) Trabalho colaborativo com outros profissionais.

8) Os estudantes e servidores surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.

9) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

### **1.7.2 Atividades Pedagógicas**

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como técnicas de ensino, o uso de:

- ▶ Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- ▶ Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.
- ▶ Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- ▶ Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- ▶ Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.

- ▶ Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
- ▶ Elaboração de Projetos de Ação ou de Investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- ▶ Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.
- ▶ Atividades de Extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação favorecem a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.
- ▶ Atividade de Pesquisa: atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.
- ▶ Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- ▶ Workshops ou Oficinas Pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e

das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

- ▶ Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- ▶ Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As minipalestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.
- ▶ Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.
- ▶ Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerar a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

### **1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais**

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

### **1.7.5 Aulas Práticas**

O aluno dos Cursos de Graduação da FAMETRO, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando a rede pública e privada de ensino.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto assim definidas:

As Aulas Práticas: nos primeiros períodos do curso realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da FAMETRO e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas desde as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área.

As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritárias. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou

aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

## **1.8 Estágio Curricular Supervisionado / Atividades Práticas**

### **1.8.1 Carga horária do Estágio Curricular Supervisionado / Atividades Práticas**

O estágio supervisionado / Atividades Práticas na formação do Segurança do Trabalho tem o objetivo de garantir o desenvolvimento de experiência profissional. No Curso de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cumprido pelo aluno ao longo do 6º período com carga horária de 100 horas, conforme a diretriz curricular nacional de curso de graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho.

O Estágio curricular / Atividades Práticas ocorrerá individual, sob supervisão de um Engenheiro responsável no local de estágio e acompanhamento de um docente da IES, responsável pela disciplina Estágio Curricular I. Ocorrerá no turno matutino, dependendo da disponibilidade dos locais conveniados para estágio.

Os estágios acontecerão em empresas conveniadas com a IES.

O produto final do estágio será a elaboração de um relatório pelos discentes, no qual constam todas as atividades desenvolvidas durante aquele período. Para viabilizar sua execução, o acadêmico receberá um roteiro com os quesitos mínimos a serem abordados. A avaliação do relatório final de estágio deverá ser de acordo com os seguintes critérios: Organização; Percepção e profundidade de conhecimento específico; Verificação da metodologia de trabalho. O conceito do acadêmico é a média entre as notas atribuídas durante o estágio nas avaliações e não poderá ser inferior a 5,0 (cinco inteiros).

O estágio curricular / Atividades Práticas obrigatório do Curso de Segurança no Trabalho está previsto através das disciplinas: Estágio Curricular I.

### **1.8.2 Forma de Orientação do Estágio Curricular Supervisionado / Atividades Práticas**

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”. Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na FAMETRO pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

### **1.8.3 Forma de Supervisão do Estágio Curricular / Atividades Práticas Supervisionado**

Nessas disciplinas, o aluno irá observar e atuar como profissional, sob supervisão, permitindo que o aluno complete a sua formação generalista. Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a FAMETRO assegurará, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática.

### **1.8.4 Forma de Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado / Atividades Práticas**

Os estágios serão coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com docente responsável pela disciplinas Estágio Curricular I. Os estágios obedecerão às

normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio, anexado ao Projeto Pedagógico do Curso.

#### **1.8.5 Regulamento do Estágio Curricular / Atividades Práticas Supervisionado (contendo todos os itens acima)**

### **REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO/ATIVIDADES PRÁTICAS**

#### **I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1. O Estágio Supervisionado/Atividades Práticas é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

#### **II - DA LEGISLAÇÃO**

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

- a) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- b) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82);
- c) Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 Institui Política Nacional para a Integração da Pessoa Deficiente e dá outras providências;
- e) Resolução CNE/CES 11 de 11 de março de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

#### **III - DA DEFINIÇÃO**

Art 3. Considera-se Estágio Curricular/ Atividades Práticas as atividades acadêmicas supervisionadas e desenvolvidas em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando cursos de graduação em instituições de ensino superior, podendo ocorrer em duas modalidades:

- a) Curricular obrigatório: é aquele definido no Projeto Pedagógico dos Cursos, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado ou diploma.
- b) Curricular não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária obrigatória e que não tem validade para a contagem no curso por não ser supervisionado. Pode ser considerado como Atividade Complementar de acordo com regulamento apropriado da IES.

#### **IV- DA CARGA HORÁRIA**

Art. 4. O estágio curricular supervisionado deverá ser cumprido pelo aluno com carga horária total de 100 horas, para os Cursos de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho.

- a) Sendo necessário cumprir 100 horas no estágio de observação, o qual ocorrerá no 6 (sexto) período. Neste estágio o aluno deverá apresentar, no relatório, uma ou mais atividades realizadas, aonde deve constar alguma impropriedade durante a realização do trabalho.

Art. 5. Na integralização da carga horária total do estágio, poderão ser incluídas as horas destinadas ao planejamento e avaliação das atividades.

#### **V - DOS OBJETIVOS**

Art. 6 É definido como objetivo geral do estágio proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos e práticos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 7. Para o estágio são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;
- b) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- c) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;
- d) Possibilitar a integração e aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

- e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;
- f) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- g) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;
- h) Possibilitar vivências com o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

## **VI - DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 8. Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação do Curso de Segurança no Trabalho.

Art. 9. Fica a cargo do estagiário a escolha da organização para realização estágio, desde que atenda os objetivos e as normas deste manual.

## **VII - DA REALIZAÇÃO**

Art. 10. Os horários de estágio curricular / Atividades Práticas obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 11. Os estágios curriculares / Atividades Práticas são considerados disciplinas componentes da grade curricular obrigatória contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

Art. 12. A realização do estágio se processará em diferentes etapas nas quais o aluno será avaliado a partir do desenvolvimento de um plano de atividades que deverá ser elaborado e desenvolvido com o acompanhamento de um professor orientador.

Art. 13. Os estágios/atividades práticas poderão ser realizados em formato de Supervisão de Prática Profissional.

Art. 14. Estão previstos para a realização dos estágios encontros periódicos sob orientação do professor orientador, objetivando a otimização das experiências do estagiário em formação.

Art. 15. Durante o processo de estágio deverá ser levada em conta a aderência entre a atividade realizada e a impropriedade apontada durante a elaboração do relatório de estágio.

Art. 16. O aluno poderá realizar o estágio no seu local de trabalho, desde que desempenhe atividades relacionadas a sua área de formação.

Art. 17. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a FAMETRO.

Art. 18. Os estágios serão realizados conforme determinação da grade curricular de cada do curso.

Art. 19. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 20. O estagio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

## **VIII DAS FUNÇÕES**

Art. 21. Do Coordenador do Curso:

- a) Pronunciar-se sobre os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;
- b) Realizar reuniões periódicas com o Coordenador de Estágio e os Docentes Orientadores de Estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- c) Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;
- d) Manter arquivados, em processos individualizados de cada estagiário, a documentação comprobatória da realização do estágio curricular após a verificação, aprovação e avaliação pelo Coordenador de Estágio;
- e) Selecionará e encaminhará a lista de Professores Orientadores, devendo ser todos pertencentes ao quadro do Curso de Graduação;
- f) Contactar, aprovar e cadastrar em banco de dados as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;
- g) Celebrar os termos de convênios com as instituições habilitadas para a realização dos estágios;
- h) Celebrar Termo de Compromisso de Estágio entre estagiário e a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio ao projeto pedagógico de cada curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante, horário e o calendário escolar;

- i) Realizar visitas periódicas aos locais de estágio a fim de avaliar instalações, seu funcionamento e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;
- j) Fornecer os formulários de avaliação e de frequência dos estagiários, aos Docentes Orientadores;
- k) Participar, conjuntamente com os Docentes Orientadores, das reuniões de estágio, previamente definidas;
- l) Realizar reuniões periódicas com os Docentes Orientadores de Estágio com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;
- m) Participar do processo de avaliação dos alunos e do campo de estágio;
- n) Proceder à inclusão mensal na apólice de seguro dos estagiários que iniciarão o campo de estágio, conforme procedimentos e prazos fixados;

#### Art. 22. Professor Orientador de Estágio

- a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Estágio;
- b) Acompanhar os alunos, orientando-os integralmente, em seu campo de atuação;
- c) Realizar a escala de tarefas dos alunos, regularmente;
- d) Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;
- e) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;
- f) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;
- g) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso e do Coordenador de Estágio;
- h) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a FAMETRO;
- i) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre;
- j) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades de estágio;
- k) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;
- l) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Atividades de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo.

### **IX- DAS OBRIGAÇÕES**

#### Art. 23. Da parte concedente:

- a) Celebrar convênio e *Termo de Compromisso de Estágio* para realização do Estágio Curricular;

- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- c) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhamento da IES;
- d) Facilitar o acesso do coordenador e/ou supervisor de estágio da FAMETRO aos locais destinados ao estágio;
- e) Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;
- f) Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de comprovação;
- g) Assegurar a jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;
- h) Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

#### Art. 24. Do estagiário

- a) Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;
- c) Informar ao Coordenador de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado / Atividades Práticas;
- d) Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;
- e) Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;
- f) Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.
- g) Revelar ajustamento à situação de estágio, zelando pelo relacionamento harmonioso com os professores orientadores, colegas, clientes, pacientes e com a equipe de trabalho da instituição conveniada e da clínica integrada;
- h) Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência;
- i) Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;
- j) Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;
- k) Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teórico/práticas que se apresentarem;
- l) Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;
- m) Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;

- n) Comunicar imediatamente, por escrito ao professor supervisor qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;
- o) Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

## **X - DAS AVALIAÇÕES**

Art. 25. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, a quem compete monitorar o desenvolvimento das ações técnicas; da elaboração e da apreciação dos planos de ação, além da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões individuais e em grupo.

Art. 26. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos de cada curso, conforme seus Projetos Pedagógicos.

Art. 27. O aluno deverá cumprir 100% da carga horária do estágio curricular como pré-requisito de aprovação.

Art. 28. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 29. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

## **XI- DA DOCUMENTAÇÃO**

Art. 30. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

- a) Encaminhamento de estagiário para empresa concedente;
- b) Autorização para elaboração de estágio;
- c) Termo de compromisso de estágio;
- d) Controle de frequência de estágio;

Art. 31. O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, dos professores orientadores de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 32. O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos deem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

## **XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 33. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular / Atividades Práticas, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

- a) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;
- b) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estágio deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próximo e encaminhar a Direção Geral, relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.
- c) Nos anexos deste documento encontram-se as normas específicas para cada curso, bem como os formulários que devem ser preenchidos para registro das atividades de estágio.

## Anexo 1

### ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIÁRIO PARA EMPRESA CONCEDENTE

Manaus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

A  
NOME DA EMPRESA  
A/C.: Sr. NOME DO RESPONSÁVEL

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando, para sua seleção, o(a) discente \_\_\_\_\_ que deseja pleitear uma vaga para estágio neste estabelecimento, salientando que o discente ora encaminhado está devidamente matriculado(a) sob o n.º \_\_\_\_\_ e freqüentando o \_\_\_º Período do Curso de Engenharia Elétrica.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
NOME DO COORDENADOR

Coordenador do Curso Tecnólogo em Segurança no Trabalho

**Anexo 2**

**AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO / ATIVIDADES PRATICAS**

**Conforme contato realizado anteriormente entre a Coordenação do Curso Tecnólogo em Segurança no Trabalho da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, com esta Unidade concedente de estágio, autorizamos a preparação da documentação referente ao Estágio do aluno (a): NOME DO ALUNO**

<b>INÍCIO DO ESTÁGIO:</b>		<b>TÉRMINO:</b>			
<b>HORÁRIO DO ESTÁGIO:</b>		<b>CARGA TOTAL:</b>			
<b>SÁBADO E DOMINGO</b>		<b>SEGUNDA À SÁBADO</b>		<b>SEGUNDA À SEXTA</b>	
<b>RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO ESTÁGIO</b>					
<b>ITEM</b>	<b>ATIVIDADES</b>				
<b>01</b>					
<b>02</b>					
<b>03</b>					
<b>04</b>					
<b>05</b>					
<b>06</b>					
<b>07</b>					
<b>08</b>					
<b>09</b>					
<b>10</b>					

Manaus, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**ASSINATURA E CARIMBO DA UNIDADE CONCEDENTE**

### Anexo 3

## TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO / ATIVIDADES PRATICAS

Ao \_\_\_\_ dia do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, na cidade de Manaus, neste ato, as partes a seguir nomeadas:

### INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O Instituto Metropolitano de Ensino através da Faculdade Metropolitana de Manaus, inscrita no CGC-MF 05.207.359/0001-58, situada a Avenida Constantino Nery, 3000, Chapada, na cidade de Manaus, doravante denominada FAMETRO, representada neste ato pelo Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica, Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n. \_\_\_\_\_.

### UNIDADE CONCEDENTE

A NOME DA EMPRESA, situada a Rua ENDERECO DA EMPRESA na cidade de Manaus, representada pelo Sr.(a) RESPONSÁVEL NA EMPRESA, CARGO.

### ESTAGIÁRIO

O acadêmico \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, regularmente matriculado no Curso de Graduação em Engenharia Elétrica da Faculdade Metropolitana de Manaus, de nível superior, com o n.º \_\_\_\_\_.

As partes celebram entre si este Termo de Compromisso de Estágio, convencionando-se as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O Termo de Compromisso de Estágio tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio curricular / Atividades Práticas obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, conforme projeto pedagógico do curso de Tecnólogo em Segurança no Trabalho da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, junto à Unidade Concedente e ao Estagiário.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O estágio é entendido como ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em decorrência do presente acordo celebra-se um Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a Unidade Concedente e a Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO, nos termos do Art. 3º da Lei 11.788/08, particularizando a relação jurídica especial existente entre o Estagiário e a Unidade Concedente, caracterizando-se a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam compromissadas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização do Estágio:

- Este Termo de Compromisso de Estágio terá vigência de PERÍODO DO ESTAGIO, podendo ser cancelado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através da emissão de Termo Aditivo;
- As atividades de estágio a serem cumpridas pelo Estagiário serão desenvolvidas de segunda à sexta, e aos sábados de .....h às ....h HORARIO DO ESTAGIO (OBSERVAR QUE A JORNADA DIÁRIA DEVE SER DE, NO MÁXIMO 6 HORAS E DE 30 SEMANAIS), podendo existir alterações.

CLÁUSULA QUINTA - As atividades desenvolvidas pelo Estagiário, em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere são:

CLÁUSULA SEXTA - As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas de acordo com o desenvolvimento do estágio e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.

Parágrafo Único – O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário deverá ser compatível com sua área de formação.

CLÁUSULA SÉTIMA - No desenvolvimento do estágio, ora compromissado, caberá a Unidade Concedente:

- I. Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV. Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

- V. Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI. Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII. Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

CLÁUSULA OITAVA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a Instituição de Ensino:

- I. Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III. Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV. Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

CLÁUSULA NONA - No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao estagiário:

- I. Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para seu Estágio;
- II. Observar e obedecer às normas internas da Unidade Concedente;
- III. Comunicar à Unidade Concedente e a Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, qualquer fato relevante ocorrido no seu estágio, inclusive e sobretudo se implicar na extinção ou suspensão do seu vínculo acadêmico;
- IV. Elaborar e entregar, semestralmente, à Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO para análise e avaliação, os relatórios sobre seu estágio, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Constituem motivos para a interrupção da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:

- I. A conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;

II. O não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso de Estágio;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos neste Termo de Compromisso serão resolvidos pelas disposições da lei nº 11.788/08 e de seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em acordo inteiro e comum com as condições do Termo de Compromisso de Estágio, as partes assinam o referido termo em três (03) vias de igual teor.

Manaus (AM), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME DO RESPONSÁVEL NA EMPRESA  
CARGO

---

NOME DO COORDENADOR DO CURSO  
Coordenador do Curso Tecnólogo em Segurança no Trabalho  
FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS - FAMETRO

---

NOME DO ESTAGIÁRIO



## **1.9 Estágio Curricular / Atividades Práticas Supervisionado**

NSA (Obrigatório para o curso de Medicina)

### **1.10 Estágio Curricular / Atividades Práticas Supervisionado – Relação com a rede de escolas da educação básica.**

NSA (Obrigatório para o curso de Medicina)

### **1.11 Estágio Curricular / Atividades Práticas Supervisionado – Relação entre os licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da educação básica.**

NSA (Obrigatório para o curso de Medicina)

### **1.12 Estágio Curricular / Atividades Práticas Supervisionado-Relação entre Teoria e Prática**

Consoante definição da Lei nº 11.788/2008, “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho”. Nesse entendimento o Estágio / Atividades Práticas Supervisionado da FAMETRO objetiva o crescimento profissional dos alunos por meio de atividades que propiciem o desenvolvimento das competências e habilidades fornecendo as condições necessárias ao aprimoramento das técnicas, fomentando o desenvolvimento mais consciente das responsabilidades profissionais, permitindo assim a inter-relação entre a teoria e a prática.

### **1.13 Atividades Complementares**

Carga horária das atividades complementares

Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária mínima de 100 horas.

As atividades complementares terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

## **REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso. Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares a parte, a carga do curso foi distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso. Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas; Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES. Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produzir e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva. Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Atividade: Palestras relacionadas ao Curso/ Certificação requerida: Certificado de participação/ Cert Mínima:2h/ Cert Máxima:20h/ Total Geral:40h

Atividades: Seminários, Semana Acadêmica e Congressos/ Certificação requerida: Certificado de participação/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima:20h/Total Geral: 40h

Atividades: Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino Aprendizagem da FAMETRO. Certificação Requerida:Aprovação na disciplina. Avaliação positiva nos Estudos Dirigidos.Cert. Mínima:40h/ Cert. Máxima:80h/ Total Geral:80h

Atividade: Congressos e Seminários/ Certificação Requerida: Certificado de participação/ Cert. Mínima: 8h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral: 40h. Atividade: Cursos de Extensão/ Certificação Requerida: Certificado de participação/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral: 40h. Atividade: Monitoria em disciplina do Curso/ Certificação Requerida: Relatório do professor orientador/ Cert, Mínima: 20h/ Cert. Máxima: 60h/ Total Geral: 60h. Atividade: Participação em Pesquisas Institucionais/ Certificação Requerida: Relatório do professor orientador/ Cert. Mínima: 20h/ Cert. Máxima: 80h/ Total Geral: 80h. Atividade: Atividades práticas relacionadas ao Curso/ Certificação Requerida: Atestado de participação no programa/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral: 40h. Atividade: Participação em representações teatrais de peças que abordem temas do curso/ Certificação Requerida: Apresentação de comprovação, atestado e/ou declaração/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 20h/ Total Geral: 40h. Atividade: Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros/ Certificação Requerida: Artigos ou Capítulos publicados/ Cert. Mínima: 10h/ Cert. Máxima: 40h/ Total Geral: 40h. Atividade: Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso/ Certificação Requerida: Certificado de participação/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 30h/ Total Geral: 30h. Atividade: Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso/ Certificação Requerida: Monografia elaborada e aprovada/ Cert. Mínima: 4h/ Cert. Máxima: 12h/ Total Geral: 12h. Atividade: Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)/ Certificação Requerida: Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização/ Cert. Mínima: 4h/ Cert. Máxima: 8h/ Total Geral: 8h. Atividade: Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música, dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares). Certificação Requerida: Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização/ Cert. Mínima 2h/ Cert. Máxima: 8h/ Total Geral: 8h. Atividade: Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc)/ Certificação Requerida: Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização/ Cert. Mínima: 2h/ Cert. Máxima: 12h/ Total Geral: 12h. Atividade: Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular

Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC/ Certificação Requerida: Atestado de realização/ Cert. Mínima 20h/ Cert. Máxima:100h/ Total Geral:60h. Atividade:Atividades realizadas como Agente Cívico/Certificação Requerida:Certificado de participação/ Cert. Mínima 30h/ Cert. Máxima:30h/ Total Geral:30h. Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 hs. Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FAMETRO. Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

## **1.14 Trabalho de conclusão de curso**

### **1.14.1 Carga Horária Do Trabalho De Conclusão De Curso**

O TCC terá carga horária total de 100 horas, distribuída no 6º período do Curso. Os alunos deverão proceder com a organização de ideias e a elaboração do artigo, sob a responsabilidade do professor da disciplina mais e/ou professor/orientador.

Consiste de um trabalho individual formal, escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de artigo científico nas seguintes áreas: formação tecnológica básica.

### **1.14.2 Informar se o Trabalho de conclusão de curso é individual ou em grupo e se é somente escrito, entregue ou se tem defesa.**

Consiste de um trabalho individual formal, escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de artigo científico nas seguintes áreas: Formação Tecnológica Básica.

### **1.14.3 Produto final do Trabalho de conclusão de curso**

A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

#### **1.14.4 Forma de apresentação do Trabalho de conclusão de curso e critérios de avaliação**

A apresentação final dos trabalhos em formato de pôster para a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso. O processo de apresentação será de forma oral e a defesa obedecerá às normas descrita no manual de TCC (segue abaixo).

O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, resultando na média aritmética atribuída pelos 3 (três) componentes da banca (orientador-presidente, mais 2 dois membros escolhidos), obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A Banca Examinadora deverá observar a versão final e definitiva na sua forma escrita e oral, considerando os critérios a seguir:

#### **1.14.5 Forma de Orientação do Trabalho de conclusão de curso**

Para a sua operacionalização o professor-orientador dentro de carga horária semanal estabelecida a orientar o aluno tendo em vista o cumprimento do plano de trabalho estabelecido para execução do projeto e a elaboração do texto final do trabalho e prestar contas com a coordenação de curso.

#### **1.14.6 Forma de Coordenação do Trabalho de conclusão de curso**

A coordenação do TCC realizada pelo coordenador do curso tem as seguintes atribuições: divulgar as normas do TCC para todos os alunos divulgar os nomes dos professores orientadores, elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico; - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos; mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s); receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança no Trabalho.

### 1.14.7 Regulamento do Trabalho de conclusão de curso (contendo todos os itens acima)

## REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

### Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Artigo 1º.** É finalidade do presente Regulamento normatizar as atividades de elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO.

**Artigo 2º.** O TCC é uma atividade de caráter didático-pedagógico obrigatório como parte integrante das atividades curriculares do Curso de Tecnólogo em Segurança no Trabalho da FAMETRO, de acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais:

**I.** Para conclusão do Curso de Graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho, o aluno deverá elaborar um trabalho como atividade de síntese e integração de conhecimento, sob orientação docente.

**Artigo 3º.** O Trabalho de Conclusão de Curso será proposto e desenvolvido de modo a referendar, aprofundar, enriquecer, recriar ou avançar a cultura acadêmica que está representada no currículo de formação do profissional de Segurança do Trabalho.

**Artigo 4º.** O TCC é uma produção científica **INDIVIDUAL**.

**I.** O TCC será ofertado no último período do curso (6º período), e terá carga horária total de 100 horas para o desenvolvimento dessa atividade;

**II.** Para elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso, o aluno deve estar **regularmente matriculado** na disciplina de TCC;

**III.** O aluno **NÃO** poderá se matricular na disciplina de TCC se estiver com pendências em disciplinas de períodos anteriores que ultrapassem a carga horária máxima permitida de 80 horas, podendo matricular em TCC apenas os alunos que tiverem pendência somente em uma disciplina de 80 horas ou duas disciplinas de 40 horas;

**IV.** O aluno que no último período do curso (6º período) apresentar pendências em disciplinas de períodos anteriores que ultrapassem a carga horária máxima permitida de 100 horas, **poderá se matricular apenas nas disciplinas pendentes**, sendo **vetada** sua matrícula na disciplina de TCC.

**Artigo 5º.** O tema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá estar relacionado ao campo da Segurança no Trabalho e suas áreas afins e/ou ao universo das ciências básicas dos cursos da engenharia, desde que acadêmica e profissionalmente relevantes, a juízo dos Orientadores e do professor do TCC (conforme Anexo I).

## **Capítulo II - DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

**Artigo 6º.** As atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso serão desenvolvidas com a finalidade de contribuir para diferenciar a formação teórico-prática dos alunos do Curso de Segurança no Trabalho, comprometendo-se com o avanço na formação de profissionais engenheiros eletricitas que sejam:

- I. Capazes de integrar, numa visão ampla e global da Segurança Trabalho, os desempenhos especializados que são próprios de diferentes áreas e níveis de atuação do profissional da engenharia;
- II. Voltados ao desenvolvimento científico e/ou técnico da profissão;
- III. Conhecedores das demandas sociais da população.

**Artigo 7º.** São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. Atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Tecnologia, Resolução CNE/CES 11, de março de 2002;
- II. Proporcionar ao aluno a oportunidade de desenvolver um trabalho de natureza acadêmico-profissional, que possa traduzir a articulação dos conhecimentos aprendidos na sequência curricular, seja sob a forma da sistematização de conhecimentos, seja sob a de problematização e encaminhamento de soluções para temas e questões relevantes à profissão.
- III. Aprimorar o processo de formação dos alunos contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e para a formação permanente.

## **Capítulo III - DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Artigo 8º.** O Trabalho deverá ser proposto, desenvolvido e entregue sob a forma de **Artigo** com base em pesquisa original ou de base bibliográfica (**formato impresso e digital**), e apresentado em formato de pôster para defesa oral.

**Parágrafo único** - Para os fins deste Regulamento, entenda-se por:

- I. Monografia: divulgação dos resultados de um projeto de pesquisa descritiva ou experimental.

A ABNT classifica as Monografias:

**a)** Monografia original: Parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais, como relatos de experiência de pesquisa e estudos de caso;

**b)** Monografia de revisão: Parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas.

**Artigo 9º.** Serão **três** as etapas de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, a 1ª, 2ª e a 3ª, sendo todas realizadas no 10º período na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

**Parágrafo 1º.** A **1ª etapa** será desenvolvida as atividades próprias do Trabalho de Conclusão de Curso, com a elaboração do Manuscrito na versão preliminar, entregue em formato impresso e encadernado (uma via), contendo:

<b>Elementos</b>	<b>Componentes</b>
<b>Pré-textuais</b>	Título Sub-título (quando for o caso) Autor (es) Resumo Palavras-chave <i>Abstract</i> <i>Keywords</i>
<b>Textuais</b>	Introdução Material e Métodos Resultados e Discussão Conclusão
<b>Pós-textuais</b>	Agradecimentos (se necessário) Suporte Financeiro (quando for o caso) Referências Bibliográficas

**Parágrafo 2º.** Na **2ª etapa**, será realizada a entrega do manuscrito, que deverá ser entregue em formato impresso/encadernado (3 vias) e digital/*cd-room* (uma via), com as correções sugeridas pelo professor coordenador da Disciplina de TCC, finalizando com a entrega dos trabalhos na versão final para correções da banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

**Parágrafo 3º.** A **3ª etapa** será realizada com a apresentação final dos trabalhos em formato de **pôster** para a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso. O processo de apresentação será de forma oral e a defesa obedecerá às seguintes normas:

**I.** Atribuição de no máximo quinze minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;

**II.** Atribuição de no máximo dez minutos a cada componente da Banca de avaliadores para arguições e respostas do discente;

III. Nos casos excepcionais de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação;

IV. No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação;

V. Caso o aluno não entregue a versão final do TCC e/ou a realize a defesa oral em pôster no prazo determinado, ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora na defesa, ele será considerado reprovado na disciplina e deverá refazer novamente a disciplina de TCC nos períodos seguintes, de acordo com a disponibilidade da mesma;

VI. Não existe a opção de **solicitação de segunda chamada** para nenhuma das etapas da disciplina de TCC.

**Artigo 10º.** A estrutura do TCC escrito deve estar em consonância com as normas da ABNT, que primam por uma padronização com relação à redação empregada e à disposição textual no papel, incluindo componentes pré-textuais, textuais e pós-textuais opcionais e obrigatórios, além de outros quesitos referentes à elaboração e redação de um trabalho acadêmico. **Os artigos originais ou de revisão deverão ter no mínimo 15 laudas, e no mínimo 20 referências para os artigos de revisão.**

**Parágrafo único** - Todo Trabalho de Conclusão de Curso deverá versar sobre temas, questões e problemas abordados no curso, prioritariamente à área da Engenharia Elétrica, ou que tenham relevância acadêmica e social na formação em Engenharias.

**Artigo 11º.** Os projetos de pesquisa, propostos e desenvolvidos como Trabalhos de Conclusão de Curso, uma vez concluídos deverão ser entregues ao professor da disciplina de TCC, devidamente organizado, segundo as normas e instruções deste regulamento, em 03 (três) vias impressas e uma via em mídia (*cd-room*), respeitando cronograma estabelecido pelo coordenador da disciplina.

**Artigo 12º.** Os projetos de pesquisa e os resultados do desenvolvimento dos projetos de pesquisa apresentados como Trabalhos de Conclusão de Curso serão submetidos à avaliação por Comissão Examinadora nomeada pelo Coordenador de Curso juntamente com o professor do TCC, que se pronunciarão sobre adequação formal e mérito acadêmico.

**Artigo 13º.** A mudança de tema do TCC somente poderá ocorrer dentro da mesma linha de pesquisa, na mesma área temática, com a aprovação da justificativa pelo Coordenador de Curso, a partir de proposta do aluno e do orientador, com parecer conclusivo deste.

#### **Capítulo IV - DO PROFESSOR ORIENTADOR DE TCC**

**Artigo 14º.** O aluno será orientado pelo professor-orientador de TCC designado no período.

**Parágrafo único** - Ao assinar a carta oficial de orientação do TCC (Anexo I), o professor-orientador somente poderá ser substituído mediante aprovação da justificativa pela coordenação de curso. A substituição, se aprovada, poderá ocorrer **até 30 (trinta) dias após o aceite do orientador.**

**Artigo 15º.** Poderão ser co-orientadores de Trabalhos de Conclusão do Curso de Engenharia Elétrica os professores da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO com no mínimo título de especialista.

**Parágrafo 1º.** A figura do co-orientador poderá ser aceita, podendo ele pertencer a outros Cursos e Instituições de Ensino, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais e a juízo do professor do TCC e do Coordenador do Curso de Engenharia Elétrica.

**Parágrafo 2º.** Quando houver a participação do co-orientador, deverá ser apresentada a carta de aceite de co-orientação, devidamente preenchida e assinada (ANEXO II).

**Parágrafo 3º.** Em casos excepcionais de projeto de pesquisa desenvolvido sob orientação ou co-orientação de pesquisadores não integrantes do corpo docente da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO, a aprovação da orientação do TCC, por estes pesquisadores, estará sob a condição de aprovação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Engenharia Elétrica. Após a aprovação e estando de acordo, o referido pesquisador deverá assinar carta de orientação voluntária sem vínculo institucional com a FAMETRO (ANEXO III).

**Parágrafo único** - Na condição citada no parágrafo 3º do artigo 15º, é obrigatória a co-orientação por um docente do curso de Engenharia Elétrica.

**Parágrafo 4º.** Na condição citada no parágrafo 3º do artigo 15º, o acadêmico deverá apresentar, ao professor da disciplina, a carta oficial de orientação ou co-orientação do TCC devidamente preenchida e assinada pelo pesquisador para o Curso de Engenharia Elétrica de acordo com cronograma previsto.

**Parágrafo 5º.** Não será aceito co-orientador não integrante do corpo docente da FAMETRO para trabalhos no formato de revisão bibliográfica.

## **Capítulo V - DAS COMPETÊNCIAS**

**Artigo 17º.** Compete ao professor da disciplina:

- I. Tomar as decisões administrativas necessárias ao desenvolvimento do processo do TCC;
- II. Apresentar aos alunos o plano de ensino com o cronograma das atividades propostas para a disciplina de TCC;
- III. Sugerir medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;
- IV. Convocar e dirigir reuniões com os orientandos, com vistas à melhoria do processo do TCC;
- V. Programar dia, hora e local da apresentação do TCC, perante banca examinadora, que será composta por 02 (dois) membros.
- VI. Orientar os alunos na escolha do tema e elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), em sua versão final;
- VII. Participar de reuniões, convocadas pela Coordenação do Curso, para análise do processo do TCC;

**Parágrafo único** - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo ou em períodos subsequentes.

**Artigo 18º.** Compete ao Acadêmico:

- I. Apresentar a carta oficial de co-orientação (quando for o caso), atendendo ao disposto no artigo 15º, parágrafo 2º, deste regulamento;
- II. Frequentar as reuniões convocadas pela Coordenação do Curso e pelo professor da disciplina TCC;
- III. Manter contatos semanais com o seu professor-orientador, para construção do trabalho acadêmico em desenvolvimento.
- IV. Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação de Curso para as disciplinas TCC;
- V. Elaborar as diversas etapas do TCC, sob a orientação do professor-orientador, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e a outras, aprovadas pelos órgãos colegiados.
- VI. Cumprir o horário de atendimento estabelecido com o professor de TCC;
- VII. Apresentar o trabalho desenvolvido no prazo estabelecido;
- VIII. Realizar a impressão da Versão Final do TCC e suas cópias;

**IX.** Confeccionar e fixar o pôster no local e data indicados.

**Artigo 19°.** Compete ao Co-orientador:

- I. Colaborar com o professor-orientador na elaboração e no desenvolvimento do plano de atividades;
- II. Auxiliar na orientação do discente, conforme especificado no plano de trabalho;
- III. Orientar o aluno quanto à adequação do trabalho às normas deste regimento.

## **Capítulo VI - DA AVALIAÇÃO DISCENTE**

**Artigo 20°.** O aluno será aprovado na disciplina TCC:

- I. Por média - quando obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco) e frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária total de cada disciplina;

**Artigo 21°.** O aluno deverá entregar ao professor da disciplina a versão final, para a análise e atribuição de nota pela banca examinadora, dentro do cronograma previsto.

**Artigo 22°.** Na avaliação da disciplina TCC serão consideradas três etapas:

- I. Entrega do trabalho escrito (versão preliminar) para compor a nota N1 , que terá peso de 0 (zero) à 10 (dez) pontos, e será atribuída pelo professor da disciplina de TCC.
- II. Entrega do trabalho na versão final, nos formatos impresso e digital, para compor a nota institucional referente a N1, que terá peso de 0 (zero) à 04 (cinco) pontos, e será atribuída pelo professor da disciplina de TCC.
- III. A apresentação oral do trabalho em pôster (versão final) para compor a nota institucional referente a N2, que será atribuída pela banca examinadora, que terá peso de 0 (zero) à 06 (quatro) pontos, e será atribuída pelo professor da disciplina de TCC.

**Parágrafo único** – O aluno que não entregar a versão final do TCC (impresso e digital) e/ou não realizar a apresentação final do trabalho de conclusão de curso, de acordo com o cronograma previsto, estará automaticamente **REPROVADO** na disciplina de TCC. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica.

- IV. A média do TCC constará da média aritmética das notas referentes a N1+N2. O aluno para estar aprovado deverá ter média igual ou superior à 5,0.

**Artigo 23°.** O aluno quando reprovado na disciplina TCC, **não poderá colar grau** e deverá refazer a disciplina de TCC nos períodos seguintes, de acordo com a disponibilidade da mesma.

**Parágrafo único** - O aluno aprovado em todas as demais disciplinas da matriz curricular obrigatória e reprovado na disciplina TCC, poderá se matricular em curso de férias ou como aluno especial, em disciplina isolada, de TCC, **se houver oferta pela IES.**

## **Capítulo VII – PLÁGIO**

**Artigo 24°.** É vedada ao acadêmico a citação de obras sem a respectiva indicação do autor, conforme a lei 9.610/98. Os trabalhos desenvolvidos nos produtos e TCC's e identificados como **plágio total ou parcial serão automaticamente reprovados.**

**Artigo 25°.** Se em qualquer momento for constatado plágio total ou parcial do trabalho desenvolvido e/ou apresentado, o aluno será automaticamente reprovado na disciplina de TCC, além de estar sujeito a outras sanções cabíveis.

**Artigo 26°.** Os casos de suspeita de plágio serão encaminhados ao Conselho Superior para julgar e encaminhar os trabalhos suspeitos de tal prática à Procuradoria Jurídica, para as medidas cabíveis.

**Artigo 27°.** Será considerado plágio a redação de frases, parágrafos ou citações que abranjam linhas contínuas ou interrompidas, sem a devida indicação de autoria nos TCC's.

**Artigo 28°.** É pré-requisito para apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso e sua versão final escrita à entrega da Declaração de Autoria (ANEXO IV).

## **Capítulo VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 29°.** Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pela Direção Acadêmica e, em grau de recurso a Direção Geral e em instância final, ao Conselho Superior da Faculdade.

**Artigo 30°.** Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior da Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO, revogando-se as disposições em contrário.

### ANEXO III

#### TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu, docente da Faculdade Metropolitana de Ensino – FAMETRO

---

Matrícula: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Professor orientador voluntário do aluno da disciplina TCC

---

No Projeto: (tema da monografia do TCC):

---

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Tecnologia em Segurança no Trabalho da FAMETRO, que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Manaus, AM \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Professor Orientador Voluntário

## ANEXO IV

### TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR CO-ORIENTADOR

Eu, docente da Faculdade Metropolitana de Ensino – FAMETRO

---

Matrícula: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Professor orientador voluntário do aluno da disciplina TCC

---

No Projeto: (tema da monografia do TCC):

---

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Tecnologia em Segurança no Trabalho da FAMETRO, que as horas destinadas para co-orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Manaus, AM \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Professor Co-Orientador Voluntário

## ANEXO V

### TERMO DE CIÊNCIA DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO INSTITUCIONAL

Eu, \_\_\_\_\_ profissional da área de Engenharia Elétrica

CPF: \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

Orientador/Co-Orientador voluntário do aluno da disciplina TCC

No Projeto: (tema da monografia do TCC):

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso da FAMETRO, que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, assim como não tenho vínculo institucional com esta IES, tendo em vista o aceite voluntário para orientação do discente vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Manaus, AM \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Co-Orientador Voluntário

<b>TRABALHO ESCRITO = TOTAL 10,0</b>		
<b>ITEM AVALIADO</b>	<b>VALOR</b>	<b>NOTA</b>
<b>Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.</b>	<b>1,0</b>	
<b>Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.</b>	<b>3,0</b>	
<b>Critérios básicos de formatação.</b>	<b>1,0</b>	
<b>Referências e citações, adequadas e atuais.</b>	<b>1,0</b>	
<b>Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.</b>	<b>1,0</b>	
<b>Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.</b>	<b>1,0</b>	
<b>Metodologia apropriada, explicitada e organizada.</b>	<b>1,0</b>	
<b>Considerações finais coerentes com os objetivos.</b>	<b>1,0</b>	

---

**Nome completo - Examinador(a)**

assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO VI – AVALIAÇÃO TCC (N2)

<b>TRABALHO ESCRITO = TOTAL 4,0</b>		
<b>ITEM AVALIADO</b>	<b>VALOR</b>	<b>NOTA</b>
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	0,5	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	0,5	
Critérios básicos de formatação.	0,5	
Referências e citações, adequadas e atuais.	0,5	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	0,5	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	0,5	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	0,5	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	0,5	

<b>APRESENTAÇÃO ORAL = TOTAL 6,0</b>		
<b>ITEM AVALIADO</b>	<b>VALOR</b>	<b>NOTA</b>
Domínio do Conteúdo.	1,0	
Organização da Apresentação e do banner.	1,0	
Habilidade de Comunicação e Expressão.	1,0	
Capacidade de Argumentação e Inovação.	0,5	
Uso de Recursos Audiovisuais.	0,5	
Linguagem Corporal, Vestuário e Comportamento.	1,0	
Uso Adequado do Tempo.	1,0	

---

Nome completo - Examinador(a)

assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE

Às \_\_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na sala \_\_\_\_\_, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso, o aluno(a): \_\_\_\_\_, tendo o trabalho o seguinte título: \_\_\_\_\_.

Constituíram a Banca Examinadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado \_\_\_\_\_ com nota \_\_\_\_\_, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais. Eu, \_\_\_\_\_ (Presidente da banca Examinadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

#### **Membros da Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_  
assinatura: \_\_\_\_\_

**Nome completo - Examinador(a)**

\_\_\_\_\_  
assinatura: \_\_\_\_\_

**Nome completo - Examinador(a)**

\_\_\_\_\_  
assinatura: \_\_\_\_\_

**Nome completo - Examinador(a)**

## ANEXO VIII

### TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU, IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA FAMETRO

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (RG), \_\_\_\_\_(CPF), aluno do Curso, matriculado sob número \_\_\_\_\_, venho, por meio do presente, AUTORIZAR, em caso de aprovação na respectiva disciplina, a inserção do meu Trabalho de Conclusão do Curso intitulado “ \_\_\_\_\_ nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico ou impresso de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais. DECLARO, dessa forma, que cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado, o inteiro teor do meu Trabalho de Conclusão do Curso acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s). DECLARO, ainda, que sou autor e único e exclusivo responsável pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Conclusão do Curso. AUTORIZO, ainda, a FAMETRO a remover o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia à minha pessoa.

Manaus, AM \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Aluno do curso de Engenharia Elétrica

## ANEXO IX

### CARTA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA BANCA DE DEFESA DE TCC

Eu, docente da Faculdade Metropolitana de Ensino – FAMETRO  
\_\_\_\_\_,  
encaminho o aluno (a) \_\_\_\_\_,  
para defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Manaus, AM \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno



## **1.15 Apoio ao Discente**

O Programa de Apoio ao Discente se divide em três eixos:

### **1.15.1 EIXO 01 - Atividades Extraclasse**

a) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

b) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também é previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)

c) Evento artístico cultural: com objetivo apresentar ao aluno a diversidade artística e cultural regional.

d) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.

- ▶ Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.
- ▶ Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
- ▶ Visitas aos cursos.
- ▶ Palestras sobre assuntos da atualidade.

► Rodada de conversa com Profissionais

e) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.

f) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

g) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

### **1.15.2 EIXO 02 – Atendimento Pedagógico; Acompanhamento Psicopedagógico e Acessibilidade**

4. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAPA deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

5. Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como também de pesquisa.

6. Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas específicas na área da leitura, escrita e cálculo, através do nivelamento acadêmico.

7. Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas

anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

- ▶ Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
- ▶ Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
- ▶ Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
- ▶ Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

8. Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

9. Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

10. Bolsa de Iniciação Científica: A FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

11. Política de Desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetrio, Cejur e Pós-Graduação.

12. Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus.

13. Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

14. Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

### **1.15.3 EIXO 03 – Serviços Acadêmicos**

4. Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.

5. Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.

6. Clinicas e Serviços da IES

► Clinica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.

- ▶ Clínica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para orientação nutricional
- ▶ Clínica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica
- ▶ Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.
- ▶ Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.
- ▶ Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.
- ▶ Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
- ▶ Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

### **1.16 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso**

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto-avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura

institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de auto avaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

#### **1.16.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional**

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

#### **1.16.2 Objetivos Específicos**

4. Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
5. Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

6. Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

### **1.16.3 Metodologia da avaliação institucional**

O processo de auto-avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

### **1.16.4 Avaliação Interna – composta por duas avaliações**

#### **a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional**

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- a) Missão Institucional
- b) Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- c) Responsabilidade Social
- d) A Comunicação com a Sociedade
- e) Política de Pessoal
- f) Gestão Institucional
- g) Infraestrutura
- h) Planejamento e Avaliação
- i) Atendimento ao Estudante
- j) Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a

instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

#### **1.16.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso**

a) A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

#### **1.16.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional**

As avaliações prevêem as seguintes etapas:

► Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos

serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

▶ Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

▶ Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

▶ Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

▶ Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

- ▶ Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
- ▶ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ▶ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ▶ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

4. Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da

instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

5. Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois

envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

6. Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.

7. Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

8. Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

9. Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

10. Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

11. Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

12. Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

13. Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

### **1.17 Atividades De Tutoria**

Não se aplica a este curso, pois não atendemos em modalidade a distancia ou semipresencial.

### **1.18 Tecnologia de Informação e Comunicação – TICS – No Processo Ensino Aprendizagem**

Os atos e processos de “informar” e “comunicar” são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação. O retroprojektor, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente desapareceu da literatura e práticas educacionais a referência a “meios audiovisuais”. A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região, finalmente permitiram que essa nova “onda de inovação” alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão “TIC na educação” assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de “computação” em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como “informática” – inclusive “informática educativa” – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

A FAMETRO entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As “novas” TIC incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as TICs podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

As TICs são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.

### **1.19 Material Didático Institucional**

NSA (por se tratar de curso presencial este item não se aplica ao curso).

### **1.20 Mecanismos de Interação entre Docentes; Tutores e Estudantes**

NSA (por se tratar de curso presencial este item não se aplica ao curso).

### **1.21 Procedimentos de Avaliação dos Processos Ensino-Aprendizagem**

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na idéia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensionalidade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que “[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta”. Na visão de Brandão (2009), os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social. Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997), a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

- a) saber agir com competência;

- b) saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;
- c) saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;
- d) saber transpor;
- e) saber aprender e aprender, a saber; e
- f) saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência “[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto” (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliadas em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores. Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar.

A matriz de competências para fins de avaliação é parte integrante do planejamento da disciplina.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma delas é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Assim, o portfólio permite uma avaliação mais concreta e fiel das competências desenvolvidas pelo aluno, ao longo de um determinado processo, porque inclui para além de testes aos seus conhecimentos de fatos, de conceitos, de teorias e de regras, outros elementos, nomeadamente, aqueles que revelam o próprio desenrolar do processo. Por outro lado, como o portfólio deve incluir um conjunto variado de realizações dos alunos, permite evidenciar que competências foram efetivamente desenvolvidas pelo aluno e os respectivos níveis de desempenho por ele alcançados.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim

como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, as avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto avaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

A auto avaliação deve ser sempre considerada como uma via pela qual o aluno possa ir gradativamente avançando na autonomia intelectual e no próprio gerenciamento de suas aprendizagens, e até mesmo os instrumentos tradicionais da avaliação como provas e trabalhos podem se converter em um momento privilegiado de aprendizagem, quando alteramos a nossa concepção de avaliação e modificamos nossa percepção sobre o lugar desta no trabalho pedagógico.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza Formativa e Somativa.

a) Avaliação Formativa: se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

b) Avaliação Somativa; tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

1. Apuração de freqüência às atividades escolares;
2. Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da freqüência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica. A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

4. Freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
5. Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{MN1 + MN2}{2}$$

Onde:

M = Média;

N1 = corresponde a 1a nota;

N2 = corresponde a 2a nota;

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será

vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

### **1.21.1 Formas de Acesso ao Curso**

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pela FAMETRO se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

- a) Processo Seletivo;
- b) Transferência;
- c) Portador de Diploma de Curso Superior;
- d) Re-opção;
- e) ENEM.

#### **1.21.1.1 Do Processo Seletivo**

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

##### **a) Do Processo Seletivo Contínuo**

▶ O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

▶ O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

▶ A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

- ▶ A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.
- ▶ O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

#### **1.21.1.2 Transferência**

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A FAMETRO, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

- ▶ Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- ▶ Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- ▶ Regime ou critério de aprovação.

#### **1.21.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior**

O Portador de Diploma de Curso Superior poderá ser admitido em curso de graduação da FAMETRO em vagas remanescentes do Processo Seletivo. O Conselho Maior estabelecerá os critérios para o processo seletivo dos candidatos em normas complementares.

#### **1.21.1.4 Da Re-opção**

Re-opção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

6. Existência de vaga no curso pretendido;
7. Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

8. Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

#### **1.21.1.5 Enem**

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

#### **1.21.1.6 Matrícula**

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

- I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;
- II- histórico escolar do ensino médio;
- III- diploma do ensino superior;
- IV- título de eleitor;
- V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;
- VI- uma foto 3/4.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não

tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

#### **1.21 NÚMERO DE VAGAS:**

O número de vagas atende a solicitação no sistema e-MEC, portanto, pretende-se 240 vagas distribuídas da seguinte forma:

- ▶Matutino: 80 vagas
- ▶Vespertino: 80 vagas
- ▶Noturno: 80 vagas

#### **1.22 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO**

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

#### **1.23 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.**

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

#### **1.24 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS RELAÇÃO ALUNOS/USUÁRIOS.**

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

#### **1.25 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.**

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

#### **1.26 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.**

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

#### **1.27 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS: NÃO SE APLICA A ESTE CURSO.**

Por se tratar de curso bacharelado este item não se aplica ao curso.

## **2 DIMENSÃO: CORPO DOCENTE**

### **2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE**

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

I. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

II. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

III. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

IV. A FAMETRO, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

V. O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 3 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico

VI. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias

VII As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros

VIII. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação.

IX. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância (maio de 2012), a Direção da FAMETRO designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, para constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Engenharia Elétrica é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

## **2.2 Atuação do Coordenador de Curso**

A FAMETRO entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

1. Reconhecer as necessidades da área em que atua;
2. Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
3. Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
4. Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
5. Operar novas tecnologias;
6. Avaliar o trabalho dos docentes;

7. Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
8. Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
9. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
10. Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

### **2.3 Titulação do Corpo Docente**

O Corpo Docente é constituído por todos os professores permanentes da FAMETRO e que tenham sido admitidos conforme as normas estabelecidas pela Coordenação de Ensino.

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Regulamento da Carreira Docente, aprovadas pelo Conselho Superior e referendadas pela Entidade Mantenedora, e segundo o regime das leis trabalhistas, na forma seguinte:

- Professores Integrados no Quadro de Carreira Docente;
- Professores Visitantes ou Colaboradores.

Os professores que atuarão no Curso Superior de Engenharia Elétrica foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de

currículos" da Faculdade ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

No que compete ao regime de trabalho do corpo docente o percentual de parciais e integrais alcança 82,14 % do total de professores. Ainda no que diz respeito ao percentual de professores com pós-graduação *Stricto sensu* o curso atinge 75% de mestres e doutores.

## **2.7 Percentual de Doutores**

O Curso de graduação que possui seis doutores, Daniel Ferreria Castro, Ellen Cristina Costa da Silva, Glauber Guimarães Cirino da Silva, José Felix da Costa Filho, Servulo Casas Furtado e Sílvio Murilo Melo Azevedo, totalizando um percentual de 29% de doutores.

## **2.12 Relação entre o número de docentes e o número de vagas.**

Dada à natureza presencial do curso de Graduação em Segurança no Trabalho, este item não se aplica.

## **2.13 Funcionamento do Colegiado de Curso**

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade Curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE;

II - Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE;

III - Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

V - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VII - Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do Núcleo Docente Estruturante, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

#### **2.14 Relação docentes e Tutores – presenciais e a distância – por estudante**

Por se tratar de Curso Bacharelado este item não se aplica ao Curso Superior em Segurança no Trabalho.

#### **2.15 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência da Assistência Médica**

Por se tratar de Curso Bacharelado este item não se aplica ao Curso Superior em Segurança no Trabalho

## **2.16 Responsabilidade Docente pela Supervisão da Assistência da Assistência Odontológica**

Não se aplica.

## **2.17 Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente**

Por se tratar de Curso Bacharelado este item não se aplica ao Curso Superior em Segurança no Trabalho

## **3 DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA**

### **3.1 Gabinete de Trabalho para Professores -TI**

O curso oferece gabinete de trabalho equipado, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

No ano de 2016 a IES têm 276 professores sendo 77 integrais, cujas cabines individuais são para os docentes integrais que estão distribuídas da seguinte forma: 87 gabinetes de trabalhos para os professores integrais nos turnos matutino, vespertino e noturno, envolvidos em pesquisa, NDE, extensão, planejamento e estudos.

O Curso conta ainda com:

- 20 cabines na sala docentes unidade 1 e 2
- 15 cabines na unidade 3
- 10 cabines na unidade 4
- 20 cabines na unidade 5
- 04 cabines na sala de estudo
- 01 sala de extensão
- 02 sala da pesquisa
- 03 NPJ
- 01 Clínica de Psicologia
- 01 Clínica de Fisioterapia
- 01 Clínica de Nutrição
- 01 Clínica de Odontologia

- . 01 Clínica de Fonoaudiologia
- 01 Núcleo de Interdisciplinar de Design Gráfico e Marketing
- 01 Brinquedoteca
- 01 Ambulatório Médico
- 01 Sala para o NDE
- 01 Sala para a CPA
- 01 Sala para o NADI
- 01 Sala de Recursos de Multimeios
- 12 Laboratórios de informática (Sendo 6 laboratórios fixos e 6 laboratorios móveis, distribuído da seguinte forma; 03 fixos na unidade I e II, 02 moveis na unidade I e II; 01 fixo na unidade III, 02 moveis na unidade III; 01 fixo na unidade IV; 01 móvel na unidade IV; 01 fixo na unidade V, 01 móvel na unidade V)

### **3.2 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos**

O gabinete individual do coordenador possui condições adequadas em termo de dimensão equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o espaço para a funcionária.

### **3.3 Sala de Professores**

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Existe ainda uma sala de reunião para uso do Núcleo Docente Estruturante a qual é utilizada pelo referido Núcleo mediante agendamento.

### **3.4 Salas de Aula**

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professore recursos pedagógicos a disposição.

### **3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática**

A FAMETRO possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

O funcionamento dos laboratórios é de segunda a sábado 8h às 12h (manhã) 13h30min às 22h (tarde e noite), sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas com as bases de dados e ferramentas de pesquisas disponíveis.

Além de que cada unidade tem 2 carrinhos moveis com laptops

### **3.6 Bibliografia básica**

Os livros da bibliografia básica (máximo 03 obras por unidade curricular na proporção de exemplares por vagas para cada obra) e complementar (máximo 05 obras por unidade curricular na proporção de 2 exemplares para cada obra) atendem aos programas das disciplinas em quantidade suficiente, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da FAMETRO.

### **3.7. Bibliografia Complementar**

Os livros da bibliografia complementar possuem cinco títulos por unidade curricular, com no mínimo dois exemplares de cada título disponíveis, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da Fametro e ao sistema da biblioteca.

### **3.8 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade**

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos

mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

### **3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade.**

#### **Laboratório De Física**

O laboratório é comum para todos os cursos da FAMETRO.

#### **Laboratório De Informática**

São três laboratórios de informática, mais dois laboratórios móveis com laptops que podem servir para consulta ou aulas práticas de informática.

A seguir apresentaremos a configuração básica de instrumentação do laboratório.

a) Servidor de Rede de alto desempenho que garanta a compatibilidade de intercâmbio com redes de comunicação.

Equipado com processador dual-core, 2,7 Ghz, 2 Mb L2 Cache, 800 Mhz FSB, HD de 160 Gigas, 2Giga de memória Ram, placa de comunicação de rede, Monitor de LCD de 21", Placa de vídeo de Alta Resolução, Gravador de DVD, Entrada USB e leitor de memória SD, Kite Multimídia, Mouse e Teclado.

b) 44 Microcomputadores equipado com HD de 120 Gigas, 1Giga de memória Ram, placa de comunicação de rede, Monitor de LCD de 15", Placa de vídeo de Alta Resolução, Entrada USB .

f) 1 Estabilizador de voltagem tipo "No Break", com no mínimo 1 Kva de capacidade.

g) 1 Data Show

#### **Programas**

Serão utilizados para abordagem geral, softwares demonstrativos para a ampliação do conhecimento dos alunos e os específicos que serão utilizados diretamente nas disciplinas.

### **Sala de Pranchetas**

Este laboratório destina-se a possibilitar a prática de leitura, interpretação e execução de desenhos técnicos, desenvolvendo a competência para visualizar a estrutura física organizacional.

### **3.9.2 Laboratórios Didáticos Especializados: qualidade**

Os laboratórios didáticos implantados atendem de maneira excelente quando as normas de funcionamento; utilização e segurança e atendem de maneira excelente os aspectos de adequação ao currículo, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos e ainda apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

### **3.9.3 Laboratórios Didáticos Especializados: serviços**

Os laboratórios didáticos implantados atendem de maneira excelente quando as normas de funcionamento; utilização e segurança e atendem de maneira excelente os aspectos de adequação ao currículo, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos e ainda apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

### **3.9.4 Sistema de Controle de produção e distribuição de material didático (logístico)**

Por se tratar de Curso de Graduação Presencial este item não se aplica

### **3.9.5 Núcleo de Práticas Jurídicas**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior Segurança no Trabalho não se aplica

### **3.9.6 Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior não se aplica

### **3.9.7 Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial conveniados**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior não se aplica.

### **3.9.8 Sistema de referência e Contra referência**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior não se aplica.

### **3.9.9 Biotérios**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior não se aplica.

### **3.9.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior não se aplica.

### **3.9.11 Laboratórios de Habilidades**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior presencial não se aplica.

### **3.9.12 Protocolos de Experimentos**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior presencial não se aplica.

### **3.9.13 Comitê de ética**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior presencial não se aplica.

### **3.9.14 Comitê de ética para Utilização de Animais (CEUA)**

Por se tratar de Curso de Graduação Superior não se aplica.

### **3.9.15 Biblioteca e Política de Acervo**

A FAMETRO possui 01 biblioteca central, adota a Classificação Decimal Universal (CDU) para a classificação de seu acervo. As obras são catalogadas segundo as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2). São desenvolvidos os seguintes serviços: seleção e aquisição de material bibliográfico, levantamento bibliográfico, tratamento da informação, serviços técnicos, serviço de referência e disseminação da informação. A Biblioteca é informatizada e utiliza o sistema GNUTECA.

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Este acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros e periódicos (assinaturas correntes). Além do acervo específico de cada curso, o Sistema de Bibliotecas da FAMETRO possui a disposição livros de referência, acervo abrangente

das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos e que possam contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

A biblioteca é informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Existe representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. Estão disponíveis para os usuários vários microcomputadores com acesso à Internet.

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

O horário de funcionamento da biblioteca funciona abrange os três turnos:

- Segunda à sexta-feira das 8h às 22h (ininterruptamente)
- Sábados das 8h às 16h (ininterruptamente)

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; levantamento bibliográfico e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos alunos e aos funcionários da Instituição.

1. Alunos e funcionários poderão emprestar, até 03 (três) livros de cada vez, por um período de 05 (cinco) dias, com direito a renovação por mais 02 (dois) dias. Sujeito à multa diária no valor de R\$ 1,00 por título emprestado, ficando o usuário suspenso até a quitação de suas dependências.

2. Professores e alunos de pós-graduação poderão emprestar, até 05 (cinco) livros de cada vez, por um período de 5 (cinco) dias.

As obras são disponibilizadas no acervo de acordo com a classificação CDU e numeração respectiva de autoria (Tabela de Cutter), incluindo ainda: número de volume, número de exemplar e registro do livro no sistema, agilizando-se assim o atendimento do usuário no Serviço de Referência.

No que se refere à reserva, a mesma deve ser solicitada no balcão de atendimento, ficando à disposição do aluno para sua retirada desde o momento em que o livro retorna do empréstimo anterior até a sexta-feira (data em que o material reservado, geralmente de consulta pode sair, com devolução agendada para a segunda-feira). Findo este prazo, a reserva perderá a sua validade.

### **3.9.16 Infraestrutura de Segurança**

Nos prédios onde funciona a FAMETRO são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros de modo que as suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Eles estão equipados com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

Todas as instalações físicas são limpas constantemente, estando em perfeito estado de conservadas. A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição.

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A atualização dos equipamentos é feita a partir de uma análise periódica dos funcionários da Instituição, os quais devem verificar a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

Os equipamentos de informática são atualizados com base em up-grades periódicos e a substituição é realizada com base nos softwares que se apresentam mais atualizada. A aquisição de novos equipamentos é conduzida sob a orientação do técnico

responsável pelos laboratórios. Os laboratórios contam com técnicos especializados nas respectivas áreas, que respondem por toda manutenção básica dos equipamentos, inclusive com suprimento e assistência. A manutenção é realizada segundo os preceitos e métodos previstos pela TPM – Total Productivity Management, observando o seguinte quadro conforme as etapas a seguir:

Tipologia	Frequência
Manutenção Corretiva	Executada conforme demanda, inicialmente com técnicos próprios e num segundo momento, através de empresas terceirizadas.
Manutenção Preventiva	A cada seis meses, todos os equipamentos sofrem manutenção preventiva, que consiste, basicamente, em limpeza e revisão.
Manutenção Preditiva	Os fornecedores de equipamentos apresentam um quadro da vida útil dos principais componentes que serão, periodicamente, substituídos para evitar o custo do desgaste de peças.

#### **4 DIMENSÃO: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS**

##### **4.1 Programas Institucionais**

###### **4.1.1 Programa de Acompanhamento de Egressos**

A FAMETRO tem o compromisso com a constante valorização do ser humano por meio da educação superior na Região Amazônica, qualificando mão de obra para organizações públicas, privadas, ONGs e empreendimentos próprios. Entretanto, entendemos que nosso compromisso vai além da formação durante a graduação, mas abrange inclusive conhecer informações sobre a inserção do nosso egresso no mercado de trabalho como forma de avaliar a contribuição de nossos cursos para este processo.

Neste contexto, a Instituição optou por adotar uma pesquisa de acompanhamento de egressos dividido em duas etapas: a primeira levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levantará dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos

de graduação da FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Este programa tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Os objetivos específicos do programa estão pautados em:

a) Quantificar os egressos dos cursos da FAMETRO que estão atuando no mercado de trabalho na área em que se graduaram.

b) Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de carreira

c) Identificar a ascensão profissional do egresso em termos de remuneração

d) Avaliar a contribuição do curso para a empregabilidade do egresso

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria FAMETRO que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a FAMETRO entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região amazônica por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

A metodologia desta atividade será baseada em uma pesquisa a ser realizada junto aos egressos dos cursos de graduação da FAMETRO. Consistirá na aplicação de formulário de pesquisa sobre os dados dos egressos em duas etapas, a saber: 1ª. Etapa – levantar a condição profissional de ingresso do aluno na IES com turmas formandas; 2ª. Etapa – levantar a ascensão profissional das mesmas turmas na condição de egressos quanto à carreira e à remuneração para identificar as necessidades do curso na formação do aluno.

Após levantamento os dados da primeira e segunda etapa serão comparados para avaliar de que forma os cursos de graduação da FAMETRO estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

Será lançado o edital de pesquisa para alunos com interesse em participação voluntária nos projetos de acompanhamento de egressos dos respectivos cursos, na formação do banco de dados dos egressos, envio dos questionários e tabulação dos dados dos questionários devolvidos e que terão horas complementares na realização destas atividades.

Depois de aplicado o formulário de pesquisa, os dados serão tabulados pelos alunos voluntários sob a orientação de um professor que irá tratar estatisticamente os dados levantados e tabulados.

Para a sensibilização da importância da pesquisa será realizado um evento ao final de cada semestre aos pré-egressos para homenageá-los com uma Aula da Saudade ministrada por professores do curso escolhidos pelos próprios alunos, na ocasião será ministrada uma palestra sobre a importância da educação continuada para a empregabilidade dos mesmos e na oportunidade será discorrido sobre a importância da pesquisa de acompanhamento ao egresso como forma de subsídio para a melhoria contínua do curso.

Espera-se com este programa de acompanhamento dos egressos obter subsídios para a melhoria contínua dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da FAMETRO de forma a manter a relação entre a qualificação de profissionais com empregabilidade para o mercado de trabalho local.

#### 1. Atuação Dos egressos Da IES No Ambiente Socioeconômico.

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio-afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é requerida ao egresso a capacidade de:

- a) dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;
- b) desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;
- c) exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;
- d) ter atitudes inovadoras e criativas;
- e) utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;
- f) saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;
- g) integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;
- h) atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;
- i) compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;
- j) compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;
- k) desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;
- l) atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

#### **4.1.2 PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

##### **DISPOSIÇÃO GERAL**

O Programa de Acessibilidade e Inclusão caracteriza-se como um projeto em contínua revisão, com o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos

acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 101, Capítulo I, acessibilidade e inclusão *“é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência.”*

O trabalho psicopedagógico realizado junto aos acadêmicos para a viabilização do **direito de acesso à educação**, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) se dá por meio de uma **planificação pedagógica diferenciada** que proporciona **acesso ao currículo** e aos **elementos curriculares**. Isso, a partir das características de desenvolvimento de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam **necessidades educacionais especiais** no processo pedagógico, na totalidade ou em determinados momentos deste trabalho, conforme as disposições apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial e nas recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

De acordo com a Lei 10.098/00, **acessibilidade** é a possibilidade e a condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2º, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos.

A IES entende que o "direito ao acesso" está diretamente relacionado ao "direito à eliminação de barreiras" que impedem as pessoas de ir e vir e de usufruir de tudo aquilo que compõem o cenário social da cidadania. De acordo com a lei mencionada, barreiras são qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas (art. 2º, inc. II).

Assim, ações são projetadas para a eliminação de barreiras. O entendimento que perpassa este trabalho psicopedagógico, atende ao **princípio da equidade**, pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da respectiva necessidade de

haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

Do ponto de vista educacional, os desafios em relação à acessibilidade são variados, pois as instituições de ensino, da educação básica à superior, terão de lidar com a eliminação de várias barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as encontradas na comunicação e nas atitudes. Por isso o Programa trabalha, de forma crescente, com a acessibilidade viável nas áreas comunicacional, arquitetônica, programática, informacional, metodológica e atitudinal.

Resumidamente, o Programa de Acessibilidade e Inclusão propõe e gerencia a eliminação barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam acesso e permanência dos acadêmicos e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

#### **a) Objetivo Geral**

Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, na FAMETRO.

#### **b) Objetivos Específicos**

- a) Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência na IES;
- b) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.
- c) Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
- d) Garantir a educação inclusiva;
- e) Adquirir e assegurar a tecnologia assistida e a comunicação alternativa;
- f) Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;
- g) Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiência.

#### **c) Das Ações do Programa**

Assim o Programa supervisiona:

- a) A eliminação de barreiras físicas nas edificações;
- b) A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;
- c) A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
- d) A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, “Ledor” e de interprete para a língua de sinais – Libras;
- e) Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula.

Assim o Programa promove:

- a) A promoção de Projetos de Sensibilização,
- b) Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade.
- b) Realizar semestralmente um “Censo” de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;
- c) Projetos de Comunicação e Eventos Relativos à Inclusão e Acessibilidade.

#### **4.1.3 PROGRAMA DE MONITORIA**

### **INTRODUÇÃO**

O presente Programa visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores da FAMETRO – FAMETRO - informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

#### **1- O QUE É MONITORIA**

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

## 2- DEFINIÇÕES

**Monitoria** - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.

**Monitor** - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.

**Orientador** – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.

**Função** – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. **Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.**

### 3 - MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO

A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como ***processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem***. Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-progressista, procedimentos monitorais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões “política, técnica e humana da prática pedagógica” (CANDAU:1986, p.12-22).

### 4 - QUEM É O MONITOR DA FAMETRO?

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

**O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.**

### 5 - COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR

- a)** Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
- b)** Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;
- c)** Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;
- d)** Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;
- e)** Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;
- f)** Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.
- g)** Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

**É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO, EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.**

## **6 – INSCRIÇÕES**

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- ter cursado a disciplina objeto da seleção;
- ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;
- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante a FAMETRO.

## **7 - SELEÇÃO**

A seleção é realizada **anualmente**, em época estabelecida em Calendário.

## **8 - ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR**

- a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.
- b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.
- c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.
- d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.
- e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;
- f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, **podendo ser renovado** por mais 06 (seis) meses;

## 9 - ORIENTAÇÃO

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

## 10 - CONTROLE

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

## 11 - JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a FAMETRO. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, **60 horas semestrais**, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor **1 hora por semana**, dentro de suas conveniências.

## 12 - CANCELAMENTO DA MONITORIA

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

- I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;
- II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;
- III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;
- IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispensado das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

### **13- CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA**

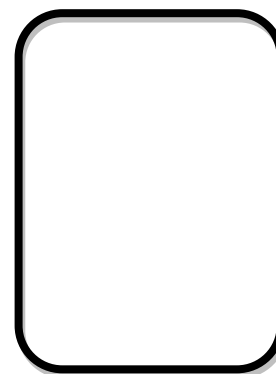
O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenador do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

A certificação é outorgada aos discentes que possuem avaliação de desempenho positiva.

**FAMETRO  
PROGRAMA DE MONITORIA  
MANAUS - AM**

**CURSO DE .....**

**CADASTRO DO(A) MONITOR(A)**



Ano do programa:

---

**DADOS GERAIS**

---

Curso:

---

Disciplina:

---

Nome do Aluno(a) Monitor(a):

---

Nº da matrícula:

---

Telefone:

---

E-mail:

---

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

---

E-mail:

---

Telefone para contato:

---

Manaus – AM

**FAMETRO**  
**PROGRAMA DE MONITORIA**  
**MANAUS - AM**  
**TERMO DE COMPROMISSO**

Nome completo do(a) Aluno(a):

Nº de Matrícula:

Curso:

Período:

Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):

Disciplina objeto de monitoria:

Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria da FAMETRO – FAMETRO, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e a FAMETRO.

Manaus, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Monitor(a)

**FAMETRO**  
**RELATORIO MENSAL DE MONITORIA**

<b>Monitor (a)</b>	
<b>Orientador (a)</b>	
<b>Disciplina</b>	

<b>MÊS</b>	<b>ATIVIDADE/TEM DESENVOLVIDO NA MONITORIA</b>	<b>CH</b>	<b>CURSO/TURNO</b>

Manaus, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Monitor**

**Orientador**



#### **4.1.4 PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO**

### **APRESENTAÇÃO**

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

### **1. JUSTIFICATIVA**

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuase a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pósgraduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento “pluriversitário” não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade

que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, a FAULDADE FAMETRO, dispõe de um Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

## **2. OBJETIVO**

**OBJETIVO GERAL:** Promover a articulação e práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

## **3. METODOLOGIA DO PROGRAMA**

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEE devem ter como princípio os seguintes princípios:

- **Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.** O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
  - a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
  - b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a

extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico;

- **Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas.** A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;
- **Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população.** A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;
- **Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico.** As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;
- **Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.** O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades ímpares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da Amazônia, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEE, de caráter anuais, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

#### **4.1.5 PROGRAMA DE NIVELAMENTO**

##### **1. APRESENTAÇÃO**

Ao ingressar em uma Instituição de Ensino Superior o aluno depara-se com uma realidade não apenas diferente, mas desafiadora, que em alguns casos termina por levá-lo a abandonar os estudos.

As dificuldades em acompanhar as disciplinas ministradas constituem-se em um dos fatores que levam o aluno a desistência pois, junto com as dificuldades surgem os sentimentos de incompetência e por conseqüência o desinteresse e a reprovação.

Entendemos que estas dificuldades resultam da baixa qualidade do ensino que a maioria dos alunos recebem desde as séries iniciais, bem como de situações como distorção idade-série que culminam com conclusão do ensino fundamental e médio através de programas supletivos.

O que percebemos é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa ainda muito a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as idéias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

A Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO procurando lidar com esta realidade e em função disto instituiu, para seus alunos, o Projeto Institucional de Nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno universitário.

O Projeto Institucional de Nivelamento da FAMETRO, faz parte do Programa de Apoio aos Discentes e tem por função propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos no ensino superior.

## **2. OBJETIVOS**

- Contribuir para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores;
- Ajudar os acadêmicos a realizar um curso superior de qualidade;
- Oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

## **3. METODOLOGIA**

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa freqüentar mais de uma disciplina.

Os cursos de nivelamento serão ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos.

O programa será oferecido em caráter opcional, mediante divulgação de edital e aplicação de prova para seleção dos participantes. O aluno selecionado que não desejar participar deverá requerer sua dispensa do projeto.

## **4. PÚBLICO ALVO**

Alunos regularmente matriculados em qualquer semestre.

## **5. FORMA DE INGRESSO**

O aluno apresentar dificuldades em acompanhar qualquer uma das disciplinas durante o curso poderá requerer sua matrícula via requerimento interno diretamente na coordenação de seu curso.

## **6. AVALIAÇÃO**

A Avaliação como processo acontecerá através do desempenho do aluno nas aulas de nivelamento e do acompanhamento do aluno nas disciplinas do seu curso.

#### 4.1.6 PAD – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

##### Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

- a) Academia de oratória: A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.
- b) Grupo Poetando: Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.
- c) Grupo Voz e Vida: Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.
- d) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FAMETRO, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também é previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)
- e) Oficina de artes: A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.
- f) Oficina de teatro: A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos da FAMETRO interessados na arte da interpretação, representação e de construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.

- g) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A Fametro, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.
- ▶ Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.
  - ▶ Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
  - ▶ Visitas aos cursos da Universidade.
  - ▶ Palestras sobre assuntos da atualidade.
  - ▶ Rodada de conversa com Profissionais
- h) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.
- i) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FAMETRO compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.
- j) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

## EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

- a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos

interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

- b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.
- c) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.
- d) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas específicas na área da leitura, escrita e cálculo, através do nivelamento acadêmico.
- e) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FAMETRO está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

- f) Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
- g) Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
- h) Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FAMETRO, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
- i) Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.
  
- j) Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.
- k) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FAMETRO oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.
- l) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FAMETRO, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise crítica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir

quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

- m) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.
- n) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.
- o) Bolsa de Iniciação Científica: A FAMETRO, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
- p) Política de Desconto: A FAMETRO mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetro, Cejur e Pós-Graduação.
- q) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus
- r) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FAMETRO por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.
- s) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

- a) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.
- b) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as dúvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.
- c) Clínicas e Serviços da IES
  - ▶ Clínica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.
  - ▶ Clínica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para orientação nutricional
  - ▶ Clínica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica
  - ▶ Brinquedoteca: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.
  - ▶ Ambulatório: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.
  - ▶ Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.
  - ▶ Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
  - ▶ Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

#### **4.1.7 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou

seja, em todos os seus setores e com envolvimento de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de autoavaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento contínuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura)

#### 1.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

#### 1.2 Objetivos Específicos:

Realizar auto-avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar auto-avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

#### 1.3 Metodologia da avaliação institucional:

O processo de auto avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

##### 1.3.1 Avaliação Interna são duas:

###### a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- ▶ Missão Institucional
- ▶ Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- ▶ Responsabilidade Social
- ▶ A Comunicação com a Sociedade
- ▶ Política de Pessoal
- ▶ Gestão Institucional
- ▶ Infraestrutura
- ▶ Planejamento e Avaliação
- ▶ Atendimento ao Estudante
- ▶ Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FAMETRO.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso: A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.4 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá

o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas.

Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FAMETRO e um específico para a auto-avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

#### 1.5 Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

- a) Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.
- b) Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

c) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

- ▶ Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
- ▶ Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
- ▶ Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

d) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a contínua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- ▶ Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades

complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc... As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

- ▶ Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem interconceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros. A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extra-curriculares é que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as

atividades extra- curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- ▶ Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- ▶ Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- ▶ auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- ▶ Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

- ▶ Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- ▶ Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- ▶ Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.
- ▶ Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

## **4.2 Regulamentos Institucionais**

### **4.2.1 Regulamento de Monitoria**

#### **CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS**

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:

- I – oportunidade ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;
- II – assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.

Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:

- I – tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;
- II – atividades de pesquisa e extensão;
- III – trabalhos práticos e experimentais.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

## **CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO**

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria, tem como base nos seguintes critérios:

I – terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com coeficiente superior a 7 (sete);

II – a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Diretoria, onde será fixado o número de vagas;

III – o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor homologar a classificação indicada pela comissão.

## **CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pela disciplina ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

## **CAPÍTULO IV – DA BOLSA DE MONITORIA**

Art. 6º. Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, cujo valor é fixado pela Diretoria, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação da Coordenadoria.

## **CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES**

Art. 7º. Compete às Coordenações:

- I – recrutar e selecionar monitores, obedecidas as normas fixadas pela FAMETRO;
- II – aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;
- III – supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;
- IV – controlar e encaminhar a freqüência dos monitores ao setor competente;
- V – promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e
- VI – expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

## **CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 8º. A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias, para assegurar aos monitores, seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Além destas, a FAMETRO oferece bolsas de estudo oriundas do Governo Federal, Financiamento Estudantil/FIES, e ainda, além de estabelecer convênios com empresas de médio e grande porte com política de desconto, como também disponibiliza bolsas de estudo a seus funcionários que variam de 20% a 100% de desconto.

Quanto às bolsas de trabalho, a Instituição tem estabelecido convênios e contatos permanentes com órgãos de apoio a estágios, objetivando perspectivas para seus estudantes, além de parcerias com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor que recrutam estagiários.

### **4.2.2 Regulamento do Programa de Nivelamento**

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que

precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.

Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos Cursos de Graduação da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO estão estruturados de modo a contemplarem, em sua organização e dinamização, as diversidades cognitivas dos discentes. Deste modo, o processo de Nivelamento Institucional da FAMETRO consiste em subsidiar os alunos de elementos básicos da Matemática, da Leitura, Interpretação e Escrita de forma que o aluno consiga prosseguir em seus estudos.

Art. 1º. A FAMETRO proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática sempre que houver turmas ingressantes na Instituição.

Art. 2º. O Projeto de Nivelamento também será oferecido aos alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, desde que comprovadas as necessidades.

Art. 3º. Os alunos serão convidados à participar do Projeto, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade.

Art. 4º. A Coordenação dos Cursos se responsabilizará por acompanhar junto aos professores a freqüência e o desenvolvimento dos alunos participantes do Projeto Institucional de Nivelamento.

Art. 5º. Os docentes envolvidos no Projeto Institucional de Nivelamento serão indicados pela Direção de Ensino da FAMETRO.

Art. 6º O Curso de Nivelamento elaborará um programa de conteúdos que sejam comuns a todos os Cursos da Instituição, conteúdos básicos para a formação acadêmica do aluno.

Art.7º A avaliação do Projeto ocorrerá de modo indireto, ou seja, por meio da relação entre controle de freqüências e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Art.8º As aulas ocorrerão aos sábados em horário que não conflite com as atividades acadêmicas.

Art. 9º. As aulas são oferecidas gratuitamente aos alunos e contam com a orientação e acompanhamento de docentes qualificados e com experiência para identificar as dificuldades que interferem no desempenho acadêmico dos alunos e sugerir mecanismos adequados de estudos.

Art. 10º. O docente responsável pelo Projeto de Nivelamento poderá ser auxiliado por um monitor, desde que seja comunicada a Direção de Ensino e apresentada a justificativa.

Art. 11º. Os projetos serão desenvolvidos pelos docentes envolvidos no Programa a partir da identificação das necessidades dos alunos.

Art. 12º. Os casos omissos deste regulamento, alterações, novas diretrizes e quaisquer outras inclusões, deverão se dar por meio de deliberação do Conselho Acadêmico.

## **NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

### **Objetivos:**

- Desenvolver aspectos referentes à comunicação, estilo, parágrafo e frase, fornecendo ao aluno um embasamento teórico-prático para a comunicação oral e escrita.
- Proporcionar diversos tópicos gramaticais, uma vez que a gramática, não sendo considerada um fim em si mesma, é um meio para que se atinja o que se convencionou chamar de expressão correta de acordo com a língua-padrão.

### **Ementa:**

Leitura e interpretação de textos. A construção do parágrafo. Variação lingüística. A coerência e a coesão textual. Estrutura do texto dissertativo. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação e crase. Pontuação.

## **NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA**

### **Objetivos:**

- Propiciar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares.
- Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações.
- Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões e proporções.
- Compreender o conceito e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

#### **4.2.3 Regulamento Do Núcleo De Orientação À Pesquisa E Inovação**

### **REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Dos Objetivos**

Art. 1º – O objetivo do presente Regulamento é regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, estrutura administrativa, critérios de avaliação, formas de institucionalização e instrumentos de apoio à pesquisa, de acordo com o estabelecido no REGIMENTO DA FAMETRO.

Art. 2º – Objetivo do Núcleo de Pesquisa – NOPE é promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo docente e discente construindo o saber local necessário para transformação de uma sociedade sustentável respeitando os princípios éticos e aprimorando os processos de ensino, aprendizagem e extensão.

#### **Capítulo II**

##### **Das Definições**

Art.3º - Para efeito de entendimento define-se:

1. A COMISSÃO DE PESQUISA é responsável pela elaboração, para cada período letivo, os documentos de Planejamento Estratégico deliberar sobre os critérios de alocação de cargas horárias, no tocante às atividades de ensino, pesquisa e orientação, de acordo com as necessidades de cada semestre e decidir sobre casos omissos neste Regulamento.
2. O COORDENADOR DE PESQUISA é o docente responsável pelo funcionamento das atividades de pesquisa do núcleo.
3. O PROFESSOR PESQUISADOR é o docente que integra o quadro de professores-pesquisadores da FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS.

4. O PESQUISADOR COLABORADOR é o profissional que participa das atividades de pesquisa sem integrar o quadro de professores-pesquisadores da Instituição.
5. O ASSISTENTE DE PESQUISA é o profissional designado para exercer funções auxiliares no âmbito de um grupo de trabalho registrados e credenciados nos órgãos competentes.
6. O DISCENTE PESQUISADOR é o aluno voluntário ou bolsista selecionado para o desenvolvimento das etapas da pesquisa conforme o regulamento do núcleo.

### **CAPITULO III**

#### **Da Estrutura Administrativa**

Art. 4º – O Núcleo de Pesquisa (NOPE) é subordinado à Direção Geral da FAMETRO.

Art. 5º – Subordinam-se ao NOPE:

- a) O Programa Metropolitano de Iniciação Científica (PROMIC);
- b) O Programa de Pesquisa Científica (PP);

§ Parágrafo Único: Para as pesquisas realizadas com seres humanos e animais, serão utilizados os seguintes comitês: Comitês de Ética de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Amazonas.

Art. 6º – A Comissão de Pesquisa (CP) será composta pelo coordenador do NOPE e o coordenador de cada curso da Fametro, e um professor com dedicação integral representando as áreas de Ciências Exatas (*Engenharia Civil, Sistema de Informação e Química*), Ciências Humanas (*Pedagogia e Psicologia*), Ciências da Saúde (*Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição*), Ciências Sociais Aplicadas (*Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Serviço Social e Turismo*), um docente de língua portuguesa e um professor de metodologia da pesquisa científica.

§ Parágrafo Único: O ingresso dos representantes das áreas será através de eleição do seu colegiado cujo mandato será de dois anos com direito a reeleição.

Art. 7º – O Núcleo de Pesquisa será constituído com a seguinte estrutura administrativa:

- a) Coordenador de Pesquisa;
- b) Comissão de Pesquisa;

- c) Pesquisadores Docentes;
- d) Pesquisadores Discentes;

## **CAPÍTULO IV**

### **Das competências**

Art. 8º A competência do Coordenador está baseada nas seguintes premissas:

- a) Elaborar o calendário de atividades científicas em cada período letivo.
- b) Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos projetos de pesquisa oriundos da PP e PROMIC submetidos ao NOPE.
- c) Deliberar sobre os critérios de seleção e alocação de cargas horárias de cada projeto.
- d) Regularizar, acompanhar e documentar todos os relatórios técnicos científicos.
- e) Resguardar as pesquisas de violações éticas e, ainda, buscar consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.
- f) Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos PP e PROMIC submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas *ad hoc* na emissão de pareceres.
- g) Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Projetos de Iniciação Científica.
- h) Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos PP e PROMIC forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais
- i) Acessar, com frequência mínima semestral, os currículos *Lattes* dos docentes que estiverem envolvidos nos projetos submetidos à análise junto ao NOPE.
- j) Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação QUALIS (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico do NOPE.

- k) Apoiar a realização de eventos técnico-científicos, sob a coordenação de Pesquisa, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos PROMIC e PP, no âmbito da graduação e da pós-graduação.
- l) Realizar parcerias com Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais, visando aumentar a produção científica e participar de PP que possam vir a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FAMETRO.
- m) Realizar parcerias com ONGs e Empresas Privadas nacionais e internacionais interessadas em realizar PP em conjunto com o NOPE, visando não só aumentar a produção científica, a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FAMETRO e, sempre que assim essa parceria o permitir, captar recursos financeiros que deem sustentação financeira aos referidos projetos.
- n) Captar juntamente com os docentes envolvidos nos projetos apresentados ao NOPE recursos financeiros externos que permitam apoiar e dá sustentabilidade econômico-financeira às atividade promovidas pelo NOPE.
- o) Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os pesquisadores, orientadores do PROMIC e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem os ditos relatórios.

Art. 9º - Compete ao Pesquisador Docente:

- 1. Desenvolver, no tempo programado, suas atividades de pesquisa;
- b) Ter assiduidade e frequência às reuniões do Núcleo de Pesquisa, salvo justificativa aceitável;
- c) Participar das atividades propostas;
- d) Respeitar as normas do Regulamento do NOPE;
- e) Orientar e avaliar os pesquisadores discentes sob sua orientação;
- f) Encaminhar ao NOPE o relatório de pesquisa do Pesquisador Discente, bem como os relatórios parciais e final de acordo com o cronograma de atividades;
- g) Comunicar ao NOPE qualquer alteração no projeto de pesquisa ou plano de trabalho do Pesquisador Discente;

- h) Publicar na forma de artigo ou outros meios os resultados da pesquisa e incluir o nome dos Pesquisadores Discentes envolvidos;
- i) Comunicar ao NOPE quando o Pesquisador Discente for desligado, por desistência ou solicitação.

Art. 10º – Compete ao Pesquisador Docente e aos Grupos de Pesquisa:

- a) Apresentar um cronograma de atividades e comprovar o seu cumprimento através de relatórios mensais;
- b) Dedicar-se e desenvolver as atividades de acordo com o programado no plano de trabalho no respectivo projeto de pesquisa;
- c) A remuneração do docente pesquisador está condicionada à entrega de relatório mensal até o dia vinte de cada mês.
- d) Participar e colaborar com os eventos promovidos pelo Núcleo de Pesquisa;
- e) Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de relatórios, painéis e exposições orais;
- f) Fazer constar sua participação, como pesquisador, nas publicações e trabalhos apresentados atinentes ao projeto.
- g) Os docentes envolvidos no projeto deverão acordar quanto à divisão das 10 horas por projeto e informar quando da entrega do projeto a quantidade de horas designadas a cada professor participante.
- h) Os professores poderão solicitar parte das horas aulas disponíveis para pesquisas de campo e atividades associadas ao desenvolvimento do projeto.

§ Parágrafo Único: Em caso de desistência, o professor responsável pelo projeto ficará obrigado a:

- a) Designar um professor substituto vinculado à instituição e a um dos cursos envolvidos no projeto, que atenda às exigências do mesmo e apresente um termo de aceitação endossado pelos professores substituto e substituído.
- b) Prestar contas das tarefas realizadas e de recursos que tenha acessado por meio da instituição para o andamento do projeto, tais como: viagens, pesquisa de campo, inscrições e participações em eventos científicos, entre outros.
- c) Quando este participar de um projeto beneficiado com bolsas institucionais externas, o professor desistente deverá prestar contas das atividades realizadas até aquele momento e atender às exigências do respectivo edital do programa ao qual se filia. Ex: CNPQ, CAPES, FAPEAM, etc.

Art. 11º- Das atribuições dos Pesquisadores discentes:

- a) Participar da elaboração, da proposta e da execução do plano de trabalho do discente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador. A entrega do plano junto ao NDE deverá ser feita até 15 (quinze) dias após a divulgação dos alunos selecionados no edital vigente;
- b) Entregar o Termo de Compromisso do Aluno, devidamente preenchido e assinado, juntamente com o plano de trabalho;
- c) Fazer leituras de textos científicos relacionados ao tema do projeto de pesquisa, coletas de dados, organizar banco de dados e sistematizar informações coletadas, participando da análise dos mesmos;
- d) Fazer visitas técnicas, participar de congressos e viagens de estudo relacionadas ao projeto de pesquisa, quando for o caso, por designação do docente responsável pelo projeto;
- e) Participar, obrigatoriamente, da Semana Acadêmica do curso a que pertence;
- f) Elaborar textos, resenhas e artigos, sob orientação do professor orientador;
- g) Desenvolver todas as tarefas a ele atribuídas no plano de trabalho do bolsista;
- h) Entregar relatórios semestrais de atividades no Projeto de Iniciação Científica.

## **CAPÍTULO V**

### **Do quadro de docentes pesquisadores**

Art. 12º- O ingresso no quadro de professor pesquisador deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Possuir o título de Mestre ou Doutor em programas reconhecidos pela CAPs;
- b) Possuir a carga horária mínima de 20 horas institucionais em sala de aula;
- c) Apresentar projeto de pesquisa de caráter multidisciplinar;
- d) Possuir cadastro junto à Plataforma Lattes do CNPq.

Art. 13º - Cada docente pesquisador poderá participar no máximo de um grupo de pesquisa.

Art. 14º - Poderão participar dos projetos de pesquisa na condição de professor colaborador, docentes especialistas da FAMETRO.

Art. 15º – Critérios para avaliação dos docentes pesquisadores:

- a) Cumprimento do cronograma individual, que será previamente elaborado e apresentado ao coordenador do NOPE, de forma a cumprir o cronograma geral do projeto.
- b) Apresentação dos relatórios e das prestações de contas dentro dos prazos previamente estabelecidos.
- c) Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes participantes do projeto.
- d) Assiduidade quanto à carga horária disponibilizada ao projeto de pesquisa.
- e) Participação e colaboração nos eventos promovidos pelo NOPE.
- f) Publicação dos resultados dos trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do quadro dos discentes pesquisadores**

Art. 16º - O ingresso no quadro de discentes pesquisadores deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Estar regularmente matriculado e cursando o 5º. (quinto) período ou superior;
- b) Ter coeficiente escolar igual ou superior a 8 (oito) e frequência média de 80% (oitenta por cento) com participação ativa em sala de aula e em eventos do curso;
- c) Ter disponibilidade e afinidade com a temática do projeto de pesquisa em questão;
- d) Ser aprovado em entrevista de seleção realizada pelos docentes envolvidos no projeto a que se candidata a participar.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das vagas para execução de projetos**

Art.. 17º - A execução dos projetos deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Após análise pela Comissão de Pesquisa, cada área terá direito a execução de dois projetos;
- b) Cada projeto deverá envolver 03 (três) professores, sendo um de cada curso envolvido no projeto.

## **Capítulo VIII**

### **Das reuniões**

Art. 18º – As reuniões ordinárias se realizarão pelo menos duas vezes por semestre em data a ser definida pelo Coordenador de Pesquisa em atendimento a participação da maioria dos membros do Núcleo de Pesquisa.

Art. 19º – Reuniões extraordinárias poderão ocorrer eventualmente sempre que o Colegiado de Pesquisa achar necessária a discussão de assuntos pertinentes aos projetos de pesquisa.

Art. 20º – A participação em reuniões do Núcleo é obrigatória para qualquer um dos membros do Núcleo de Pesquisa.

§ Primeiro – Somente o Coordenador de Pesquisa, o do Colegiado de Pesquisa e os Pesquisadores Docentes têm direito a voz e voto.

§ Segundo – O Pesquisador Discente só terá direito a voz e a voto quando solicitado pelo Coordenador de Pesquisa.

## **Capítulo XI**

### **Dos Projetos e Relatórios de Pesquisa**

Art. 21º – Os projetos de pesquisa são os instrumentos de orientação e planejamento das pesquisas científicas ou dos grupos de pesquisa.

§ Primeiro – Os projetos de pesquisa podem ser financiados por empresas ou órgãos de fomento conforme disponibilidade dos financiadores.

§ Segundo – O Pesquisador Docente que deseja enviar seu projeto a alguma empresa ou órgão de fomento deve primeiro, enviar o projeto ao Núcleo de Pesquisa para avaliação, autorização e encaminhamento.

Art. 22º – O relatório de pesquisa é o instrumento de acompanhamento da pesquisa científica.

Art. 23º – Os critérios de avaliação, a estrutura e o formato dos projetos e relatórios são definidos pelo Núcleo de Pesquisa e divulgados publicamente, salvo quando o projeto for submetido a alguma empresa ou órgão de fomento.

§ Parágrafo Único – Os projetos e os relatórios podem ser avaliados pelo Coordenador de Pesquisa, pelo Colegiado de Pesquisa ou por um comitê designado pelo Núcleo de Pesquisa.

Art. 24º – Os projetos de pesquisa e relatórios devem ser submetidos ao Núcleo de Pesquisa em período estabelecido por este, conforme cronograma de atividades.

## **Capítulo X**

### **Dos Recursos Físicos e Orçamentários**

Art.25º – O Núcleo de Pesquisa, através do Coordenador de Pesquisa e Comissão de Pesquisa, terá liberdade e autonomia para receber e administrar em prol dos projetos do NOPE, recursos oriundos de empresas e órgãos de fomento.

## **Capítulo XI**

### **Das Disposições Gerais e Transitórias**

Art.26º – Qualquer emenda neste regulamento somente pode ser efetuada com a aprovação do Colegiado de Pesquisa.

Art. 27º – O presente regulamento entra em vigor imediatamente após aprovado pelo Colegiado de Pesquisa e pela Coordenação de Pesquisa do NOPE.

#### **4.2.4 Regulamento dos Laboratórios**

## **REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS**

### **Capítulo I - Das disposições preliminares**

Art. 1º O presente regulamento disciplina o acesso, o uso e coordenação dos laboratórios da FAMETRO

Art 2º As normas deste regulamento se aplicam, sem exceção, a todas as pessoas integrantes da comunidade acadêmica constituída pela IES.

#### **Capítulo II - Da coordenação**

Art 3º A gerência dos bens e atividades relativas a cada laboratório caberá a uma pessoa, especificamente designada pela Direção da FAMETRO.

Parágrafo único. Nas faltas, ausência e impedimentos da pessoa de que trata o caput deste artigo à direção designará um substituto.

Art 4º São atribuídas da coordenação dos laboratórios manter sob sua guarda o material dos laboratórios.

- Zelar pelo uso adequado, por si e pro terceiros, dos equipamentos, moveis, programas, manuais, instalações e documentação;
- Programar, e solicitar a quem de direito, a manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e elétricas, bem como do mobiliário e equipamentos;
- Organizar os horários e calendários de utilização dos equipamentos, prevendo o uso por turmas e por indivíduos;
- Reportar, imediatamente, a Direção da IES qualquer irregularidade ocorrida;
- Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas estranhas aos quadro da IES;
- Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas credenciadas para tal ou aquelas que firmarem o termo de compromisso de que trata o Art 6º, inciso VII, infra;

### **Capítulo III - Dos Direitos**

Art. 5º São de direitos dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Utilizar, no interior dos laboratórios, os equipamentos e periféricos para atividades didáticas, nestas compreendidas as aulas de qualquer disciplina em que se empreguem recursos tecnológicos e científicos;

- Ter a sua disposição material de consumo para uso nas atividades de que trata o inciso anterior;

- Recorrer ao uso dos equipamentos para treinamentos, exercícios e tarefas ligadas ao respectivo curso oferecido pela FAMETRO.

### **Capítulo IV - Dos Deveres**

Art. 6º São deveres dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Zelar pelo uso adequado, por si e por terceiros, dos equipamentos, móveis, programas, manuais, instalações e documentação;

- Não retirar dos laboratórios equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais, instalações, documentação e periféricos;
- Comunicar, a quem de direito, a necessidade de manutenção corretiva das instalações e equipamentos;
- Reportar, imediatamente, à coordenação do laboratório qualquer irregularidade nele ocorrida;
- Não introduzir nos laboratórios qualquer tipo de alimento ou bebida, nem pessoa estranha aos quadros da IES;
- Firmar, antes do uso dos laboratórios pela primeira vez, termo de Compromisso em que diz conhecer e aceitar os termos deste regulamento;
- Ressarcir a IES por qualquer prejuízo advindo do uso inadequado ou temerário que fizer dos equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais e instalações.

## **Capítulo V - Das Disposições Gerais**

Art 7º Integra este regulamento o modelo de termo de compromisso em anexo.

Art 8º O presente Regulamento somente poderá ser alterado pela Direção da FAMETRO.

Art 9º Este Regulamento entra em vigor nesta data.

Art 10º Revogam-se as disposições em contrário.

## TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de compromisso, o (a) signatário (a) declara conhecer aceitar e cumprir as normas contidas no Regulamento dos Laboratórios da FAMETRO.

Manaus, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

( ) Discente    ( ) Docente

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) de Laboratório

\_\_\_\_\_  
nome:

## **4.2.5 REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS**

### **1. MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.**

- a. A marcação da aula prática será de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas é de responsabilidade do Professor da disciplina e poderá ser solicitada no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.
- b) As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.
- c) As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.
- d) No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando um ficha prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.
- e) Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.
- f) O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.
- g) O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práxis. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

### **2. NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS.**

- d) Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.
- e) A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a

comunicação prévia aos alunos dos (EPIs) corretos quando indicados (camisa branca, calça xadrez, sapatos fechados, toque, avental e luva) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.

f) Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser guardadas nos caminhos. Unhas sempre cortadas e sem esmalte e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento

g) Cabe ao professor a orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir e discente que não cumprir normas específicas.

h) A permanência dos alunos no laboratório de aula prática será apenas permitida mediante o uso de uniforme completo. Os alunos que não respeitarem essa norma não poderão assistir às aulas práticas. Conservar os cabelos compridos presos;

i) A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis;

j) Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório;

k) Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras;

l) Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas. (Cadernos, bolsas e agasalhos devem ficar nos escaninhos próximos a porta);

m) Todo material (matérias-primas, equipamentos, vidrarias e utensílios) utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial;

n) Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório;

o) Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo em roupa de colegas, abaixar as chamas com toalhas. Nunca usar extintor em humanos;

p) Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio);

q) O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica.

m) É de responsabilidade do professor orientar e abordar os alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

### **3. PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.**

α) A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade.

β) A desinfecção do ambiente é empregada antes e após a atividade laboratorial para prevenir a contaminação do ambiente com materiais ou produtos biológicos que oferecem riscos.

χ) A descontaminação e a limpeza inicial de móveis, equipamentos e utensílios têm de ser realizada regular para evitar a proliferação de bactérias que possam inutiliza-los.

δ) O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas.

ε) Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada.

### **4. EM CASO DE ACIDENTES**

α) Estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, anti-sépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo.

β) Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Brasília, corpo de bombeiros e defesa civil.

χ) Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado

imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

## **5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO**

### 6.1 Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

### 6.2 Detalhada:

- a. Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos.
- b. Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clínicas e de campo.
- c. Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais.
- d. Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação.
- e. Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos.
- f. Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão.
- g. Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde).
- h. Analisar materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso.
- i. Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde).

- j. Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso.
- k. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação.
- l. Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição.
- m. Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa.
- n. Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho.
- o. Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

## **4.2.6 Regulamento do Projeto Transversal**

### **REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL**

#### **I DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º Por Transversalidade a entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. Na FAMETRO, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

- a) Educação Ambiental
- b) Relações Étnico-Raciais

#### **II DO OBJETIVO**

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela FAMETRO.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

- a) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
- b) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

#### **III DA REALIZAÇÃO**

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

#### **IV DO PLANEJAMENTO**

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

#### **V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL**

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

#### **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 13º. Cabe aos professores:

- a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal.
- b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
- c) Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;

- d) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- e) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
- b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

- a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
- b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
- c) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

## **VI DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE**

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 17º. No registro do projeto Transversal no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

## **VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

## **VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL**

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

#### **4.2.7 Regulamento do Projeto Interdisciplinar**

### **REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR**

#### **I DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º Por Interdisciplinaridade a FAMETRO entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

Art. 2º. Na FAMETRO, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

#### **II DO OBJETIVO**

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art4º.O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

- c) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
- d) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;

- e) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
- f) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- g) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- h) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

### **III DA REALIZAÇÃO**

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

### **IV DO PLANEJAMENTO**

Art. 7º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 8º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 9º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 10º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência com as competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

## **V DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR**

Art. 11º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 12º. Cabe aos professores:

- f) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
- g) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
- h) Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
- i) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
- j) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 13º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

- d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contato com professores e alunos;
- e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
- f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 14º. Cabe aos alunos:

- d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;

- e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
- f) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório.

## **VI DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE**

Art. 15º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 16º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

## **VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Art 17º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

## **VIII DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR**

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

### **4.2.8 Regulamento da Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico da FAMETRO**

#### **REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DA FAMETRO**

**Art. 1º** Regular a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito da FAMETRO, destinados a permitir que alunos dos cursos FAMETRO, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na FAMETRO.

## **CAPÍTULO I**

### **DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DA FAMETRO**

**Art. 2º** Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da FAMETRO, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com a FAMETRO.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno da FAMETRO.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre a FAMETRO e a instituição receptora.

a) no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com a FAMETRO, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

**Art. 3º** Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

**Art.4º** A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito da FAMETRO, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

**Art.5º** O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar a **posteriori** o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

**Art. 6º** O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

**Art. 7º** O aluno da FAMETRO interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

**Art. 8º** O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

**Parágrafo Único:** O afastamento do aluno da FAMETRO para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

**Art. 9º** No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

**Parágrafo Único:** Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

**Art. 10** Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado na FAMETRO;

II – ter concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

**Art. 11** Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

**Art. 12** O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

**Art. 13** A FAMETRO, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

**Art. 14** A FAMETRO fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros na FAMETRO**

**Art. 15** Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com a FAMETRO,

realizar componentes curriculares na FAMETRO, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

**Art. 16** O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio na FAMETRO.

**Art.17** Para cada aluno aceito na FAMETRO, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência na FAMETRO.

**Art. 18** As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Disposições Complementares**

**Art. 19** Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

**Art. 20** Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

#### **4.2.9 Regulamento Da Educação Para Os Direitos Humanos**

### **REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS**

#### **Da definição**

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

#### **Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos**

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

## **Dos Temas**

Art 3º. Conforme o artigo 3º. da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, na FAMETRO será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

## **Das Formas de Operacionalização**

Art 4º. Na FST, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. A FAMETRO fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art 6º. A FAMETRO estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

#### **4.2.10 Regulamento do Atendimento ao Aluno com Transtorno Do Espectro Autista**

### **REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

#### **CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO**

Art. 1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

#### **CAPÍTULO II - DO QUADRO CLÍNICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:**

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;

b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.

c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de

comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

### **CAPÍTULO III -DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA**

Art3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na família

### **CAPÍTULO III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO**

Art5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

### **CAPÍTULO IV - DO SIGILO PROFISSIONAL**

Art7, As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP

## **CAPÍTULO X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO**

Art 10. O Apoio Psicopedagógico e Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

## **CAPÍTULO XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO**

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada.

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao

alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa), pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

## **CAPÍTULO XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

### **4.2.11 Regulamento do NAPA – Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão**

## **REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO**

### **CAPÍTULO I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA**

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

- I. atendimento ao corpo discente ;
- II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;
- III. pesquisa de demanda da Faculdade;
- IV. projetos institucionais.

### **CAPÍTULO II - DOS ATENDIMENTOS**

Art. 2 Os atendimentos aos corpos discentes, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3. A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

- a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
- b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psicoafetivos;
- c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
- d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
- e) Atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
- f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimentos em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 12 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

- a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.

- b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.
- c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.
- d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.
- e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 13. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 14. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

### **CAPÍTULO III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO**

Art. 15. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 16. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 17. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 18. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

## **CAPÍTULO IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE**

Art. 19. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 20. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

## **CAPÍTULO VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS**

Art.21. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 22. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino

## **CAPÍTULO VII - DOS RELATÓRIOS**

Art 23. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 24. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

## **CAPÍTULO VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL**

Art 25.Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo

profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 26. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 27 Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 28. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

#### **4.2.12 Regulamento Geral Representante Discente**

### **REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE**

#### **OBJETIVO GERAL**

Desenvolver o estudo preparando e oportunizando o aluno para o exercício da liderança. Dessa forma espera-se que através da prática com variadas situações possibilite a vivência da democracia e seu exercício através de sua representatividade.

Estimular a participação, iniciativa, mobilização, criatividade e outros componentes da prática da gestão democrática com noções de cidadania e participação política de forma organizada.

**ART. 1º** - Poderão se candidatar a Representante de turma e Vice Representante o aluno devidamente matriculado na turma, mediante preenchimento de ficha de inscrição, no período estabelecido, condizendo com as datas divulgadas no cronograma acadêmico.

**ART. 2º** - O Representante de Turma forma uma chapa que será escolhida por eleição secreta, na qual os alunos interessados se candidatam.

I. Os demais colegas de classe e os próprios candidatos votam naqueles que melhor possam representar a turma. Assim a chapa vencedora será a que obtiver maior número de votos.

II. A eleição poderá se dá por aclamação desde que não haja mais de uma chapa concorrendo

III. Os representantes devem manter seus dados atualizados, comunicando quaisquer alterações.

**ART. 3º** - O tempo da gestão do representante e do vice tem duração de 1 semestre prorrogado por mais um semestre.

**ART. 4º** - O Representante poderá participar nas eleições seguintes, por mais um semestre. Essa reeleição poderá ocorrer apenas uma vez, de modo a permitir o surgimento de novas lideranças.

**ART. 5º** - O representante de turma poderá ser qualquer um dos alunos eleito pelos colegas para representá-los. O aluno escolhido para representar a turma recebe a maioria dos votos, *de confiança*, para exercer a função.

**ART. 6º** - Para candidatarem a função de Representantes de turma os alunos deverão atender às seguintes condições:

- I - Estarem regularmente matriculados na turma;
- II- Terem disponibilidade para o exercício das funções;
- III- Não estarem respondendo a processo disciplinar;
- IV- Conhecer o calendário acadêmico.

**ART. 7º** São atribuições dos Representantes de turma:

- I - Representar sua turma perante a Direção; Coordenação de Curso e o Colegiado Discente, Coordenação de Ensino;
- II- Estimular a cooperação entre alunos e entre professores e alunos;
- III- Encaminhar e discutir com a Direção, Coordenação de Curso; Coordenação de Ensino e Colegiado Discente as reivindicações ou reclamações da turma;

**ART. 8** - Representante perderá o mandato:

- I. Por renúncia;
- II. Por perda de vínculo com a instituição;
- III. No caso de adotar comportamento considerado inadequado com sua turma, com outros alunos, com a Direção, Coordenação de Curso, Coordenação de Ensino, com o corpo docente ou corpo técnico-administrativo da instituição
- IV. Se faltar com os deveres previstos neste guia ou no Regimento da FAMETRO;

- V. No caso de conflito com sua própria turma;
- VI. No caso de receber qualquer das penalidades previstas no Regimento da FAMETRO;
- VII. Por pedido expresso dos alunos da turma, assinado pela maioria absoluta;

**ART. 9** - Substituição em caso perda de mandato:

I - Em caso de perda de mandato, será realizada nova eleição, garantindo a representatividade da turma no diálogo institucional.

**Art. 10** – Do processo eleitoral:

I – O processo eleitoral dos representantes discentes deverá ser presidido pelo coordenador de curso que procederá ao registro das candidaturas e lavrará a ata de eleição.

#### **4.2.13 Regulamento da Comissão Própria de Avaliação**

### **REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

#### **CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. A Comissão Própria de Avaliação da FAMETRO é o órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Parágrafo único. O desenvolvimento das atividades da CPA dar-se-á com autonomia em relação ao Comitê Acadêmico e demais Órgãos Colegiados existentes na FAMETRO.

Art. 2º. A CPA terá todo o apoio institucional, além daquele previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a realização plena do processo de autoavaliação da FAMETRO.

#### **CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA**

Art. 3º. Compete à CPA:

- I. Elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), submetendo-o à prévia aprovação dos membros dos órgãos colegiados existentes;
- II. Conduzir os processos de Autoavaliação da FAMETRO

- III. Apresentar semestralmente o resultado dos trabalhos para os membros do Comitê Acadêmico e demais órgãos colegiados existentes;
- IV. Implementar as atividades necessárias à sensibilização da comunidade para a importância da Avaliação Institucional e sua integração com a missão da FAMETRO;
- V. Colaborar com os procedimentos de autoavaliação de cursos e áreas, cuja realização deverá estar pautada pelas diretrizes da CONAES e pelo projeto de autoavaliação institucional;
- VI. Sistematizar e analisar as informações institucionais, produzindo relatórios a serem encaminhados às instâncias competentes para ciência;
- VII. Delegar competências, indicando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos;
- VIII. Assessorar Cursos nos procedimentos de avaliação macro institucional;
- IX. Convidar membros da comunidade e da sociedade civil para prestarem informações e emitirem opiniões sobre o processo de avaliação institucional;
- X. Elaborar e modificar seu Regimento Interno, conforme a legislação vigente;
- XI. Prestar as informações solicitadas pelo INEP, além de elaborar e enviar, no prazo previsto, o Relatório de Avaliação Interna estabelecido na Resolução CONAES nº 1/2005;
- XII. Dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

### CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO E MANDATO

Art. 4º. A CPA da FAMETRO será composta por cinco membros, eleitos diretamente em chapa composta para este fim, assim distribuídos:

- I. Um representante do corpo docente, sendo um o Coordenador da CPA.
- II. Um representante do corpo discente.
- III. Um representante do corpo técnico-administrativo.
- IV. Um representante da sociedade civil organizada.

Art. 5º. Os membros da CPA serão nomeados por ato do Diretor Geral.

Art. 6º. O representante da Sociedade Civil poderá ser convidado pelo Diretor Geral da Instituição.

Art. 7º. A perda da condição de docente, de discente ou de técnico-administrativo implica no imediato término da condição de membro da CPA, com o mandato sendo complementado por outro representante cuja indicação deverá ser idêntica à do membro que se retira.

Art. 8º. O mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

#### CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. A CPA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre nas datas previstas em calendário elaborado por seus membros em sua primeira reunião e, extraordinariamente, quando convocada por seu Coordenador ou por pelo menos um terço de seus membros.

§ 1º. A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 horas.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência de 5 dias, com prévia e ampla divulgação de sua pauta.

§ 3º. O prazo de convocação das reuniões extraordinárias poderá ser reduzido, em caso de urgência, podendo a pauta ser comunicada verbalmente, desde que justificado o procedimento pelo Coordenador.

§ 4º. As reuniões da CPA serão presididas pelo Coordenador ou por um dos membros da Comissão, por ele previamente designado.

§ 5º. As reuniões serão instaladas quando se obtiver o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 6º. As reuniões da CPA deverão ser secretariadas e suas discussões e decisões registradas em ata.

Art.10º. As deliberações da CPA serão aprovadas sempre por maioria de votos favoráveis de seus membros presentes.

Parágrafo único. O Coordenador, em caso de empate, terá voto de qualidade.

Art. 11º O comparecimento às reuniões é obrigatório e, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil, tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º. O membro que estiver ausente em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, de forma injustificada, perderá o seu mandato.

§ 2º. Em caso de coincidência de horário entre as reuniões da CPA e as atividades acadêmicas, os representantes discentes que compareçam às primeiras terão direito à recuperação de aulas e trabalhos escolares.

#### CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Art. 12º. A Avaliação pela qual a CPA é responsável dar-se-á em dois níveis, a saber:

I. Um nível interno, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativos, com ênfase nos aspectos pedagógicos internos aos cursos de graduação, dando-se sempre no primeiro semestre do ano letivo.

II. Um segundo nível externo, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativa, com ênfase nos aspectos macro-institucionais da IES.

Art. 13º. O resultado da Avaliação será encaminhado para análise qualitativa das Coordenações de Curso, Diretoria de Ensino e Coordenação Geral, subsidiando o processo de tomada de decisão na IES, e a elaboração do Planejamento Acadêmico-administrativo interno do curso.

Art. 12. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação.

#### **4.2.14 Regulamento Laboratório de Informática**

### **REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

#### **REGULAMENTO**

##### **I - do Horário de Funcionamento**

Art. 1º. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 17:00 as 22:45 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da FAMETRO.

##### **II - dos Usuários**

Art 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da FAMETRO, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a FAMETRO acarreta a consequente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

##### **III - das Reservas**

Art 3º. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art 4º. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

#### IV - da Utilização

Art 5º. O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art 6º. Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sanções e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art 8º. O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art 9º. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

#### V - dos Deveres

Art 10º. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

#### VI - das Proibições

Art 11º. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da FAMETRO:

- a) Acessar, modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou religiosa;
- b) Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico;
- c) Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo;
- d) Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados;
- e) Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;
- f) Violar direitos autorais/propriedade intelectual;
- g) Propaganda político/partidária;
- h) Comer, beber ou portar alimentos;
- i) Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;

- j) Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;
- k) Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;
- l) Praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e/ou os recursos computacionais;
- m) Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;
- n) Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;
- o) Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;
- p) Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;
- q) Utilização de usuário e senha alheia;
- r) Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

#### VII - da Segurança lógica dos dados

Art 12º. O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

#### VIII - da Conduta

Art 13º. É de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art 14º. Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art 15º. O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art 16º. Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

#### IX - das Punições

Art 17º. O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas será penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infra-estrutura do Laboratório de Informática:

- I. Advertência oral
- II. Advertência escrita
- III. Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática
- IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;
- V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

#### X - dos Funcionários Responsáveis

Art 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da FAMETRO têm como atribuições:

- I. Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;
- II. Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
- III. Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
- IV. Instalar e configurar recursos computacionais;
- V. Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requeiram intervenção externa por profissionais ou empresas especializadas;

Art 19º. Não constituem atribuições dos funcionários:

- I. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

#### XI - dos Casos Omissos

Art 20º. Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da  
FAMETRO.

Art 21º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

### **4.2.15 Regulamento do Núcleo Docente Estruturante da FAMETRO**

## **REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FAMETRO**

### **CAPÍTULO I**

#### **Das considerações preliminares**

**Art. 1º.** O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos Superiores Tecnológicos, de Bacharelado e Licenciaturas da Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO.

**Art. 2º.** O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos e de suas atualizações periódicas.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Atribuições**

**Art. 3º.** São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- a) elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- b) avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;
- c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- d) indicar, formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;
- e) zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;
- f) propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;
- g) propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- h) convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;
- i) levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;
- j) propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

## **CAPÍTULO III**

### **Da Constituição**

**Art.4º.** O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

- a) por, no mínimo, cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluído o coordenador do curso, como seu presidente;
- b) por, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;

**§ 1º.** Todos os membros deverão em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, e pelo menos vinte por cento (20%) em tempo integral.

**§ 2º.** O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

**Art. 5º.** A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, e tomando como base os critérios definidos no Art. 4º.

**Parágrafo único.** Sendo o Núcleo Docente Estruturante um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Atribuições do Presidente**

**Art. 6º.** Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- c) encaminhar as deliberações do Núcleo;
- d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidido pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar atas;
- e) coordenar e promover a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição.

**Parágrafo único.** Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por docente por ele indicado.

**Art. 7º.** O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, uma (1) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

**Art. 8º.** Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

**Art. 9º.** Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- a) em todos os casos a votação é em aberto;
- b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) não são admitidos votos por procuração.

**Art. 10.** Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e membros presentes.

**Art. 11.** As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

**Art. 12.** O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

**Parágrafo único.** O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral ou órgão superior de acordo com a competência dos mesmos.

**Art. 14.** O presente Regulamento entra em vigor após aprovação do Conselho Maior.  
Legislação Núcleo Docente Estruturante (anexadas)

